



**Joana Sofia
Gonçalves Morujo**

**O Papel da Formação
Profissional na Reinserção
Profissional de Ex-Reclusos**

Dissertação submetida como requisito parcial para
obtenção do grau de **Mestre em Gestão Estratégica
de Recursos Humanos**

Júri

Presidente (Prof. Doutor João Pedro Cordeiro, ESCE-IPS)
Orientador (Prof. Doutor António José Almeida, ESCE-IPS)
Vogal (Prof. Doutor José Rebelo dos Santos, ESCE-IPS)

Setúbal, 19 Dezembro de 2017

“A educação é a arma mais poderosa
que você pode usar para mudar o mundo.”

Nelson Mandela

AGRADECIMENTOS

Como em todos os momentos da nossa vida (sejam eles positivos ou menos positivos), temos sempre pessoas que nos acompanham, que nos apoiam e que nos dão ânimo para continuar, mesmo quando estamos dispostos a desistir de tudo. A realização deste mestrado em Gestão Estratégica de Recursos Humanos foi um grande desafio para mim e como tal existem algumas pessoas a quem quero agradecer o apoio condicional dado.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer ao meu orientador, Professor Doutor António Almeida, pelas longas conversas repletas de palavras de incentivo, por todo o apoio dado, e por toda a disponibilidade, certificando-se sempre que eu levava a bom termo esta dissertação.

Aos restantes professores de mestrado, que sempre apoiaram, incentivaram, dando as suas opiniões e críticas indispensáveis, durante todo o processo de realização do mestrado.

Quero agradecer aos meus amigos e colegas de trabalho, Tiago Cobrado e Francisco Ferreira, companheiros nesta “luta” formativa, sempre disponíveis para me ajudar, desde o primeiro ao último segundo. Nunca me esquecendo do meu chefe de divisão, Dr. Leandro Marques, sempre compreensivo e disponível para todas as minhas dúvidas e questões.

A’ “O Companheiro”, principalmente à Dr.^a Cláudia Parente e a todas as pessoas entrevistadas, pela disponibilidade e colaboração cruciais para a minha investigação.

Às minhas amigas e colegas de mestrado, Elisabete Figueiredo, Lília Ferreira e Déldia Nkombo, sem elas nunca teria conseguido terminar esta etapa. Muitas vezes rimos e “chorámos” juntas, mas fomos fortes e conseguimos sempre ultrapassar as nossas diferenças, com sucesso! Agradeço também a todos os restantes colegas de turma, por todas as partilhas realizadas.

À minha família, à minha mãe Lucília e ao meu pai António, por todo o apoio que me deram, acreditando sempre em mim, dando-me força e ânimo para concluir mais uma etapa difícil da minha vida.

Um grande obrigado ao meu namorado, Hélder Olinó, pela força que sempre me deu, que me levou a seguir em frente e pela compreensão demonstrada às minhas ausências ao longo destes mais de dois anos.

E por fim, a todos os meus amigos que ao longo desta etapa foram sempre puxando por mim, dando-me o seu apoio, proferindo palavras de incentivo e alento, mesmo quando eu me ausentava das suas companhias devido ao trabalho. Em especial à Vanessa Sacramento, à Filipa Sousa, à Filipa Egídio, à Filipa Simões e à Patrícia Guerreiro, que mesmo por vezes distantes fisicamente, nunca desistiram de me ajudar e apoiar no necessário.

A todos o meu Muito Obrigada!

RESUMO

O trabalho de investigação realizado tem como objetivo principal estudar a relação existente entre a formação profissional e a reinserção profissional dos ex-reclusos no mercado de trabalho. Com esta análise pretende-se compreender de que forma a formação profissional contribui ou não para a qualificação e reinserção dos ex-reclusos no mercado de trabalho, reforçando assim a sua empregabilidade.

Esta investigação advém do interesse em contribuir para uma análise a respeito da importância da formação profissional em meio prisional e centra-se em torno de ex-reclusos que, em tempo de cumprimento de pena, frequentaram formação profissional dentro do Estabelecimento Prisional (EP). Pretende-se analisar a formação profissional realizada junto dos outrora reclusos, uma vez que esta potencia o regresso ao mercado de trabalho, através da integração em cursos de Educação e Formação de Adultos, ações de Formação Modular Certificada (de curta duração) e Formação para a Inclusão (formações estas desenvolvidas pelo Centro Protocolar de Formação Profissional para o Sector da Justiça - CPJ). Por último, procurámos auscultar as opiniões dos ex-reclusos relativamente ao processo de formação, bem como às suas expectativas em relação a um futuro profissional. A opinião de um técnico de formação que trabalha no terreno também foi auscultada, de modo a termos diferentes perspetivas desta temática.

Para a elaboração do presente trabalho, recorreu-se a um estudo de caso, que teve como base de investigação algumas técnicas de recolha de dados, nomeadamente leitura e análise documental e entrevistas a ex-reclusos que frequentaram formação profissional enquanto cumpriram pena e a um técnico de formação que trabalha no terreno.

Dos resultados obtidos destaca-se a dificuldade em promover ações de formação profissional em contexto prisional bem como a reduzida valorização do desenvolvimento de competências enquanto elemento central de suporte ao processo de reinserção profissional de ex-reclusos.

Palavras-Chave: Formação Profissional, Reinserção Profissional, Empregabilidade, Mercado de Trabalho, Ex-Reclusos.

ABSTRACT

The main objective of this research is to study the relationship between professional training and the reintegration of ex-prisoners into the labour market. With this analysis, there was a try to understand how professional training contributes to the qualification and the reintegration of ex-prisoners in the labour market, reinforcing their employability.

This research comes from the interest to contribute to an analysis regarding the importance of professional training in prisons and focuses on ex-prisoners who, during the time of execution, attended professional training within the prison (EP). The aim is to analyse the professional training made by the prisoners, once this empowers the return to the labour market, through the integration in Adult Education and Training courses, Modular Certified Training (of short duration) and Training for Inclusion (professional training developed by the Centro Protocolar de Formação Profissional para o Sector da Justiça - CPJ). Lastly, we sought to listen to the views of ex-prisoners regarding the training process, as well as their expectations for their professional future. The opinion of a training technician who works in the field was also heard, to have different perspectives of this theme.

A case study methodology was used, based on research techniques of data collection, reading and documentary analysis and interviews with ex-prisoners who attend the professional training and a professional who works in the field.

One of the results obtained is the difficulty in promoting professional training actions in a prison context as well as a reduction in the development of skills as a central element to support the process of reinsertion of ex-prisoners.

Key Words: Professional Training, Professional Reintegration, Employability, Labour Market, Ex-prisoners.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CEPMPL – Código da Execução de Penas e Medidas Privativas de Liberdade

CPJ – Centro Protocolar de Formação Profissional para o Sector da Justiça

DGSP – Direção-Geral dos Serviços Prisionais

DGRSP – Direção-Geral de Reabilitação e Serviços Prisionais

EFA – Educação e Formação de Adultos

EP – Estabelecimento Prisional

FMC – Formação Modular Certificada

FP - Formação Profissional

FPI – Formar para Integrar

IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional

UFCD – Unidades de Formação de Curta Duração

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO.....	1
1 - Enquadramento Teórico	2
1.1 Empregabilidade e mercado de trabalho	2
1.2 O papel da prisão	6
1.2.1 Do castigo à reabilitação	6
1.2.2 O enquadramento legislativo da formação profissional em contexto prisional	7
1.3 Trabalho, Educação e Formação Profissional: os três pilares da reinserção de ex-reclusos	10
1.3.1 Dificuldades na promoção de formação profissional em contexto prisional	15
1.4 A sociedade e os ex-reclusos	17
1.5 Desafios da reinserção profissional de ex-reclusos	18
2 – Objetivos e Metodologia.....	21
2.1 Objetivos do estudo.....	21
2.2 Opções Metodológicas	22
2.3 Técnicas de Recolha de Dados	23
2.4 Técnicas de Análise de Dados	26
2.5 Caracterização dos Entrevistados	28
3 - Estudo Empírico	31
3.1 Caracterização da população prisional portuguesa	31
3.2 Caracterização das políticas de formação profissional destinada a reclusos ...	37
3.3 Caracterização da oferta formativa para reclusos.....	40
3.4 O papel da formação profissional na reinserção profissional de ex-reclusos ...	49
Conclusões	60
BIBLIOGRAFIA.....	65
APÊNDICES	71

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Caracterização dos Entrevistados	30
Quadro 2 – Áreas e itinerários de formação abrangidos nas ações de formação (2011 – 2016)	45
Quadro 3 – Análise da satisfação dos formandos (2011 vs. 2016)	48
Quadro 4 – Ações de formação profissional realizadas pelos ex-reclusos entrevistados	50
Quadro 5 – População prisional segundo o sexo (2011-2016).....	73
Quadro 6 – População prisional segundo o escalão etário (2011-2016)	73
Quadro 7 – População prisional segundo o sexo e a nacionalidade (2011-2016)	74
Quadro 8 – População prisional segundo a situação penal (2011-2016)	74
Quadro 9 – População prisional segundo o nível de instrução (2011-2016)	75
Quadro 10 – População prisional segundo o tipo de crime cometido (2011-2016)	76
Quadro 11 – População prisional que frequentou formação profissional no estabelecimento prisional segundo o sexo (2011-2016)	77
Quadro 12 – Total das ações de formação profissional realizadas pelo CPJ em EP (2011-2016) ...	79
Quadro 13 – Distribuição das ações por Tipologia (2011-2016)	79
Quadro 14 – Distribuição de ações de formação por região (2011-2016)	79
Quadro 15 – Distribuição de formandos por região (2011-2016)	80
Quadro 16 – Distribuição das horas de formação por região (2011-2016)	80
Quadro 17 – Resumo Geral	81

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – População prisional segundo o sexo (2011-2016)	31
Gráfico 2 – População prisional segundo o escalão etário (2011-2016)	32
Gráfico 3 – População prisional segundo o sexo e a nacionalidade (2011-2016)	33
Gráfico 4 – População prisional segundo a situação penal (2011-2016)	34
Gráfico 5 – População prisional segundo o tipo de crime cometido (2011-2016)	34
Gráfico 6 – População prisional segundo o nível de instrução (2011-2016)	35
Gráfico 7 – População prisional que frequentou formação profissional no estabelecimento prisional, segundo o sexo (2011-2016).....	36
Gráfico 8 – Distribuição das ações por Tipologia (2011-2016)	41
Gráfico 9 – Distribuição de ações de formação por região (2011-2016)	42
Gráfico 10 – Distribuição de formandos por região (2011-2016)	43
Gráfico 11 – Distribuição das horas de formação por região (2011-2016)	44

INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho é um mercado cada vez mais competitivo, sofrendo as alterações pelas quais a própria sociedade passa. Cada vez se torna mais difícil entrar e permanecer no mercado de trabalho, pois como é sabido existe uma percentagem significativa de desemprego no País. Cada vez mais nos temos de ajustar a esta nova realidade, acompanhando a evolução dos empregos como das qualificações exigidas. O fenómeno que se pretende estudar centra-se na problemática da reinserção profissional de ex-reclusos no mercado de trabalho, nomeadamente os ex-reclusos que frequentaram formação profissional enquanto cumpriam pena em estabelecimentos prisionais portugueses.

Apesar de existirem diversos estudos sobre o tema da vida prisional, são poucos os que estudam o processo pós-prisional, principalmente no que se refere ao processo de reinserção profissional dos ex-reclusos. Essa é uma das razões pelas quais se pretende realizar uma investigação nesse sentido, especificando a importância que a formação profissional tem na reinserção profissional destes indivíduos. É cada vez mais importante tentar perceber de que modo a realização de formação profissional por parte dos reclusos dentro dos estabelecimentos prisionais tem impacto na sua reinserção profissional aquando da sua saída do estabelecimento prisional, após o cumprimento das suas penas.

O presente estudo tem como pergunta de partida: “Qual o papel e importância da formação profissional na reinserção profissional de ex-reclusos?”. Tendo como base esta questão, definiu-se como objetivo principal desta investigação a análise do contributo da formação profissional na reinserção profissional dos ex-reclusos no mercado de trabalho.

O presente relatório encontra-se dividido em três partes. Na primeira parte realizou-se um enquadramento teórico através da revisão da literatura, referindo algumas temáticas importantes para o desenvolvimento deste estudo, como a empregabilidade, o mercado de trabalho, a formação profissional e a reinserção profissional.

Na segunda parte são identificados e justificados os objetivos deste estudo tal como as opções metodológicas que o suportam, nomeadamente a metodologia qualitativa e especificamente o estudo de caso, tal como as técnicas de recolha de dados utilizadas, ou seja, as entrevistas semi-diretivas e análise documental, e as técnicas de análise de dados, nomeadamente a análise de conteúdo.

Na terceira e última parte deste trabalho, é feita a análise e discussão dos dados empíricos recolhidos, realizando-se uma triangulação entre esses dados obtidos e a literatura de referência sobre o tema discutido.

1 - Enquadramento Teórico

Neste primeiro capítulo procura-se, através da revisão da literatura, fazer uma abordagem teórica relativamente a algumas temáticas que sustentam esta pesquisa, nomeadamente: competências, empregabilidade, mercado de trabalho, trabalho, educação, formação profissional e reinserção profissional. O papel da prisão enquanto agente punitivo e reabilitador, o modo como a sociedade vê os ex-reclusos e os desafios da reinserção profissional de ex-reclusos são também temas discutidos neste enquadramento teórico.

1.1 Empregabilidade e mercado de trabalho

A globalização afeta todos os setores da sociedade, fazendo surgir novas formas de organização do trabalho e das próprias empresas o que faz com que decorram alterações de natureza e de conteúdo nas estruturas ocupacionais. A própria natureza do trabalho, a estrutura do emprego e as competências requeridas modificam-se continuamente e colocam cada vez mais em causa as representações de trabalho, emprego e empresa.

Segundo Craidy (s/d: 9), “o emprego formal que tem como referência a condição de empregabilidade reafirma a necessidade de adaptabilidade e flexibilidade do trabalhador ao mercado de trabalho”, ou seja, é de extrema importância que o trabalhador tenha as qualificações necessárias para desempenhar as funções exigidas pelo empregador (ter qualificações para o trabalho).

Para Parra (2014:4), “é necessário que o indivíduo esteja munido de diversas competências para se adaptar às necessidades e exigências do mercado de trabalho, é fundamental que este esteja preparado para exercer funções em qualquer tipo de atividade ou sector profissional, pois estas são cada vez mais um requisito para a empregabilidade”. O conceito de competência possui, nesta situação, “uma abrangência maior, englobando conhecimentos, habilidades e experiências voltadas para o exercício de uma função” (Parra, 2014:5).

Nas últimas décadas, o conceito de competência tem sido tão mobilizado e aplicado em vários domínios que por vezes se torna difícil entender quais as conotações que lhe estão associadas.

Neste sentido, é importante realizar-se uma breve revisão sobre as principais definições propostas por alguns autores.

Um dos primeiros autores a definir o conceito de competência, Boyatzis (1982, citado por Rego *et al.* 2015:442), designa competências como “uma combinação de motivos, traços, aptidões, aspetos de autoimagem e conhecimentos”, em que “os motivos e os traços repercutem-se no desejo de atingir

determinados objetivos; a autoimagem reflete-se no grau de otimismo e de positividade que o indivíduo coloca no exercício da sua função; e as aptidões e os conhecimentos permitem desenvolver planos de ação, avaliar os riscos e implementar os planos mediante a execução de comportamentos pertinentes”.

McClelland (1973, citado por Rego *et al.*, 2015), introduziu o conceito de competência há algumas décadas atrás, referindo que era necessário o desenvolvimento de um perfil de competências necessárias ao eficaz desempenho numa função, permitindo às organizações identificar capacidades e comportamentos.

Spencer & Spencer (1993, citado por Gangani, McLean e Braden, 2006:129) definem as competências como “motivos, traços, autoconcepções, atitudes ou valores, conhecimento contido, *skills* comportamentais ou cognitivas – qualquer característica individual que possa ser mensurada ou contada de forma confiável e que possa mostrar a diferenciação significativa entre executores superiores e medianos, ou entre performances eficazes ou ineficazes”.

Para Parry (1998, citado por Rego *et al.*, 2015:547), competência é “um conjunto de conhecimentos, atitudes e capacidades relacionados, que afeta a maior parte de uma função, que se correlaciona com o desempenho na função, que se pode medir relativamente a padrões aceites, e que se pode melhorar por via da formação e desenvolvimento”.

Segundo Nordhaug (1998, citado por Rego *et al.*, 2015:547), competências são um “composto de conhecimento humano, capacidades e aptidões que podem servir objetivos produtivos nas empresas”, ou seja, a “classificação das competências deve incluir não só a especificidade à empresa, mas também a especificidade da tarefa e a especificidade da indústria, em virtude das necessidades acrescidas da flexibilidade e capacidade de mudança sentidas pelas organizações contemporâneas.

Apesar das diversas definições, facilmente chegamos à conclusão de que não há consenso entre os diversos autores. A diversidade de definições existente ajuda-nos a entender que competência não se resume apenas a conhecimentos, capacidades, traços de personalidade ou outros atributos. É um conceito com diversas linhas de pensamento, sendo “um conceito plástico (adapta-se ao longo da história), polissémico (assume diversos significados) e polimorfo (assume diversas formas, adaptando-se a interesses e condicionantes diversos) (Perez, 2005 citado por André, 2013:15).

Desta forma, é crucial que os indivíduos, nos dias que correm, tenham a noção da importância dos seus conhecimentos, experiências e saberes, do seu modo de agir, aplicar e utilizar o que apreenderam ao longo da vida, pois são todas estas competências que os empregadores procuram nos indivíduos que contratam (Parra, 2014).

Como Alves (2009:48) refere, o emprego “permite uma integração económica e a participação na esfera do consumo; ele permite uma integração social e cívica pelas relações sociais que potencia, pelo

estatuto que confere e pelo acesso que assegura aos direitos e às garantias sociais; ele permite, por último, a integração simbólica, ao constituir-se num *locus* privilegiado de construção das identidades sociais e profissionais”.

As perspectivas de empregabilidade são muito diferenciadas de acordo com as situações de emprego e as possibilidades de desenvolvimento das competências no trabalho. Para aqueles que se encontram numa situação fragilizada, a mobilidade ascendente torna-se difícil, devido à grande diferenciação do conteúdo do trabalho e às fortes limitações de formação. Nestes casos, acaba por se verificar uma tendência para trajetórias precárias ou de exclusão (Marques, 2005).

Neste contexto é importante definir o conceito de empregabilidade, tendo em conta as propostas de diferentes autores.

Segundo Kovács *et al.* (2006:11), a empregabilidade pode ser vista como a “oportunidade e capacidade de as pessoas adquirirem competências que lhes permitam encontrar, manter e enriquecer a sua atividade e mudar de emprego”, significando também “possibilidades acrescidas ao longo da vida de trabalho”. Desta forma, o trabalhador tende a promover a sua capacidade de resposta perante o mercado de trabalho, através da formação profissional e de diferentes experiências profissionais, acabando por se valorizar mais, tanto a nível pessoal como profissional.

Gazier (s/d, citado por Almeida, 2007:53), por sua vez, afirma que a empregabilidade é a “capacidade relativa de que um indivíduo dispõe para obter um emprego que o satisfaça tendo em conta a interação entre as suas características pessoais e o mercado de trabalho”. Ou seja, para este autor, o importante é a satisfação do indivíduo tendo em conta as suas características pessoais, as suas mais-valias, de modo que vão ao encontro das necessidades do mercado de trabalho.

Tendo em conta esta interação entre o mercado de trabalho e o próprio indivíduo, McQuaid e Lindsay (2005, citado por Almeida, 2007), propõem uma abordagem de empregabilidade tendo por base três dimensões: 1) fatores individuais; 2) circunstâncias pessoais e 3) fatores externos.

Por fatores individuais, estes autores mencionam as habilitações escolares, qualificações profissionais, bem como as competências sociais, comportamentais, de resolução de problemas e de adaptação a novas situações que os indivíduos possuem.

As circunstâncias pessoais são divididas pelos autores em três categorias de fatores: 1) as circunstâncias familiares, em que o indivíduo sente necessidade de cuidar de crianças ou idosos da família; 2) a cultura de trabalho, que se baseia na motivação em contexto familiar/social/etc. que é submetido o indivíduo e 3) o acesso aos recursos, recursos estes que permitem a mobilidade física (transportes, o consumo (capital financeiro) ou que permitem o acesso à informação (capital social).

Os fatores externos são aqueles que estão associados às dinâmicas do próprio mercado de trabalho, “às tendências macroeconómicas, às formas contratuais, às condições de trabalho e às políticas de recrutamento das empresas”, ou seja, resumidamente, “refletem os mecanismos de regulação do mercado de trabalho como as políticas de gestão de recursos humanos por parte das empresas” (McQuaid e Lindsay, 2005, citado por Almeida, 2007:54).

No entanto, a melhoria da empregabilidade não passa só pela criação de oportunidades e melhoria da qualidade do emprego, passando também por um maior investimento em formação/qualificação.

A empregabilidade não é dissociável dos processos de formação, constituindo-se como um elo de ligação entre as características dos indivíduos e as necessidades do mercado de trabalho (Marques, 2005).

Desta forma, os trabalhadores sentem, cada vez mais, necessidade de adquirir as competências necessárias de modo a garantir o acesso e a sua permanência no mercado de trabalho, ganhando, assim, importância a formação escolar e profissional, numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida (Marques, 2005).

Segundo Kovács *et al.* (1994:18) o conceito de formação designa o “conjunto de conhecimento necessários para o exercício de determinada função, adquiridos, tanto por formação escolar ou extraescolar, orientada para o exercício da atividade profissional, como pelo exercício da profissão, eventualmente completada por cursos de aperfeiçoamento ou reciclagem”.

Por outro lado, a formação é também uma parte integrante do processo global de socialização. Para Lesne e Mynvielle (1990, citado por Canário, 2000:123) isto possibilita apreender as ações de formação como “socializações que resultam de interações quotidianas nos meios onde se desenrola a vida profissional e social” e que estão na origem do deslocamento dos projetos formativos para os contextos de trabalho.

De seguida iremos analisar o papel que a própria prisão tem na reabilitação de reclusos (através do trabalho, educação e formação) e na reinserção de ex-reclusos na sociedade.

1.2 O papel da prisão

1.2.1 Do castigo à reabilitação

Para Rocha (1994, citado por Portugues, 2001:366), “desde que a prisão tornou-se a pena por excelência, relegando os castigos corporais, os suplícios físicos, desonras, banimentos, esforços extenuantes, etc., recaiu sobre ela a dupla função de punir e reabilitar”. Por um lado, a prisão deve punir, mas também deveria dar condições aos reclusos para retomarem à sociedade devidamente reintegrados. Contudo, a realidade é diferente dentro das prisões, uma vez que devido a vários fatores, como por exemplo a sobrelotação, as condições de higiene, saneamento e atendimento médico precárias e deficientes (Lopes, 2013), alimentação deteriorada, assistência judicial, social, profissional e educacional precária (Onofre, 2009), entre outros, dificultam toda uma vivência dentro da prisão. A negação destes direitos prejudica tanto o recluso como a sociedade que recebe estas pessoas sem que as mesmas tenham passado por um processo de reinserção correto.

Sabe-se que Portugal é dos poucos países da Comunidade Europeia condenado por atentados aos direitos humanos dos presos pela Amnistia Internacional e pela Comissão de Direitos do Homem do Conselho da Europa (Dores, 2002) dando assim razões para que a prisão continue a ser vista como a “escola do crime”, contudo era importante que a mesma fosse antes vista como “escola para a vida” (Gabriel, 2007) o que implica a existência de uma prisão mais humanizada e respeitadora dos direitos humanos.

O processo de reinserção deveria começar a ser desenvolvido dentro das prisões, onde os reclusos não podem ser apenas culpabilizados pelo que fizeram e tem de começar a ser perspetivados na sua multidimensionalidade e complexidade, como seres sociais que são. O que acontece, por vezes, é que acabam por serem “vítimas” de um sistema que tende a negar o exercício dos seus direitos.

Alguns autores, como Vaz (2000:4) defendem que “mais do que punir, a pena deve possibilitar a reabilitação do delinquente recuperando-o para a vida em sociedade”. Isto vai de encontro com o descrito pelo artigo 42.º, nº1 do Código Penal, que afirma que “a execução da pena de prisão, servindo a defesa da sociedade e prevenindo a prática de crimes, deve orientar-se no sentido da reintegração social do recluso, preparando-o para conduzir a sua vida de modo socialmente responsável, sem cometer mais crimes.” Desta forma conseguimos perceber que de facto, ocorreu uma mudança no sistema penitenciário pois antes a sua base estava na punição e agora tem o intuito de servir a sociedade.

Estes indivíduos necessitam de “estratégias cada vez mais eficientes e inovadoras de ressocialização e (re)inclusão, pois não é suficiente punir-se um indivíduo porque comete crimes, a par da punição é preciso a reabilitação” (Morgado, 2012:9). Assim, não se pretende que o indivíduo sofra um corte radical

com as suas anteriores aprendizagens e vivências, mas que adquire novas competências e experiências que o façam interiorizar “outras normas e valores eventualmente diferentes daqueles a que estava habituado e que o ensinam a viver socialmente em conformidade com a nova condição que passa a deter” (Maia, 2002, citado por Morgado, 2012:9).

A educação e a formação são direitos básicos muito importantes, tanto para o indivíduo livre como para o indivíduo que se encontra privado da sua liberdade, constituindo-se, neste caso, como “um elemento do tratamento penitenciário” como meio para a reintegração social do indivíduo (Craidy, s/d).

A educação e formação inserida em meio prisional é de extrema importância não só para os que se encontram a cumprir pena, mas também para a sociedade, uma vez que educando e formando estes indivíduos poderá ser mais fácil a sua reintegração na sociedade, permitindo também melhores oportunidades de reintegração no mercado de trabalho (Craidy, s/d).

Para Bernet (2003:112) é necessário investir “no desempenho de uma atividade de trabalho, na participação em atividades de formação, que podem ajudar o recluso a estabelecer contactos externos, promovendo uma autoimagem mais positiva e produtiva, a quebrar o ciclo de monotonia e frustração em que se encontra e a preparar-se para o regresso ao exterior, aspetos todos eles coerentes com as finalidades ressocializadoras que, em teoria, é a vida na prisão”. Assim, existe uma tensão entre a garantia do direito à educação e à formação e o modelo vigente dentro das prisões, pautado pela sobrelotação, por diversas violações de direitos e pelo próprio exercício de segurança e disciplina.

Desta forma, é crucial que o sistema judicial tenha noção da importância do seu papel reabilitador, “que se tem vindo a fazer a partir de um enfoque educativo e formativo, tanto em contexto prisional, propriamente dito, como no contexto de transição do recluso para a sua participação ativa na sociedade e, ainda, no contexto da sua reinserção profissional (no mercado de trabalho)” (Canastra *et al.*, 2012:85).

De seguida iremos discutir o que a própria lei refere quanto à reabilitação e reinserção da população prisional na sociedade.

1.2.2 O enquadramento legislativo da formação profissional em contexto prisional

A lei portuguesa define o tratamento prisional como um “conjunto de atividades e programas de reinserção social que visam a preparação do recluso para a liberdade, através do desenvolvimento das suas responsabilidades, da aquisição de competências que lhe permitam optar por um modo de vida socialmente responsável, sem cometer crimes e prover às suas necessidades após a liberdade” (art.º 5º, nº2 do Código da Execução de Penas e Medidas Privativas de Liberdade - CEPML).

No ponto nº1, do artigo 41.º deste mesmo Código, está mencionado o facto de o trabalho estar enquadrado na programação do tratamento penitenciário pois “visa criar, manter e desenvolver no recluso capacidades e competências para exercer uma atividade laboral após a liberdade, de modo a possibilitar uma vida economicamente independente e facilitar a sua reintegração social.

Furtado e Condeço (2009) referem que, tendo em conta o direito penitenciário português, podemos identificar três grandes períodos na sua evolução: 1) a publicação do Regulamento das cadeias civis do continente do reino e ilhas adjacentes, a 21 de setembro de 1901; 2) a Reforma da Organização Prisional, ocorrida em 1936, publicada com o DL n.º 26643; 3) a reforma Penitenciária de 1979, aprovada pelo DL n.º265/79, (que entretanto já sofreu alterações pelos DL n.º49/80, pelo DL n.º414/85 e mais recentemente pela Lei n.º 115/2009 – que deu origem ao CEPMPL).

O DL n.º 265/79 tem como grande finalidade a reintegração do recluso na sociedade, arranjando estratégias que o preparem para o futuro, de modo a que conduza a sua vida de um modo socialmente aceite e responsável, sem praticar crimes. De modo a flexibilizar a execução das penas de prisão, este Decreto Lei prevê que as condições de execução de pena devem aproximar-se o mais possível da vida em meio livre, de modo a evitar as consequências nocivas do encarceramento.

A concessão de medidas de flexibilização da pena, saídas precárias e/ou liberdades condicionais revelam-se de extrema importância pois ajudam “a evitar os efeitos dessocializadores da pena de prisão, permitindo uma preparação progressiva para a libertação” (Gomes, 2003:115).

É nesta linha de pensamento que o DL n.º 265/79 (com a alteração introduzida pelo DL n.º 49/80) criou mecanismos de flexibilização na execução de pena e de preparação para a liberdade, designadamente com o regime aberto e com as saídas do estabelecimento prisional, com o objetivo de restabelecer relações com a sociedade, de uma forma mais gradual e progressiva.

Desta forma, o DL n.º 265/79 prevê que o RAVE (regime aberto voltado para o exterior) esteja vocacionado para a possibilidade de frequência de atividades formativas ou profissionais (por conta própria ou dependente) no exterior do estabelecimento prisional enquanto que o RAVI (regime aberto voltado para o interior) permite o acesso ao trabalho no estabelecimento prisional, dentro ou fora dos muros da prisão, sendo o recluso submetido a uma vigilância descontínua. Ambos os tipos de regime aberto permitem a aproximação do recluso ao meio livre contribuindo para proporcionar o (re)estabelecimento dos vínculos familiares e laborais.

No que refere ao trabalho, formação e aperfeiçoamento profissional, verificamos que no artigo 63.º, do DL n.º265/79, nas suas alíneas a) e d), respetivamente, se refere que “o trabalho, a formação e o aperfeiçoamento profissionais, bem como as atividades ergoterápicas realizadas nos estabelecimentos, visam, fundamentalmente, criar, manter e desenvolver no recluso a capacidade deste realizar uma

atividade com que possa ganhar, normalmente, a vida após a libertação, facilitando a sua reinserção social”.

Neste sentido, e tendo como referência o ponto 4 do artigo 63.º do referido DL, ao “recluso apto para o trabalho deve, com o seu consentimento, ser dada oportunidade de frequentar cursos de formação e aperfeiçoamento profissionais, de mudar de ofício ou profissão e ainda de participar noutras formas de instrução e de aperfeiçoamento”. Segundo este decreto-lei, a formação profissional e o trabalho poderão ser fatores decisivos para uma plena reintegração social dos reclusos, tendo em conta que se pretende que estes “desenvolvam o sentido de responsabilidade e sejam estimuladas atitudes positivas e competências para uma vida economicamente independente aquando da saída da prisão” (ponto 5 do artigo 63.º do DL n.º265/79).

Com a Lei n.º115/2009, foi criado o Código da Execução de Penas e Medidas Privativas de Liberdade (CEPMPL), em que no artigo 21.º vem mencionado o Plano Individual de Readaptação (PIR). Este plano “visa a preparação para a liberdade, estabelecendo as medidas e atividades adequadas ao tratamento prisional do recluso, bem como a sua duração e faseamento, nomeadamente nas áreas de ensino, formação, trabalho, saúde, atividades socioculturais e contactos com o exterior” (ponto 3 do artigo 21.º do CEPMPL).

Perante o DL n.º 265/79, no plano individual de readaptação devem constar as seguintes indicações: tipo de internamento (se regime aberto ou regime fechado), afetação a um estabelecimento ou secção, trabalho, formação e aperfeiçoamento profissional, escolaridade, participação em atividades formativas, ocupação de tempos livres, medidas específicas de assistência e tratamento, medidas de flexibilidade na execução da pena, e medidas de preparação para a libertação.

Este plano deve ser considerado um processo dinâmico, em constante monitorização pois apesar de ser realizado à entrada do indivíduo no estabelecimento prisional, o mesmo tem de ser ir ajustando à realidade verificada, tendo sempre presente que se deve procurar a participação e adesão do recluso na sua construção (ponto 3 do artigo 21.º do CEPMPL).

Apesar da importância da criação de um plano individual de readaptação individualizado para cada recluso, Gomes (2003) afirma que há profissionais desta área que afirmam que o plano individual de readaptação não está a ser posto em prática, como era suposto. Esta situação verifica-se por diversas razões, como por exemplo a falta de técnicos disponíveis para atender o número elevado de reclusos nos estabelecimentos prisionais, a falta de sensibilização para a importância deste plano, tal como as várias alterações legislativas que vão ocorrendo.

A 23 de julho de 2013, foi publicada a Resolução do Conselho de Ministros n.º46/2013 que determinou a elaboração de um Plano Nacional de Reabilitação e Reinserção (2013-2015). Este plano constitui-se como um instrumento de “planeamento estratégico de atuação do sistema de execução das penas e

medidas em Portugal, enquanto pilar da atuação da justiça, simultaneamente enquadrado nas políticas nacionais e em articulação com as orientações internacionais em matéria de execução de penas” (preâmbulo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 46/2013).

A criação deste plano foi de encontro à necessidade de serem estipuladas melhorias nas condições de reinserção social, pois “a reabilitação do comportamento criminal pela alteração da conduta delituosa, pela promoção de estilos de vida consonantes com os valores da comunidade, bem como pela promoção do exercício de uma cidadania plena e ativa, contribui decisivamente para a prevenção da reincidência criminal” (preâmbulo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 46/2013).

O Plano Nacional de Reabilitação e Reinserção (2013-2015) tem por base três princípios fundamentais de atuação: reabilitação do comportamento criminal, reinserção e responsabilidade social e sustentabilidade do sistema de execução de penas e medidas (prevendo a adoção de 96 medidas estruturadas em torno de 12 áreas estratégicas).

O principal objetivo do Plano Nacional de Reabilitação e Reinserção (2013-2015) é o aumento de oportunidades de mudança do próprio indivíduo e da sua reinserção social, estando em conexão com o seu meio envolvente, a montante da prisão, durante o período de reclusão e também após a sua libertação.

De seguida, iremos analisar o modo como o trabalho prisional, a educação e a formação profissional se transformaram nos três pilares da reabilitação de reclusos e reinserção profissional de ex-reclusos, tendo por base a legislação anteriormente mencionada.

1.3 Trabalho, Educação e Formação Profissional: os três pilares da reinserção de ex-reclusos

A educação, a formação profissional e o trabalho são três pilares fundamentais do processo de integração social, tornando-se fatores de tratamento penitenciário, “com importantes efeitos positivos na taxa de reincidência”, ou seja, é necessária a adoção de metodologias que permitam a preparação do recluso para o processo de reinserção na sociedade (Furtado e Condeço, 2009:40).

Sendo o trabalho, a educação e formação profissional fatores-chave no projeto de reintegração social e, tal como Gabriel (2007) menciona, isto permite a inclusão dos ex-reclusos no mercado de trabalho, ajudando-os a conseguir alterar os seus padrões sociais e ideológicos, através de uma modelagem estruturante que os reinsira dentro dos modelos sociais vigentes. O objetivo das prisões é o de transformar estes indivíduos em seres socialmente aceites.

O trabalho em meio prisional é identificado em três vertentes (Gomes, 2003:101): 1) o trabalho é visto como um “elemento fundamental para a regeneração moral e ‘normalização social’ do delinquente”, como uma “prática virtuosa (regeneração moral) e socialmente positiva (integração social)”; 2) o trabalho é visto como uma punição que deve ser somada à pena de prisão ou deve ser consequência de mau comportamento; 3) o trabalho é visto como uma atividade necessária para desenvolver competências que possibilitem uma boa reinserção, que permitam ao recluso independência financeira aquando a sua libertação.

Foucault (1999:216) menciona, nas suas análises a este tema, a mesma opinião: “Não é como atividade de produção que o trabalho é extremamente útil, mas sim, pelos efeitos que produz na mecânica humana. É um princípio de ordem e de regularidade; através das exigências que lhe são próprias, transmitem de maneira insensível, as regras de um poder rigoroso; proporciona aos corpos movimentos regulares, relega a agitação e a distração, determina uma hierarquia e uma vigilância que devem ser bem aceites, e adentrarão mais profundamente no comportamento dos condenados, por fazerem parte de sua lógica”.

Grande parte dos reclusos não possuem qualquer tipo de hábitos de trabalho pois tiveram um percurso de vida ligado à delinquência, marginalidade, abandono escolar, acabando por não estar inseridos na sociedade e levando-os à sua situação de privação de liberdade (Rodrigues, 2013).

No estudo realizado por Gomes, Duarte e Almeida (2004:29), afirma-se também que o trabalho prisional é “visto como um importante instrumento de manutenção da ordem e da segurança na prisão” pois atenua as consequências negativas da inatividade, “tais como o consumo de drogas, os jogos ilícitos ou a violência”. O facto de os reclusos se manterem ocupados, seja com o trabalho prisional, o ensino, a formação profissional ou outras atividades, faz com que seja mais fácil para o corpo de guardas prisionais controlar a vida diária no estabelecimento prisional.

O trabalho deve ser “orientado para a formação, para a produtividade, para a implementação de disciplina e da obediência, para formar hábitos e comportamentos do cidadão honesto, de maneira a reforçar a consciência dos deveres morais, familiares e sociais do condenado” (Jardim, s/d, citado por Gomes, 2008:14).

Assim sendo, o trabalho é visto como uma forma de enriquecer as competências do recluso, tornando-se numa mais-valia aquando da sua saída para a vida em liberdade, possibilitando a facilidade no seu processo de reinserção social e profissional (Rodrigues, 2002).

A educação em situação de reclusão pode ter três objetivos imediatos (Júnior, 2011): 1) manter os reclusos ocupados de uma forma proveitosa; 2) melhorar a qualidade de vida dentro da prisão; 3) dar oportunidade aos reclusos de aprenderem ofícios, obterem novos conhecimentos, facilitar a

compreensão de modo a melhorarem as suas atitudes sociais e comportamentais, de modo a facilitar a sua reintegração na sociedade e, consequentemente, no mercado de trabalho.

O estudo “*Skills for life – The National Strategy for improving adult literacy and numeracy skills*”, realizado pelo *Department for Education and Skills (DfES, 2004)*, menciona que o aumento dos níveis de educação e de competências tem um impacto positivo na empregabilidade, um fator chave na diminuição da reincidência. Menciona também que pode melhorar a autoestima e a motivação, tal como reduzir a probabilidade de os filhos destes indivíduos virem a ter problemas na escola.

Lochner e Moretti (2001:2) partilham da mesma ideia, dizendo que “as estimativas sugerem que completar o secundário reduz a probabilidade de encarceramento”. Estes autores realizaram um estudo em que reuniram diversos dados (através dos Censos nos estabelecimentos prisionais, dos *FBI Uniform Crime Reports - UCR* e do *National Longitudinal Survey of Youth - NLSY*) e chegaram à conclusão que completar o 12ºano reduz significativamente os comportamentos criminais. Desta forma, Lochner e Moretti (2001) defendem a importância da obtenção do 12ºano como algo de positivo para os reclusos, apesar dos benefícios da educação nem sempre serem vistos dessa forma pelos próprios reclusos.

Um estudo, realizado por Tyler e Kling (2006), mostra que os reclusos presos por crimes menores têm maior sucesso no regresso ao mercado de trabalho após a participação num programa educativo dentro da prisão. Contudo, os benefícios provenientes do programa educativo realizado tendem a desaparecer passados dois anos após a libertação do recluso. A razão para que isso aconteça pode estar relacionado com o facto de os reclusos realizarem este tipo de programas educativos para impressionar os técnicos que trabalham com eles na prisão, os guardas prisionais e até mesmo os restantes reclusos, ou seja, a motivação não é de facto o desejo de melhorar os seus resultados na sua reintegração quando liberto, mas sim melhorar a sua situação prisional, aos olhos dos demais.

É de extrema importância o impacto que as aquisições escolares e formativas têm na transformação pessoal de ex-reclusos, pois são valências fundamentais em qualquer projeto de reinserção social (Gabriel, 2007). A formação profissional pode “contribuir para a prevenção e a reparação da exclusão social de que é alvo [o recluso], dotando-o de competências pessoais e profissionais” (Rodrigues, 2013:4). O aumento das qualificações e a aprendizagem e/ou desenvolvimento de novas competências pode revelar-se preponderante na reinserção de ex-reclusos na sociedade, proporcionando-lhes proatividade e confiança neles próprios.

Segundo Portugues (2001:360), o espaço de educação e formação “pode apresentar-se como um espaço que se pautar por desenvolver uma série de potencialidades humanas, tais como: a autonomia, a crítica, a criatividade, a reflexão, a sensibilidade, a participação, o diálogo, o estabelecimento de vínculos afetivos, a troca de experiências, a pesquisa, o respeito e a tolerância”.

Noutra perspetiva, Pereira e Costa (2013:217) afirmam que a educação e formação são utilizadas como “moeda de troca para manutenção da ordem disciplinar”. Webster (1997, citado por Gomes, 2003:247) também afirma que tanto a formação como o trabalho, são formas de manter os reclusos ocupados, diminuindo a tensão existente no estabelecimento prisional, visto que “enquanto trabalha, não só não está a pensar em atividades nocivas à ordem e à segurança, como nem sequer tem tempo para as executar”.

Estudos como o realizado por Gomes, Duarte e Almeida (2004:28) revelam que existem algumas dificuldades em ver o ensino e a formação profissional como “vetores importantes na reinserção social dos reclusos”, pois, muitas vezes, tanto as administrações prisionais como os próprios reclusos veem estas atividades como uma “forma de ocupação durante o período de reclusão”. São os próprios reclusos, que, por vezes, não entendem a importância destes vetores não os entendendo como meios de adquirirem novos conhecimentos, novas competências, novas capacidades que os podem ajudar aquando da sua libertação.

Para Santos (2006:22), a formação profissional é uma ferramenta privilegiada para lutar contra a exclusão social “uma vez que possui características próprias que habilitam os sujeitos a poderem modificar a sua situação de excluídos”.

A formação profissional tem também efeitos muito importantes sobre a taxa de reincidência, visto que proporciona aos reclusos meios credíveis para que, após a reclusão, possam ser economicamente independentes e viverem a sua vida sem terem que recorrer a atos criminosos para sobreviver.

Tal como é mencionado no Relatório sobre o Sistema Prisional Português (Provedoria de Justiça, 1996:77), a formação profissional, para ser eficaz e oportuna “deverá estar adaptada às exigências do mercado de trabalho, sendo conveniente que responda às necessidades sociais e culturais dos reclusos e que lhes permita, depois da libertação, desenvolver uma atividade para a qual existam ofertas efetivas de emprego”.

Segundo alguns dos estudos anteriormente mencionados, a frequência de ações de formação profissional durante a reclusão tem vários aspetos positivos não só ao nível da empregabilidade dos ex-reclusos, mas também contribui no aumento da autoestima e da motivação pessoal, sendo por isso a formação profissional reconhecida como um vetor de tratamento penitenciário.

Alguns estudos mencionados por Gomes, Duarte e Almeida (2004:27), referem que “os reclusos que frequentam aulas ou cursos de formação profissional durante o período de encarceramento têm menor probabilidade de uma vez libertos, reincidirem”. O *Correccional Services of Canada* (1992, citado por *Social Exclusion Unit*, 2002:44), realizou um estudo intitulado “*Can educating adult offenders counteract recidivism?*”, em que conclui que o facto de os reclusos participarem em ações de formação sobre competências sociais básicas contribuiu para diminuir a taxa de reincidência em cerca de 12%. Simon

e Corbett (1996, citado por *Social Exclusion Unit*, 2002:52), concluíram no seu estudo intitulado “*An evaluation of prison work and training*”, que um recluso que encontre um emprego após a sua saída em liberdade tem entre 33% e 50% menos hipótese de reincidir.

Outro estudo, “*Effective regimes measurement research*” (Clark, 2001 citado por Gomes, Duarte e Almeida, 2004:27), conclui que tendo em conta a baixa escolaridade de um grupo de reclusos, aqueles que não frequentam formação em reclusão são três vezes mais suscetíveis de reincidirem do que reclusos que não frequentam formação.

Um estudo realizado por King e McDermott (1995), demonstrou que os reclusos dão pouca importância aos cursos de formação profissional desenvolvidos dentro da prisão. Apesar da oferta variada de formação profissional nas prisões analisadas pelos autores, os reclusos não se inscreviam nelas com o objetivo de iniciarem a aprendizagem de uma nova profissão ou ganhar novas competências que os ajudasse na sua reinserção profissional aquando da sua saída em liberdade pois, para eles, o mais importante era o facto de a realização de formação profissional lhes proporcionar uma forma de passar o tempo e que, apesar de lhes proporcionar alguns conhecimentos úteis, o que eles pretendiam mesmo era ter mais facilidades na concessão de liberdades condicionais.

Um estudo realizado em Espanha, por Esteban *et al.* (2014), que tinha como objetivo analisar até que ponto a formação profissional e os programas laborais nos estabelecimentos prisionais contribuem para a reinserção social e laboral dos reclusos e de ex-reclusos, chegou a duas grandes conclusões: 1) a formação profissional e os programas de trabalho contribuem para a reinserção dos reclusos, de acordo com as suas motivações pessoais e recursos sociais; 2) no entanto, o seu papel mais decisivo reside nos seus aspetos terapêuticos e educacionais na própria prisão, o que ajuda a manter a ordem e, indiretamente, a ressocialização dos reclusos.

Este mesmo estudo revelou que são várias as variáveis que influenciam a reinserção profissional de ex-reclusos, nomeadamente: o sexo, ou seja, os homens têm maior facilidade em encontrar trabalho do que as mulheres; tal como aqueles que possuem níveis de escolaridade mais elevados; tal como aqueles que deixam os estabelecimentos prisionais quando são mais novos; aqueles que não são reincidentes; aqueles que estiveram em prisão por menos de três anos e aqueles que foram colocados em regimes abertos e aqueles que demonstraram maior motivação no ano anterior à sua libertação.

Tal como outros estudos anteriormente mencionados, o estudo realizado por Esteban *et al.* (2014), demonstrou que nem sempre os verdadeiros objetivos destas iniciativas são verificados, ou seja, na sua maioria as razões apresentadas para estes reclusos se comprometerem nestas iniciativas são: a) possibilidade de não estarem no pátio da prisão, de modo a evitarem a interação com outros reclusos ligados a vários crimes ou ligados à reprodução de uma cultura prisional de resistência à autoridade; b) para lutarem contra o aborrecimento e para preservarem o balanço emocional; c) para obterem um

salário, de modo a melhorarem a sua qualidade de vida na prisão ou então para enviar esse dinheiro para as suas famílias; d) para aqueles que têm o crime normalizado, criarem uma imagem de bom comportamento, por participarem nestes programas e dando sinais da sua intenção em ter uma reinserção na sociedade positiva e de pretendem abandonar as atividades criminais.

Esta realidade é também abordada por Gomes (2003:104) que afirma que a participação nestas atividades “tem em vista a ocupação do tempo, estar fora das celas, comer no refeitório e, sobretudo, dar de si uma imagem positiva, que, acreditam, ajuda à obtenção de saídas precárias e liberdades condicionais”.

O estudo realizado por David (2015) revela exatamente o que outros autores mencionam, nomeadamente acerca das reais motivações para os reclusos frequentarem formação profissional: alguns tinham hábitos de trabalho no exterior e querem manter-se ocupados, outros vão porque sabem que isso os poderá beneficiar a nível das medidas de flexibilização da pena (sobretudo liberdades condicionais) e ainda há aqueles que o fazem para terem dinheiro para os seus gastos diários.

1.3.1 Dificuldades na promoção de formação profissional em contexto prisional

No decorrer do desenvolvimento de atividade referentes a trabalho, educação e/ou formação profissional, deparamo-nos com diversas dificuldades para alcançar o seu sucesso. O relatório realizado pela Provedoria de Justiça (1996) identifica algumas dificuldades para o facto de a atividade laboral não decorrer da forma expectável, nomeadamente as insuficiências orçamentais existentes, a carência de guardas prisionais (destinados a vigiar os reclusos durante o trabalho) e a própria falta de aptidão dos reclusos para trabalhar, frequentemente associada ao consumo de substâncias ilícitas, que lhes vão diminuindo as capacidades.

De acordo com o estipulado nas Regras Penitenciárias Europeias (2006:12), “a organização e os métodos do trabalho realizado nos estabelecimentos prisionais devem aproximar-se, tanto quanto possível, dos que regem trabalho análogo na comunidade livre, a fim de preparar os reclusos para as condições da vida profissional normal”.

Segundo o relatório elaborado pela Provedoria de Justiça (1996:74), para que tal seja possível, “dever-se-á procurar desenvolver uma nova conceção de trabalho penitenciário - no seu ritmo e na sua duração, na sua produtividade e organização - para que se atinjam, no meio prisional, resultados comparáveis aos do trabalho prestado no mundo livre”.

Em relação à realização de ações de formação, o relatório elaborado pela Provedoria de Justiça (1996), começa por identificar as dificuldades encontradas ao nível das próprias condições logísticas. Verificou-

se que não existem, em número suficiente, instalações adequadas (bem equipadas e/ou com material atualizado), não existindo locais adaptados às necessidades e efetivamente, a insuficiência de material pedagógico. Todas estas questões podem reduzir, nalguns casos, a eficácia destes programas formativos.

O relatório do *Social Exclusion Unit* (2002) vai mais longe e identifica alguns problemas relativamente à própria construção dos referenciais de formação e às metodologias das sessões dadas nos estabelecimentos prisionais. O mesmo se verifica a nível nacional, estando os referenciais de formação utilizados nos estabelecimentos prisionais, integrados no Catálogo Nacional de Qualificações. Os referenciais de formação não têm em conta o perfil das populações prisionais de cada estabelecimento, o tempo médio de permanência dos reclusos nos estabelecimentos prisionais tal como não tem em conta os recursos existentes nos estabelecimentos prisionais para o desenvolvimento das ações de formação.

O mesmo é defendido por Gabriel (2007:121) que menciona que as metodologias adotadas e os instrumentos pedagógicos utilizados não são adequados aquela população, uma população adulta que já há muito que desistiu da escola e que a vê de uma forma bastante negativa, sendo um sinónimo de fracasso, população esta que sofre de um desequilíbrio emocional característico de quem se encontra preso e que por vezes recorre a substâncias ilícitas para fugir à realidade em que se encontra. Todos estes fatores devem ser tidos em conta aquando da realização de programas formativos junto desta população.

O relatório do *Social Exclusion Unit* (2002) também alerta para o facto de frequentemente as sessões de formação serem canceladas ou sofrerem diversos atrasos devido à falta de funcionários disponíveis nos estabelecimentos prisionais. Por outro lado, também existem funcionários dos estabelecimentos prisionais que não acreditam que a formação seja uma prioridade e, havendo outras necessidades, facilmente sacrificam as sessões de formação não disponibilizando recursos humanos para esse acompanhamento.

Por último, neste relatório ainda se afirma que, muitas vezes, não existe coordenação entre os programas de educação e formação desenvolvidos em reclusão com iguais oportunidades existentes no meio exterior, ou seja, não havendo apoios a ex-reclusos para que estes continuem os estudos iniciados no estabelecimento prisional, acaba-se por deitar a baixo o esforço realizado, tanto pelo ex-recluso como pela prisão, dentro do estabelecimento prisional.

Para além destas dificuldades encontradas intramuros da prisão, outras mais poderão condicionar a reinserção profissional de ex-reclusos, passando pela própria sociedade em si e a visão que a mesma tem desta população.

1.4 A sociedade e os ex-reclusos

Até ao terceiro quartel do século XX, a prisão era vista como um local que servia para afastar os indivíduos não cumpridores da lei, da restante sociedade cumpridora. Com o passar dos anos vemos que essa tendência tem vindo a perder força pois cada vez mais se pretende a inclusão destes indivíduos não cumpridores, no seio das comunidades a que pertencem (Gomes, 2003).

O Relatório “A Execução das Medidas Privativas da Liberdade” refere que “a abertura da prisão à sociedade, para além de permitir ao cidadão livre adquirir um conhecimento próprio da realidade penitenciária (...), desempenha um papel autónomo na não dessocialização do recluso, na medida em que atenua os efeitos negativos da institucionalização” (Comissão para a Reforma do Sistema de Execução de Penas e Medidas, 1997:18).

Na sua maioria, a sociedade rotula negativamente os indivíduos que outrora estiveram presos. Mesmo após o cumprimento da pena que lhes é atribuída, de modo a pagarem a sua dívida à sociedade, estes indivíduos continuam a ser postos de parte pela sociedade, não se livrando do rótulo de ex-reclusos (Gomes, 2008).

Não nos podemos esquecer que estes indivíduos fazem parte da sociedade em que vivemos e como tal têm os mesmos direitos que qualquer cidadão (Gomes, 2008).

Torna-se cada vez mais importante que a prisão se abra à comunidade e que a comunidade ganhe consciência dos problemas e das dificuldades dos reclusos para que se sinta legitimada para intervir, havendo assim uma maior interação entre ambos, reclusos e comunidade (Gomes, 2003).

Tal como é mencionado no Relatório da Provedoria de Justiça – “As Nossas Prisões” (Provedoria de Justiça, 2003:42), “a personalização do tratamento não existe só para benefício do recluso. É ela mesmo a maior esperança que, a prazo, pode ter a Comunidade na não repetição de atos que vulneram a paz social”. Desta forma percebemos a importância dada à reabilitação destes indivíduos, de modo a que não voltem a repetir ações que os levem de regresso à reclusão.

Em termos sociais, o facto destes indivíduos terem estado presos, traz inúmeras consequências, tanto para eles próprios como também para a comunidade a que eles pertencem, para além de todo o sofrimento e problemas interpessoais trazidos pela situação de reclusão (mais agravados quando se tratam de penas longas) existe toda uma estigmatização, uma rotulagem social, uma quebra nas estratégias escolares e profissionais (quando existem), uma desestabilização familiar e consequentemente social, que não facilita a reinserção social e profissional destes indivíduos (Morgado, 2012).

A única medida à qual os presos são sentenciados é a privação da liberdade, apesar de grande parte da sociedade não concordar com os investimentos que são feitos no sentido da reabilitação desta população. Grande parte da sociedade repudia o tratamento dos reclusos no que trata a educação/formação pois considera que é um benefício, o que não é verdade pois é um direito fundamental de natureza social, explícito na Declaração Universal dos Direitos Humanos – artigo 26.º – “Toda pessoa tem direito à instrução (...). A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais”.

A educação e formação não deveria ser vista como um benefício, privilégio ou regalia e, muito menos, vista como uma recompensa oferecida em troca de bom comportamento. Esta deveria ser considerada como um elemento importante, “capaz de oferecer aos presos oportunidades para um melhor aproveitamento do tempo em que permanece na prisão” (Craidy, s/d: 5).

Como já foi mencionado, a forma como a sociedade olha para os reclusos e para as prisões tem vindo a mudar aos poucos e poucos. Para Rodrigues (2013:3), “qualquer política de apoio à reinserção socioprofissional de pessoas em situação de desfavorecimento, como é o caso da população reclusa, é sempre uma mais-valia para a sociedade”, pois quando voltarem para a sociedade, e como já foi verificado em estudos anteriormente mencionados, o facto de terem trabalho após a sua libertação diminuirá a sua reincidência.

Tem sido feito um esforço, por parte dos cidadãos, das empresas e instituições, para se desenvolverem atividades nas prisões, de modo a ajudar os reclusos na sua preparação aquando do regresso ao mercado de trabalho. A sociedade tem mostrado uma abertura ao meio prisional promovendo ações e projetos que envolvem os reclusos e as instituições públicas e particulares, empresas, voluntários e outros cidadãos. Desta forma, é possível valorizar as competências dos reclusos e proporcionar uma segunda oportunidade de reinserção. Contudo, apesar desta sensibilidade, “ainda se faz sentir (...) o peso do “estigma” de se ser “ex-recluso” (Canastra *et al.*, 2012:85).

Desta forma, encontramos alguns desafios na reinserção profissional de ex-reclusos, como iremos analisar de seguida.

1.5 Desafios da reinserção profissional de ex-reclusos

Encontramo-nos num momento especialmente difícil a nível económico, havendo uma taxa de desemprego relativamente elevada em Portugal. Torna-se difícil para as pequenas e médias empresas manterem-se em funcionamento, demonstrando cada vez mais dificuldades a nível competitivo (Correia, s/d).

Cada vez mais o mercado de trabalho exige profissionais qualificados para compor seu quadro laboral e as constantes mudanças no ambiente externo às organizações, que geram a necessidade destes profissionais mais qualificados, têm provocado impactos na área de gestão de pessoas (Lima e Ferreira, 2011, citado por Rocha *et al.*, 2013:186). Estes profissionais mais qualificados “são disputados pelas diferentes organizações com o objetivo de obterem vantagem competitiva, pois o capital humano tem agregado valor, sendo um diferencial entre concorrentes” (Snell e Bohlander, 2009, citado por Rocha *et al.*, 2013:188). Como tal, é necessário que os trabalhadores correspondam às necessidades exigidas pelas empresas, de modo a garantirem o seu acesso e permanência no mercado de trabalho.

Esta exigência faz com que a falta de qualificações dificulte a inserção de indivíduos no mercado de trabalho, principalmente se estes indivíduos forem ex-reclusos. A reinserção profissional de ex-reclusos é bastante complicada pois a dificuldade em encontrar colocação junto das organizações é ainda mais evidente, pois os ex-reclusos, para além de terem um passado ligado à criminalidade, têm, na sua grande maioria, uma baixa ou mesmo ausência de qualificações profissionais para reintegrarem mais facilmente o mercado de trabalho. Por norma, as habilidades laborais são fracas ou pouco desenvolvidas, não possuindo hábitos de trabalho desenvolvidos e o facto de terem estado presos provoca uma falta de experiências de trabalho recentes. Normalmente, havendo uma oportunidade de trabalho, onde existam dois candidatos, em que um é ex-recluso e o outro alguém sem antecedentes criminais, a escolha do empregador acaba por recair no indivíduo que nunca teve problemas com a justiça.

Tendo em conta que os reclusos são pessoas que possuem um conjunto de *handicaps*, marcados por comportamentos rebeldes; possuem personalidades muito instáveis; não possuem projetos de vida estipulados; possuem níveis educacionais e económicos baixos; são acompanhados de trajetórias familiares complexas (Silva, 2012); muitos possuem um histórico de uso/abuso de substâncias ilícitas, juntamente com problemas de saúde, físicos e/ou mentais, torna-se ainda mais importante reeducá-los de modo a ser mais fácil a sua reinserção na sociedade.

Gabriel (2007:19) refere que “mais importante do que ensinar saberes instituídos é promover as ferramentas necessárias para que o indivíduo possa por si próprio entender a importância da busca do conhecimento e ele próprio delinear um projeto de vida que passe pela aplicação de competências adquiridas.”

Por um lado, os reclusos sofrem as atitudes dos empregadores que preferem contratar alguém que não tenha antecedentes criminais; por outro lado, as próprias leis não facilitam o processo de reinserção profissional, tornando-se insuficientes para muitos ex-reclusos (Harris e Keller, 2005).

Desta forma, Harris e Keller (2005) afirmam que é importante serem implementadas algumas intervenções, de modo a facilitarem a reinserção profissional dos ex-reclusos, como por exemplo: o

aumento do número de parcerias entre o sistema judicial e os empregadores, de modo a existirem oportunidades para o emprego de longa duração ou a existência de benefícios para as empresas que contratem ex-reclusos.

Tal como é mencionado por Correia (s/d: 12), a inclusão deste tipo de população “deve ser encarada como uma mais-valia, uma forma de promoção de igualdade de oportunidades, gerando uma sociedade menos discriminatória e um desenvolvimento de políticas e de práticas mais inclusivas, promovendo atitudes pró-ativas na sociedade em geral”, pois para uma sociedade mais justa é necessário que exista uma promoção ativa da inclusão desta população, pois são um grupo excluído pela sociedade.

Cada vez mais é necessário que se desenvolvam ações de formação para aqueles grupos que estão em desvantagem no mercado de trabalho (baixos níveis de formação/qualificação e menor grau de estabilidade do emprego), especificamente concebidas de acordo com as suas características.

Claro está que temos a perfeita noção que mesmo qualificados, os ex-reclusos têm muita dificuldade em se inserir no mercado de trabalho, também devido às altas taxas de desemprego no País. Segundo Julião (2007), não é só com a capacitação profissional que se vai conseguir inserir o ex-recluso no mercado de trabalho, pois tendo em conta o número de profissionais qualificados desempregados, o mercado torna-se cada vez mais seletivo, priorizando novas competências, daí a importância da aprendizagem ao longo da vida, mesmo em situação de reclusão.

Segundo Craidy (s/d), não se pode afirmar que investindo na educação e na formação de reclusos, isso irá diminuir a percentagem de reincidência, mas poderá contribuir para estas pessoas desenvolverem e procurarem alternativas para a sua reinserção na sociedade.

Para Rosa (2010:74) “são inúmeros os benefícios associados ao emprego de ex-reclusos, nomeadamente o aumento da autoestima e da confiança, bem como a prestação de assistência financeira à família”. Por outro lado, também existem benefícios, como por exemplo a diminuição na percentagem de criminalidade, a redução de despesas para o governo (devido à baixa criminalidade) e a verificação de uma maior justiça social no que respeita as atitudes da sociedade perante estes indivíduos.

O que se verifica é que quando os reclusos saem da prisão, muitos não possuem poupanças, não têm direito imediato ao subsídio de desemprego e têm poucas perspetivas de emprego. A ausência de emprego é um fator consistente na questão da reincidência e na violação de liberdades condicionais, mas a história criminal destes indivíduos não facilita a reinserção dos mesmos (Rosa, 2010).

2 – Objetivos e Metodologia

Neste segundo capítulo pretende-se identificar os objetivos do estudo e sustentar as opções metodológicas adotadas na realização da investigação. Assim, são apresentados os objetivos gerais e específicos do estudo, as opções metodológicas e as técnicas de recolha e análise de dados, bem como a caracterização da amostra que suporta o nosso estudo empírico.

2.1 Objetivos do estudo

Para Quivy e Campenhoudt (1992:32), “traduzir um projeto de investigação sob a forma de uma pergunta de partida só é útil se essa pergunta for corretamente formulada” e para que isso aconteça a mesma deve possuir três qualidades: clareza, exequibilidade e pertinência.

Para estes autores é necessário que uma pergunta de partida seja formulada de uma forma “precisa cujo sentido não se preste a confusões”, ou seja, as interpretações feitas pelo seu autor devem convergir e corresponder à sua intenção (Quivy e Campenhoudt, 1992:33). Por outro lado, “uma boa pergunta de partida deve ser realista, isto é, adequada aos recursos pessoais, materiais e técnicos em cuja necessidade podemos imediatamente pensar e com que podemos razoavelmente contar” (Quivy e Campenhoudt, 1992:35). A pertinência de uma pergunta de partida está relacionada com a importância do registo teórico em que se enquadra o tema que se pretende estudar.

De modo a compreender a forma como a formação profissional contribui para a qualificação e reinserção dos ex-reclusos no mundo do trabalho, foi definida a seguinte pergunta de partida: “Qual o papel da formação profissional na reinserção profissional dos ex-reclusos?”. Desta forma pretende-se compreender de que forma a formação é um elemento facilitador da reinserção no mercado de trabalho destas pessoas.

Neste momento é importante perceber que atividades têm sido desenvolvidas ao nível das políticas públicas com esta finalidade e se o trabalho que tem sido desenvolvido pelo CPJ, enquanto instituição responsável pela execução da política de formação em meio prisional tem tido os resultados pretendidos, ou seja, se a promoção de atividades de formação que visam a valorização da população adulta prisional, com vista à sua integração na sociedade e no mundo laboral, tem tido o sucesso desejado.

Assim, o objetivo principal desta investigação é o de analisar o contributo da formação profissional para a reinserção profissional dos ex-reclusos.

Como objetivos específicos com vista a atingir o nosso objetivo geral enunciamos os seguintes:

- a) caracterizar a população prisional e o seu acesso à formação profissional;
- b) caracterizar o enquadramento legal da formação profissional e o trabalho realizado pelo CPJ;
- c) discutir o papel da formação profissional nos percursos de vida dos reclusos/formandos;
- d) analisar o contributo da formação profissional para a reinserção profissional dos ex-reclusos;
- e) compreender as dificuldades de reinserção profissional dos ex-reclusos.

2.2 Opções Metodológicas

Bogdan e Bilken (1994:16) utilizam a expressão investigação qualitativa como “termo genérico que agrupa diversas estratégias de investigação que partilham determinadas características”. Neste tipo de investigação, “os dados recolhidos são designados por qualitativos, o que significa ricos em fenómenos descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas, e de complexo tratamento estatístico (Bogdan e Bilken, 1994:16). As questões a investigar não se estabelecem mediante a operacionalização de variáveis, mas são, antes, formuladas com o objetivo de estudar fenómenos em toda a sua complexidade em contexto natural. As abordagens à metodologia qualitativa apresentam variações conforme as interpretações dos autores, mas aproximam-se nos aspetos fundamentais.

Segundo Fortin (2009:42) uma investigação qualitativa passa por várias etapas que podem ser efetuadas “simultaneamente ou de forma interativa”. Para esta autora o processo de uma investigação qualitativa divide-se em sete etapas, a saber: 1) a formulação de um problema geral de investigação; 2) o enunciado de questões precisas com vista a explorar os elementos estruturais, as interações e os processos que permitem descrever o fenómeno e elaborar o conceito; 3) a escolha dos métodos de colheita de dados; 4) a escolha de um contexto social e de uma população; 5) a colheita de dados e a sua análise; 6) elaboração de hipóteses interpretativas; 7) a reformulação interativa do problema, das questões ou modificações e a integração do conceito à medida que se juntam novos dados.

De modo a responder à pergunta de partida realizámos um estudo qualitativo com recurso ao estudo de caso, utilizando como técnicas de recolha de dados a recolha documental e a entrevista semi-diretiva ou semiestruturada a ex-reclusos que realizaram formação profissional em clausura, de forma a compreender a contribuição da formação profissional para a sua reinserção no mercado de trabalho.

Para Yin (2003:32) “um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo dentro do seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto não estão claramente definidos”. Para o autor o estudo de caso permite uma investigação que preserva as características holísticas e significativas dos eventos da vida real.

Stake (2012) distingue três tipos de estudo de caso: a) o intrínseco - quando o investigador pretende uma melhor compreensão de um caso particular que contém em si mesmo o interesse da investigação;

b) o instrumental - quando um caso é examinado para fornecer introspeção sobre um assunto, para refinar uma teoria, para proporcionar conhecimento sobre algo que não é exclusivamente o caso em si; o estudo do caso funciona como um instrumento para compreender outro(s) fenómeno(s); c) o coletivo - quando o caso instrumental se estende a vários casos, para possibilitar, pela comparação, conhecimento mais profundo sobre o fenómeno, população ou condição.

Tendo em conta a proposta de Stake (2012:19), a importância do estudo de caso deve-se ao facto de que ao estudá-lo “aprendemos sobre outros casos ou sobre um problema em geral, mas também precisamos de aprender sobre este caso em particular”.

Assim, o estudo realizado é um estudo de caso intrínseco pois pretende-se estudar a realidade específica de uma população, ou seja, a população ex-reclusa que frequentou formação profissional enquanto cumpria pena nos estabelecimentos prisionais e a importância que a realização dessa formação teve na sua reinserção profissional aquando da sua saída do estabelecimento prisional.

2.3 Técnicas de Recolha de Dados

Como já foi referido, como técnicas de recolha de dados foram utilizadas a entrevista semi-diretiva e a recolha documental por se considerar que são técnicas pertinentes para a obtenção de elementos de diagnóstico necessários para a concretização dos objetivos da investigação. Foram realizadas entrevistas individuais, presenciais e do tipo semi-diretiva, baseadas num guião, mas com questões abertas e flexíveis.

O estudo de caso tem por base os dados recolhidos através das pessoas envolvidas quer direta, quer indiretamente no fenómeno a ser estudado (através das entrevistas semi-diretivas), bem como na recolha de documentação.

Para De Ketele e Roegiers (1999:18) “a entrevista é um método de recolha de informações que consiste em conversas orais, individuais ou de grupos, com várias pessoas selecionadas cuidadosamente, cujo grau de pertinência, validade e fiabilidade é analisado na perspetiva dos objetivos da recolha de informações”.

Quivy e Campenhoudt (1992) defendem que o inquérito por entrevista, ajuda a melhorar o conhecimento do terreno e pode, ainda, fazer surgir questões insuspeitas que ajudarão o investigador a alargar o seu horizonte e a colocar o problema da forma mais correta possível.

Segundo Quivy e Campenhoudt (1992), a entrevista distingue-se dos restantes métodos na medida em que implica uma interação humana direta, munida de capacidades de comunicação. A entrevista permite a obtenção de informações e elementos de reflexão muito mais ricos do que com o uso do método por

questionário. Permite que seja realizada uma conversa entre o entrevistado e o entrevistador, é conduzida e orientada por um guião e perguntas abertas e permitem que o entrevistado expresse ideias, refira acontecimentos e experiências.

Ainda para Fortin (2009), a entrevista tem três funções: 1) servir de método exploratório para examinar conceitos, relações entre as variáveis e conceber hipóteses; 2) servir de principal instrumento de medida de uma investigação; 3) servir de complemento a outros métodos, tanto para explorar resultados não esperados, como para validar os resultados obtidos com outros métodos ou ainda para ir mais em profundidade.

Tendo em conta a população entrevistada, é de extrema importância a sua confidencialidade e o seu anonimato, de modo a que não se sintam condicionados para falar sobre os temas propostos. Tal como afirmam Bogdan e Biklen (1994:77), “[a]s identidades dos sujeitos devem ser protegidas, para que a informação que o investigador recolhe não possa causar-lhes qualquer tipo de transtorno ou prejuízo”.

Segundo Bogdan e Biklen (1994:134) “a entrevista é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspetos do mundo”. A entrevista, em investigação qualitativa, pode constituir a estratégia dominante para a recolha de dados ou pode ser utilizada em conjunto com a observação participante, análise de documentos e outras técnicas.

A preparação de uma entrevista é uma das etapas mais importantes da investigação pelo que requer tempo e exige alguns cuidados, nomeadamente: o planeamento da entrevista, que deve ter em vista o objetivo a ser alcançado; a escolha do entrevistado, que deve ser alguém que tenha familiaridade com o tema pesquisado; a oportunidade da entrevista, ou seja, a disponibilidade do entrevistado em fornecer a entrevista que deverá ser marcada com antecedência para que o investigador se assegure de que será recebido; as condições favoráveis que possam garantir ao entrevistado o segredo das suas confidências e da sua identidade e, por fim, a preparação específica que consiste em organizar o roteiro ou formulário com as questões importantes.

Na entrevista semiestruturada ou semi-diretiva o entrevistador orienta-se por um guião de questões que serão abordadas livremente sem obedecer a uma ordem determinada, podendo o entrevistador alterar a ordem das questões preparadas ou introduzir novas questões no decorrer da entrevista, solicitando esclarecimentos ou informação adicional, não estando, portanto, regulado por um guião rígido e fechado. Por outro lado, o entrevistado também não está condicionado a responder apenas ao que lhe é perguntado, pois as perguntas são abertas, podendo expandir-se para outros temas não previstos pelo entrevistador. As entrevistas semiestruturadas passaram a ser amplamente usadas por os “pontos de vista dos sujeitos serem mais facilmente expressos numa situação de entrevista relativamente aberta do que numa entrevista estruturada ou num questionário” (Flick, 2005:77).

Este tipo de entrevista semiestruturada é uma mais valia pois permite a “obtenção de dados comparáveis de diferentes intervenientes no contexto alvo de estudo” (Correia, s/d:15).

Apesar da pertinência da sua realização, a entrevista, como técnica de recolha de dados, apresenta vantagens e limitações. Como vantagens Freixo (2010:193) refere: a) pode ser utilizada para todos os segmentos da população: analfabetos ou alfabetizados; b) há maior flexibilidade, podendo o entrevistador repetir ou esclarecer perguntas, ou ainda formular as questões de maneira diferente; c) oferece maior oportunidade para avaliar atitudes, condutas, podendo o entrevistado ser observado naquilo que diz e como diz; d) dá oportunidade para a obtenção de dados que não se encontram em fontes documentais e que sejam relevantes e significativos; e) há possibilidade de conseguir informações mais precisas, podendo ser comprovadas, de imediato, as discordâncias; f) permite que os dados sejam quantificados e submetidos a tratamento estatístico.

Como limitações Freixo (2010:193) menciona: a) dificuldade de expressão e comunicação de ambas as partes; b) incompreensão, por parte do entrevistado, do significado das perguntas de investigação, que pode levar a uma falsa interpretação; c) possibilidade de o entrevistado ser influenciado, consciente ou inconscientemente, pelo entrevistador, pelo seu aspeto físico, as suas atitudes, ideias, opiniões, etc.; d) disposição e disponibilidade do entrevistado em facultar as informações necessárias; e) retenção de alguns dados importantes, receando que a sua identidade seja revelada; f) ocupa muito tempo e é difícil de ser realizada.

No que se refere à recolha documental, Quivy e Campenhoudt (1992: 201) utilizam o termo “recolha de dados preexistentes”, onde se pode enquadrar a recolha documental. Os autores indicam que o investigador pode recolher dados para estudá-los por si próprios ou para encontrar informações úteis para estudar outros objetos. Estes documentos podem ser manuscritos, impressos ou audiovisuais, oficiais ou públicos, privados ou de algum organismo, contendo texto ou números.

Segundo Quivy e Campenhoudt (1992), a análise de documentos é especialmente importante na análise de 1) fenómenos macrossociais, demográficos e socioeconómicos; 2) mudanças sociais e do desenvolvimento histórico; 3) mudanças a nível organizacional; e 4) ideologias, sistemas de valores e da cultura.

Para outros autores, como Chaumier (1974, citado por Bardin, 2007:40) a análise documental é “uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar num estado ulterior à sua consulta e referência. Desta forma, permite passar de um documento primário para um documento secundário, tendo como objetivo “a representação condensada da informação, para consulta e armazenamento” (Bardin, 2007:41).

Para a realização das entrevistas necessárias para o desenvolvimento deste trabalho, foi utilizado um gravador áudio de modo a registar as entrevistas. No início de cada entrevista, foi explicado qual o tema

do trabalho e solicitado o consentimento dos entrevistados para a realização dessas gravações. Foi explicada a importância da participação de cada um para o bom desenvolvimento desta investigação e esclarecido que ao longo da entrevista apenas responderiam ao que quisessem, estando completamente à vontade caso não quisessem responder a alguma das questões. Todas as quatro entrevistas foram realizadas nas instalações da Associação “O Companheiro”¹ de modo a deixar os ex-reclusos entrevistados mais à vontade pois encontravam-se no ambiente familiar e conhecido.

Foram elaborados dois guiões de entrevista distintos, sendo um direcionado a um técnico de formação e outro a ex-reclusos que tivessem realizado formação profissional no estabelecimento prisional enquanto cumpriam pena.

No guião de entrevista direcionado ao técnico de formação foram consideradas duas dimensões de análise (Apêndice 3): 1) Formação Profissional (dentro do estabelecimento prisional); 2) Reinserção profissional de ex-reclusos.

Aquando da construção do guião de entrevista que foi aplicado aos ex-reclusos, foram consideradas quatro dimensões de análise (Apêndice 5): 1) Vivência em reclusão; 2) Percursos Formativo (dentro do estabelecimento prisional); 3) Acompanhamento (dentro do estabelecimento prisional); 4) Percorso Pós-reclusão.

A análise documental realizada demonstrou-se bastante importante pois foi através da análise de documentos como relatórios do CPJ e da DGSP que se conseguiu realizar a caracterização da população prisional portuguesa, como também da oferta formativa existente para esta população.

2.4 Técnicas de Análise de Dados

Segundo Estrela (1994:455), a análise de conteúdo é “uma técnica de investigação que visa a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação, ou seja, permite ao investigador estudar o comportamento humano de forma indireta, através da análise das suas comunicações.

Guerra (2006:69) afirma que “a análise de conteúdo pretende descrever as situações, mas também interpretar o sentido do que foi dito”.

¹ Trata-se de uma associação sem fins lucrativos, criada em 1987, que visa apoiar a inserção pessoal, social, laboral e cultural de pessoas que se encontrem em situação de exclusão social, em particular de ex-reclusos.

Bardin (2007) salienta que a análise de conteúdo deve ir além da mera descrição do conteúdo das mensagens, e incluir a inferência de conhecimentos sobre as condições de produção/recepção do conteúdo com o apoio de indicadores. Assim, o processo de análise envolve primeiramente um esforço de descrição, onde as características da comunicação são trabalhadas, seguido por um esforço de inferência, que permite passar da descrição para a interpretação, ou seja, atribuição de significado a estas características.

Segundo Bardin (2007:37) a análise de conteúdo é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de reprodução/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”. As inferências podem ser feitas tanto sobre o emissor quanto ao recetor da comunicação, ou seja, sobre a origem da mensagem e do próprio destinatário.

Em forma de resumo, Bardin (2007:41) afirma que o objetivo da análise de conteúdo “é a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem”. Para esta autora, a análise de conteúdo passa por três diferentes fases: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A fase da pré-análise é um período de intuições que tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, organizando o material a ser analisado. Esta organização realiza-se por meio de quatro etapas: 1) a leitura “flutuante”, que é o estabelecimento de contato com os documentos da recolha de dados, momento em que se começa a conhecer o texto; 2) a escolha dos documentos, que consiste na demarcação do que será analisado; 3) a formulação das hipóteses (afirmações provisórias que se pretendem verificar) e dos objetivos (finalidades gerais/objetivas a que nos propomos); 4) a referência dos índices e elaboração de indicadores, que envolve a determinação de indicadores por meio de recortes de texto nos documentos de análise.

A fase da exploração do material consiste na exploração do material com a definição de categorias (sistemas de codificação) e a identificação das unidades de registo (unidade de significação a codificar correspondente ao segmento de conteúdo a considerar como unidade base, tendo em conta a categorização e a contagem das frequências) e das unidades de contexto nos documentos (unidade de compreensão para codificar a unidade de registo que corresponde ao segmento da mensagem, a fim de compreender a significação exata da unidade de registo). Esta é uma etapa importante, pois vai possibilitar ou não a riqueza das interpretações e inferências.

A última fase diz respeito ao tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Nesta etapa ocorre a condensação e o destaque das informações para análise, culminando nas interpretações inferenciais; é o momento da intuição, da análise reflexiva e crítica.

Tendo em conta as três fases da análise de conteúdo propostas por Bardin (2007), destacam-se as dimensões da codificação e da categorização que possibilitam e facilitam as interpretações e as inferências. Para esta autora a codificação, “corresponde a uma transformação – efetuada segundo regras precisas – dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão” (Bardin, 2007:97). Após a codificação, segue-se a categorização, que consiste na “classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias, são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos” (Bardin, 2007:111).

A análise de conteúdo considera a articulação entre a descrição e análise do texto descrito, e a dedução lógica dos fatores que determinaram as características dos elementos que lhe são próprios.

A análise de conteúdo referente às entrevistas realizadas ao técnico de formação e aos ex-reclusos está disponível nos Apêndices 4 e 6, respetivamente.

2.5 Caracterização dos Entrevistados

O presente trabalho de investigação centra-se em torno de um conjunto de pessoas que passaram por uma situação de reclusão, num estabelecimento prisional português, e que frequentaram ações de formação profissional em situação de reclusão. Um técnico de formação também foi entrevistado, proporcionando uma perspetiva diferente da dos ex-reclusos, de modo a ser aprofundado o conhecimento do contexto em que as ações de formação são levadas a cabo. No quadro seguinte apresentamos uma síntese da caracterização dos entrevistados.

Quadro 1 – Caracterização dos Entrevistados

Entrevistado	Sexo	Idade	Nacionalidade	Escolaridade	FP realizada	Situação Profissional atual
E5	Masculino	59	Portuguesa	Licenciatura	Não se aplica	Empregado
E1	Masculino	58	Portuguesa	9ºano	1 – Ladrilhador/a; 2- Mecânico/a de Serviços Rápidos	Atividade ocupacional
E2	Masculino	56	Portuguesa	8ºano	1 – Operador/a de Jardinagem; 2 – Operador/a de Informática	Atividade ocupacional
E3	Masculino	28	Portuguesa	9º ano	1 – Operador/a Agrícola	Atividade ocupacional
E4	Masculino	27	Guineense	11º ano incompleto	1 - Técnico/a de Mecatrónica Automóvel	Atividade ocupacional

Fonte: Inquérito por entrevista

Tal como já foi referido, foi realizada uma entrevista a um técnico de formação, licenciado em Ciências da Educação que trabalha há mais de 20 anos no terreno diretamente com a população prisional, dentro dos estabelecimentos prisionais, na área da formação. Já teve funções de formador, de mediador e também de técnico de acompanhamento de ações de formação profissional.

Assim, e como se pode verificar no quadro anterior, os quatro ex-reclusos entrevistados são do sexo masculino, três são portugueses e um guineense, com idades compreendidas entre os 58 e os 27 anos. Estes ex-reclusos entrevistados caracterizam-se por possuir baixos níveis de habilitações literárias, que vão desde o 8ºano completo ao 11º ano incompleto.

Tal como já foi mencionado, estes quatro ex-reclusos entrevistados frequentaram ações de formação profissional enquanto cumpriam a sua pena (em diferentes estabelecimentos prisionais). No momento da realização das entrevistas verificámos que todos se encontram em atividades ocupacionais devido a protocolos realizados entre a Associação “O Companheiro - Associação de Fraternidade Cristã” e entidades como a Câmara Municipal de Lisboa, a Junta de Freguesia de Benfica e a Carris.

Os quatro reclusos entrevistados foram selecionados tendo por base uma amostra de conveniência, ou seja, foi uma amostra da população acessível. Apesar dos esforços para realizar mais entrevistas tal não foi possível dada a dificuldade em obter contactos de ex-reclusos que tivessem frequentado ações de formação profissional, mas também pelo facto de, apesar das insistências, alguns potenciais entrevistados não terem comparecido no dia e hora marcados. Foi possível o contacto com estes quatro

entrevistados graças à colaboração da Associação “O Companheiro - Associação de Fraternidade Cristã”.

Podemos afirmar que durante a realização das entrevistas, foi sempre tido em conta o critério da saturação. Este conceito é definido como “um fenómeno pelo qual, depois de um certo número de entrevistas, o investigador –ou a equipa – têm a noção de nada recolher de novo quanto ao objeto da pesquisa” (Guerra, 2006:42).

Autores como Pires (1997, citado por Guerra, 2006) afirmam que este conceito da saturação cumpre duas funções, a saber: 1) do ponto de vista operacional (em que indica quando o investigador deve parar a recolha de dados, poupando-lhe tempo e dinheiro e evitando o desperdício de provas); 2) do ponto de vista metodológico (em que os resultados obtidos podem ser generalizados ao universo a que o grupo analisado pertence).

Podemos afirmar que os entrevistados se mostraram recetivos a colaborar na realização desta investigação, partilhando as suas experiências marcantes enquanto estiveram presos durante vários anos. Apesar de uns se mostrarem mais à vontade que outros, foi enriquecedora a partilha de episódios marcantes na sua vida, situações que consideraram inaceitáveis e que decorrem dentro dos estabelecimentos prisionais, sugestões de melhorias, etc.

3 - Estudo Empírico

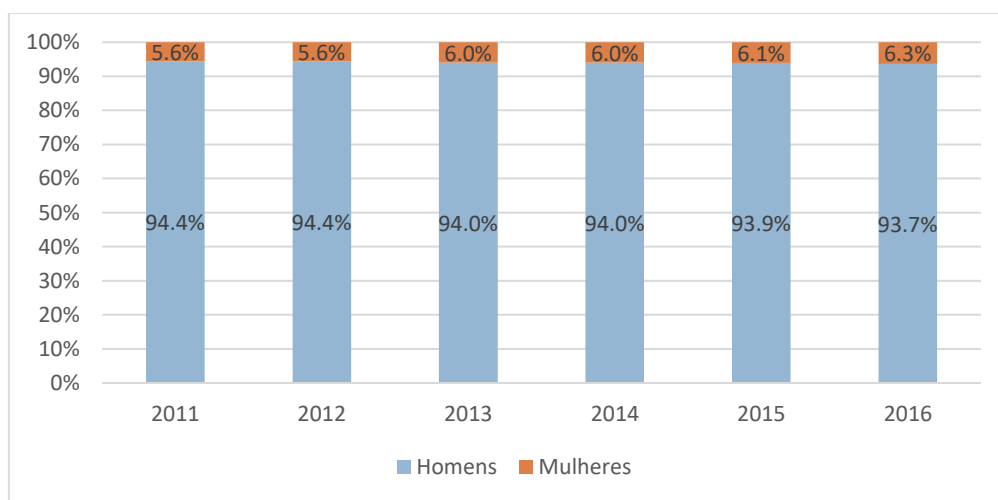
Neste terceiro capítulo do relatório apresentamos a análise dos resultados empíricos do estudo, nomeadamente, os dados recolhidos sobre a população prisional portuguesa, que realizou ações de formação profissional enquanto cumpria pena num estabelecimento prisional português, comparando os anos desde 2011 a 2016. Procedemos à caracterização desta população e analisamos os resultados das entrevistas realizadas a um técnico de formação e aos ex-reclusos que frequentaram ações de formação profissional tentando compreender o papel da formação profissional na reinserção profissional de ex-reclusos no mercado de trabalho.

3.1 Caracterização da população prisional portuguesa

A população prisional em Portugal “carateriza-se genericamente pela vulnerabilidade à reincidência criminal, pela pertença a círculos de marginalidade, pelas baixas habilitações escolares e deficientes competências pessoais, sociais e profissionais” (CPJ, 2015).

Para analisar as mudanças que têm ocorrido nos últimos seis anos (desde 2011 a 2016) foram analisados dados disponibilizados pela DGRSP e pela DGPJ referentes a esses anos.

Gráfico 1 – População prisional segundo o sexo (2011-2016)



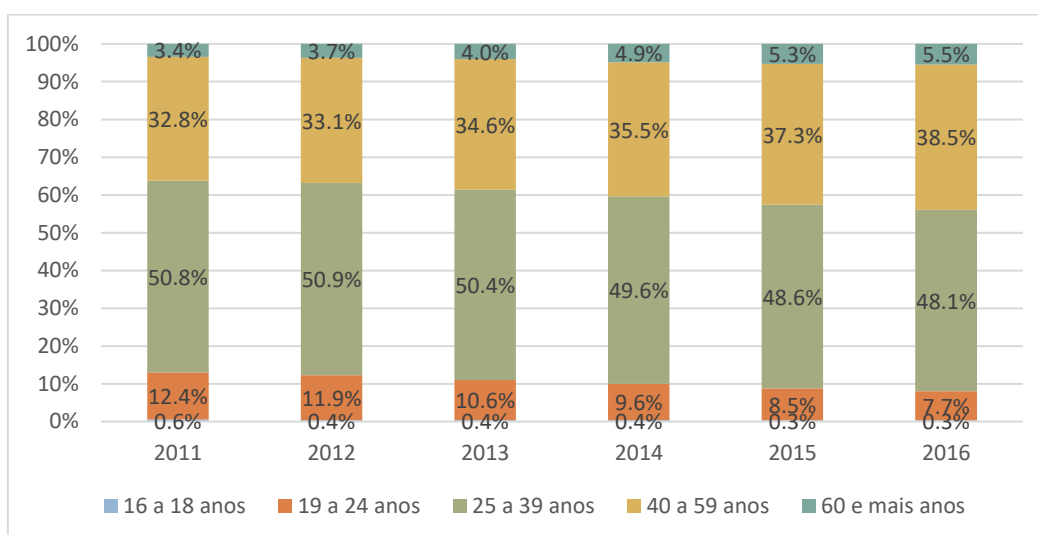
Fonte: DGSP

Podemos verificar que nos últimos seis anos o número total de reclusos tem vindo a aumentar (passando de 12.681 em 2011 para 13.779), tanto a nível de reclusos do sexo feminino como do sexo masculino, pese embora as mulheres representem uma reduzida percentagem, cerca de 6% da população prisional total.

Este aumento do número de reclusos faz com que alguns estabelecimentos prisionais já estejam com sobrelotação, pois “o número de reclusos continua muito elevado, devido ao aumento das molduras penais em alguns crimes, ao endurecimento das condições de concessão da liberdade condicional, à duração excessiva da prisão preventiva e aos atrasos na efetivação dos cúmulos jurídicos de reclusos com várias condenações” (Albino, 2007:171).

Isto faz com que o acompanhamento individualizado que se pretende prestar aos reclusos na sua preparação para a reintegração na sociedade, se torne mais difícil pois se houvesse uma diminuição de indivíduos em estabelecimento prisional haveria uma maior probabilidade de os indivíduos terem acesso ao plano individual de readaptação na forma que está prevista em lei (artigo 54.º do Código Penal) (Gomes, 2008).

Gráfico 2 – População prisional segundo o escalão etário (2011-2016)



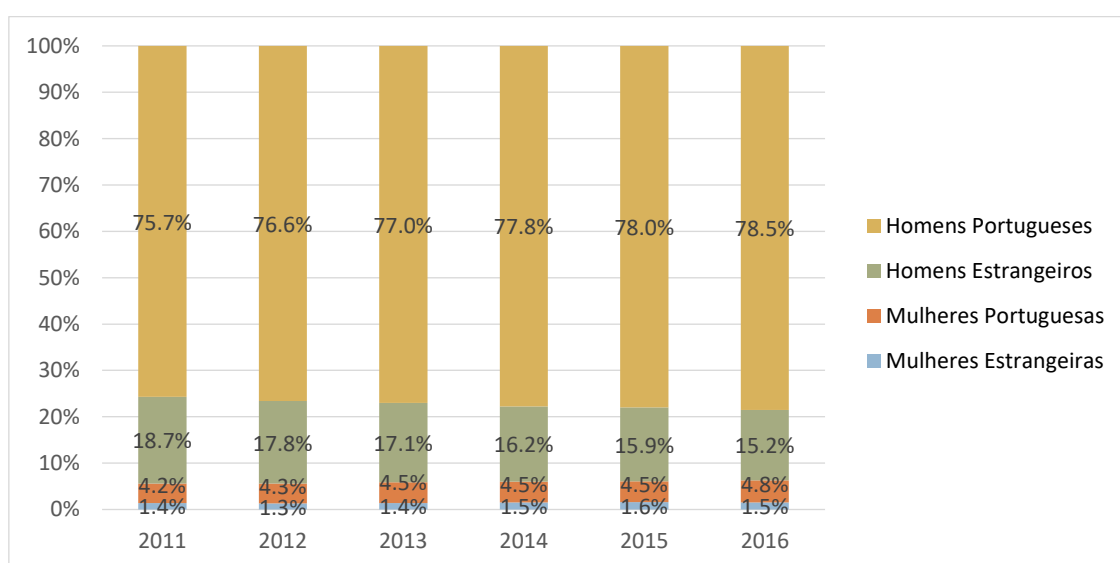
Fonte: DGSP

Através da análise dos dados do quadro anterior, verifica-se que o grupo etário mais representado na estrutura da população prisional é o dos 25 a 39 anos. Contudo, podemos verificar que nos últimos seis anos a tendência que se verifica é para um aumento da percentagem de reclusos com mais de 40 anos.

Desta forma, podemos concluir que a população prisional portuguesa se encontra cada vez mais envelhecida.

É particularmente relevante o facto de o escalão dos 40 aos 59 anos ter vindo a aumentar nos últimos anos pois é um grupo de maior risco relativamente ao desemprego (Marques, 2005). Aquando da sua saída em liberdade, para além do preconceito de serem ex-reclusos, os indivíduos neste escalão etário encontram-se na “meia idade” em que, se por um lado ainda não lhes é permitido aceder à reforma, por outro os empregadores são reticentes quanto à sua contratação (Marques, 2005).

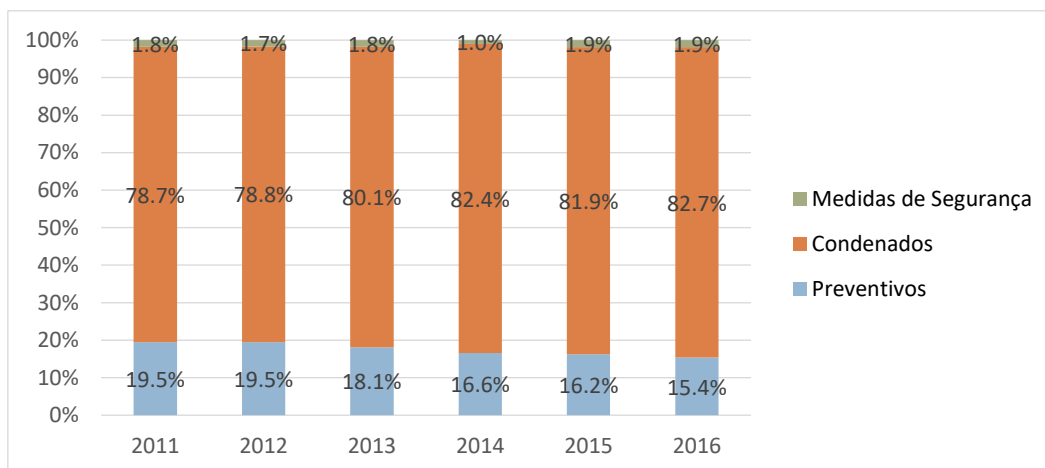
Gráfico 3 – População prisional segundo o sexo e a nacionalidade (2011-2016)



Fonte: DGSP

Nos últimos seis anos o número de reclusos estrangeiros do sexo masculino tem vindo a diminuir (passando de 2375 em 2011 para 2089 em 2016) enquanto que o número de reclusos estrangeiros do sexo feminino tem vindo a aumentar (passando de 173 em 2011 para 206 em 2016). Grande parte destes reclusos são provenientes de países de África e da América do Sul, tal como de países do Leste Europeu, países de onde são oriundos a maioria dos imigrantes existentes em Portugal.

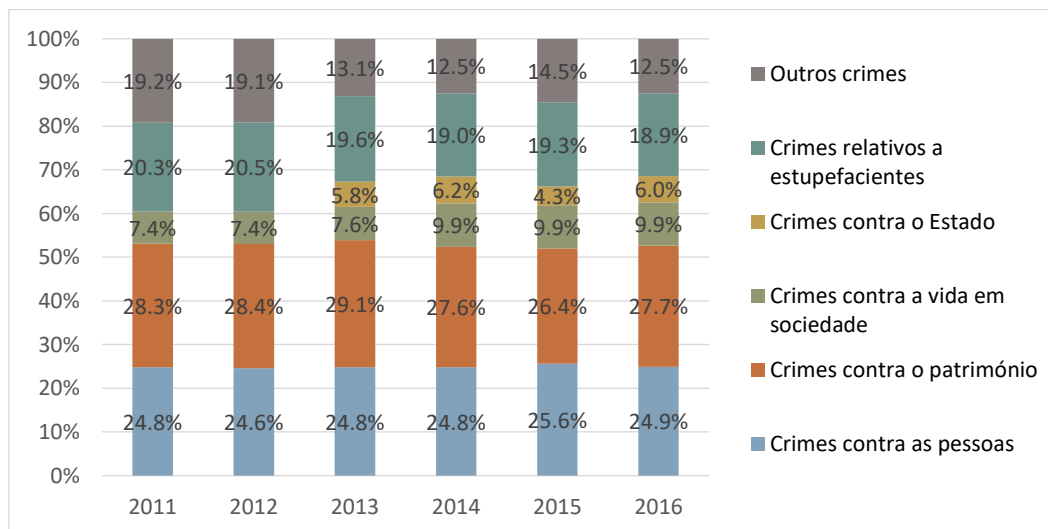
Gráfico 4 – População prisional segundo a situação penal (2011-2016)



Fonte: DGSP

Ao longo dos últimos seis anos verificou-se um aumento de reclusos condenados (passando de 78.7% em 2011 para 82.7% em 2016) e uma diminuição de reclusos preventivos (passando de 19.5% em 2011 para 15,4% em 2016).

Gráfico 5 – População prisional segundo o tipo de crime cometido (2011-2016)

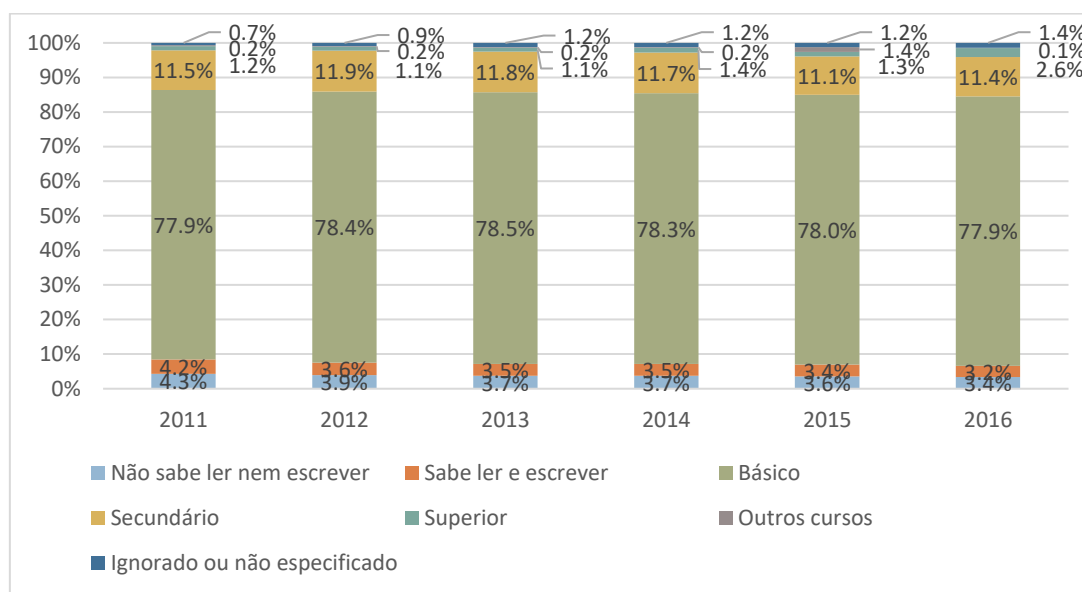


Fonte: DGSP²

² Nos anos 2011 e 2012 os “crimes contra o Estado” estão incluídos nos “outros crimes”

Ao longo do período considerado, verifica-se que o tipo de crimes não teve variações muito consideráveis. A destacar existe a diminuição do número de reclusos que cometeram crimes relativos a estupefacientes (passando de 20.3% em 2011 para 18.9% em 2016) e o aumento do número de reclusos que cometeram crimes contra a vida em sociedade (passando de 7.4% em 2011 para 9.9% em 2016).

Gráfico 6 – População prisional segundo o nível de instrução (2011-2016)



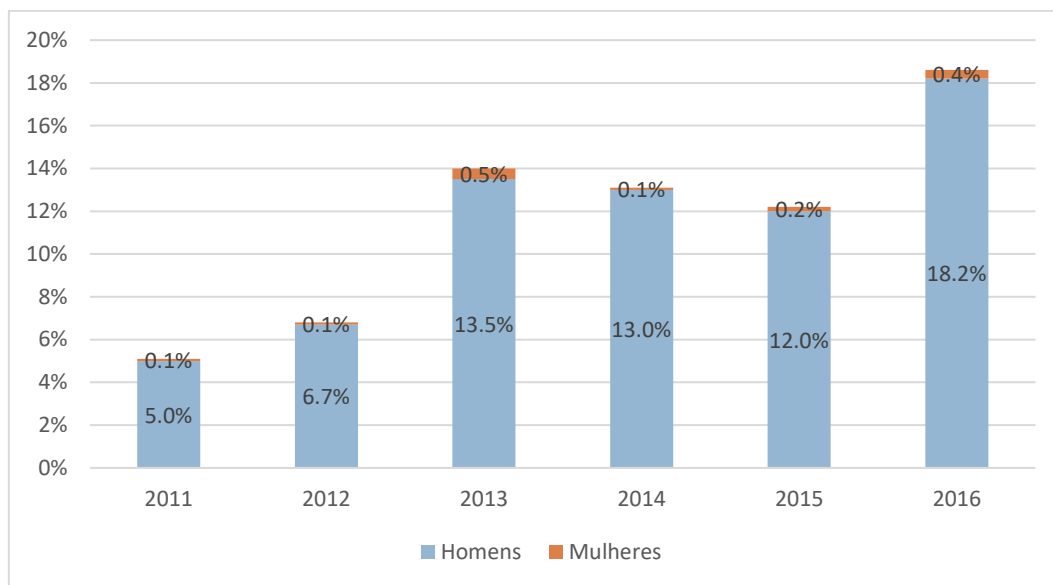
Fonte: DGSP

Tendo em conta o grau de instrução verifica-se uma tendência de estabilidade, sendo a categoria mais representativa a correspondente ao ensino básico, com uma percentagem superior a 77%. Os reclusos com grau de instrução inferior ao ensino básico vêm sendo menos, tendo as percentagens de “sabe ler e escrever” e “não sabe ler nem escrever” diminuído significativamente. Por outro lado, apesar de reduzida, verifica-se que a percentagem de reclusos com o ensino superior aumentou (passando de 1.2% em 2011 para 2.6% em 2016).

Este perfil da população prisional é corroborado pelos relatórios oficiais ao referirem que esta população se caracteriza por um défice generalizado de competências pessoais e sociais, em regra associado a um baixo nível de qualificações escolares e profissionais (CPJ, 2016).

Após uma caracterização geral da população prisional portuguesa, iremos analisar os dados referentes à população prisional que frequentou formação profissional nos últimos seis anos (de 2011 a 2016).

Gráfico 7 – População prisional que frequentou formação profissional no estabelecimento prisional, segundo o sexo (2011-2016)



Fonte: DGSP

Em relação à formação profissional desenvolvida pelo CPJ, e tendo em conta os constrangimentos financeiros que “têm condicionado a eficácia na resposta às necessidades auscultadas de formação” (Manata, 2017:24), verificamos um aumento no número de formandos que frequentam estas ações de formação, em que a percentagem de ambos os sexos tem vindo a aumentar nos últimos anos.

É importante estes indivíduos terem a oportunidade de continuar ou até mesmo iniciar os seus estudos enquanto se encontram no estabelecimento prisional, sendo uma mais-valia pois conseguem ganhar novos conhecimentos, adquirindo novas competências e acabando por ocupar o seu tempo de clausura de uma forma produtiva.

Uma caracterização mais detalhada da população prisional que realiza formação profissional no estabelecimento prisional pode ser encontrada no ponto 3.3 deste relatório, onde é realizada uma caracterização da oferta formativa desenvolvida pelo CPJ, para estes reclusos.

3.2 Caracterização das políticas de formação profissional destinada a reclusos

Tal como já foi mencionado anteriormente, o Centro Protocolar de Formação Profissional para o Sector da Justiça (CPJ) foi criado nos termos da Portaria n.º 538/88, através de um protocolo celebrado entre os então Ministério da Justiça e o Ministério do Emprego e da Segurança Social, através do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) (Portaria n.º 538/88), surgindo assim como um organismo dotado de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira e património próprio (Furtado e Condeço, 2009). Com a publicação do Decreto-Lei n.º 215/2012 criou-se a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), que é atualmente o único serviço que representa o Ministério da Justiça neste Centro de Formação Protocolar - CPJ. A atividade do CPJ abrange o território nacional, à exceção dos arquipélagos da Madeira e dos Açores.

A atividade do CPJ desenvolve-se em torno das necessidades manifestadas pela DGRSP, entidade a quem compete a responsabilidade de desenvolver, em cooperação com entidades públicas e privadas, respostas de capacitação, reabilitação e reinserção social de ex-reclusos, que promovam a desistência da prática criminal e previnam a reincidência, incluindo a formação profissional da população tutelada pelo Ministério da Justiça (CPJ, 2016).

No preâmbulo da Portaria n.º 538/88 é reafirmada a importância que a formação profissional tem na inserção de ex-reclusos, referindo que “A formação profissional tem-se revelado como um instrumento de desenvolvimento, não só cultural, como profissional, dos seus destinatários, proporcionando-lhes uma integração no meio sócio-económico-laboral em que vivem”.

O CPJ tem como missão “a promoção de atividades de formação que visem a valorização da população jovem ou adulta a cargo dos serviços e organismos do Ministério da Justiça, com vista à sua integração na sociedade e no mundo laboral, tendo em conta as suas carências, motivações e aptidões, bem como as necessidades do mercado de trabalho” tendo como objetivos (CPJ, 2017b): 1) assegurar a eficácia do processo formativo como fator facilitador da (re)inserção social e profissional; 2) promover formação profissional e formação escolar e profissional, (de dupla certificação), correspondendo aos padrões de qualidade, exigências técnicas e tecnológicas do mercado de trabalho; 3) assegurar eficiência através da boa planificação da atividade formativa e da aplicação racional dos recursos; 4) promover Formação Profissional Qualificada nas áreas priorizadas pelo IEFP e ANQEP, por via do Sistema de Antecipação das Necessidades de Qualificação, atendendo: às necessidades específicas do mercado de emprego de cada região do País, às características físicas e atividades desenvolvidas em cada estabelecimento prisional e às competências iniciais, características, motivações e condições de cada formando; 5) promover o contato dos formandos com o mercado de trabalho através de Formação Prática em

Contexto de Trabalho e de Estágios Pós-Formação; 6) envolver o maior número possível de formandos no processo formativo.

Ao desenvolver o seu trabalho, o CPJ pretende dotar os formandos de competências técnicas que vão de encontro às exigências do mercado de trabalho, promovendo o desenvolvimento pessoal, a reflexão e a construção de um projeto de vida positivo, responsável e de investimento para o futuro, visando a capacitação e o investimento na aprendizagem ao longo da vida. Acredita-se que desta forma se poderá atingir uma melhoria efetiva das condições de empregabilidade, potenciando-se a reintegração na vida ativa dos formandos.

Neste contexto, a atividade do CPJ é planeada com base no levantamento das necessidades formativas em colaboração com a DGRSP, atendendo ao número de formandos a abranger, às suas características em termos de perfil pessoal e de qualificações escolares e profissionais, a par das necessidades de desenvolvimento socioeconómico das diferentes regiões onde a formação decorre, as condições físicas do contexto formativo, as necessidades de mão de obra qualificada para o desenvolvimento das atividades económicas do estabelecimento prisional, e o orçamento disponível (CPJ, 2016).

Tal como foi mencionado anteriormente, o CPJ desenvolve cursos nas áreas consideradas prioritárias relativamente às necessidades e dinâmicas do mercado de trabalho, que são diagnosticadas e divulgadas anualmente pelo IEFP e pela ANQEP, através do Sistema de Antecipação das Necessidades de Qualificação. Esta identificação das áreas e saídas profissionais prioritárias está em linha com as prioridades da economia, na perspetiva de qualificar profissionais com vista à promoção do aumento da competitividade das empresas, potenciando, por esta via, a criação de emprego qualificado. A oferta formativa do CPJ tem também em atenção as características e necessidades dos estabelecimentos prisionais, em termos de mão-de-obra, e as condições da medida penal e das características pessoais dos formandos a abranger.

Desta forma, o CPJ ministra formação profissional nas diferentes modalidades de formação disponíveis no Catálogo Nacional de Qualificações (tendo a possibilidade de criar cursos de formação extra catálogo) abrangendo a população sob a tutela do Ministério da Justiça em cumprimento de medida penal nos estabelecimentos prisionais (a que acrescem os Centros Educativos, mas não é sobre esta população que se debruça este trabalho).

No que respeita às modalidades de formação, o CPJ desenvolve cursos de Educação e Formação de Adultos, que conferem dupla certificação, escolar e profissional, de nível 2 e de nível 4 do Catálogo Nacional de Qualificações; cursos de Formação Modular Certificada (de curta duração), com base nos referenciais de formação de nível 2 e 4 do Catálogo Nacional de Qualificações; e ações de Formação para a Inclusão, em que foi criado um referencial específico para a população prisional cuja designação é “Formar para Integrar”.

Os cursos de Educação e Formação de Adultos permitem aos formandos elevarem as suas qualificações/competências profissionais, a par da aquisição de habilitações escolares de dupla certificação, sendo a duração destes cursos a mais longa em horas de formação. Por esta razão, estas modalidades de formação são consideradas mais apropriadas para reclusos com medidas judiciais aplicadas superiores a dois anos.

A Formação Modular Certificada é uma modalidade de formação mais flexível, que permite a obtenção gradual e progressiva de uma determinada qualificação profissional, permitindo abranger um maior número de indivíduos. Outra vantagem da Formação Modular Certificada é viabilizar formação profissional àqueles que não possuem condições para frequentar um curso Educação e Formação de Adultos, nomeadamente devido à duração da medida aplicada.

As ações de formação Formar para Integrar promovem o estabelecimento de um projeto de vida e a motivação para o investimento na formação ao longo da vida. Têm como objetivo a promoção do desenvolvimento de competências profissionais, sociais e pessoais, junto de grupos particularmente difíceis ou relutantes na aceitação das propostas formativas existentes, tendo em vista a aquisição de capacidades que lhes permitam a reintegração no mercado de trabalho.

Tendo em conta os cursos Educação e Formação de Adultos, Santos (2006:41) afirma que estes “promovem a transição para a vida ativa e ajudam a combater o abandono escolar, uma vez que conseguem dotar os adultos de ferramentas que facilitam a sua inserção no mundo do trabalho, por um lado, e são promotores do aumento da escolaridade, por outro”, sendo que isto se deve à sua característica de dupla certificação. Desta forma capacitam os reclusos aumentando as suas competências de trabalho e/ou possibilitando a requalificação para uma nova profissão ou função.

Pode-se afirmar que a Educação e Formação de Adultos se destina a pessoas “que por algum motivo social/histórico/económico, foram excluídas do processo educacional em idade considerada própria” (Contente, Sousa e Melo, s/d:3). Estas pessoas que frequentam os cursos Educação e Formação de Adultos, não só procuram melhorar a sua escolaridade como também procuram obter conhecimentos que lhes possibilitem melhores condições de vida e competências que os ajudem na reinserção no mercado de trabalho.

A educação é um direito de todos e desta forma a conceção e implementação de políticas públicas visando o atendimento especial de segmentos da população estrutural e historicamente fragilizados, constituem um dos modos mais significativos pelos quais o Estado e a Sociedade devem renovar o compromisso para com a realização desse direito e a democratização de toda a sociedade, nomeadamente da população prisional que é objeto de estudo deste trabalho.

Segundo Contente, Sousa e Melo (s/d:3) a Educação e Formação de Adultos “requer um processo de aprendizagem em que haja valorização do formando, onde ele seja ativo no seu processo de formação, como sujeito reflexivo, crítico e cidadão”.

Cada vez mais é necessária a implementação de programas de ensino, com a participação dos reclusos, a fim de responder às suas necessidades e aspirações em matéria de educação e formação, facilitando a sua reintegração na sociedade e, conseqüentemente, a nível profissional.

O CPJ possui também um Centro Qualifica, Centro este que desenvolve a sua atividade em todos os estabelecimentos prisionais sendo especializado em qualificação de adultos, vocacionado para a informação, o aconselhamento e o encaminhamento para ofertas de educação e formação profissional de adultos com idade igual ou superior a 18 anos que procuram uma qualificação (CPJ, 2017a).

O Centro Qualifica do CPJ, dá apoio à população sob a tutela do Ministério da Justiça, orientando profissionalmente para a gestão da carreira, fazendo o encaminhamento de formandos e ex-formandos para a oferta formativa existente no meio envolvente, e realizando processos de RVCC para efeitos de reconhecimento de competências escolares e/ ou profissionais, adquiridas pelos adultos ao longo da vida, por vias formais, informais e não formais, na sua vertente escolar, profissional ou de dupla certificação, em diversas áreas de educação e formação (CPJ, 2017a).

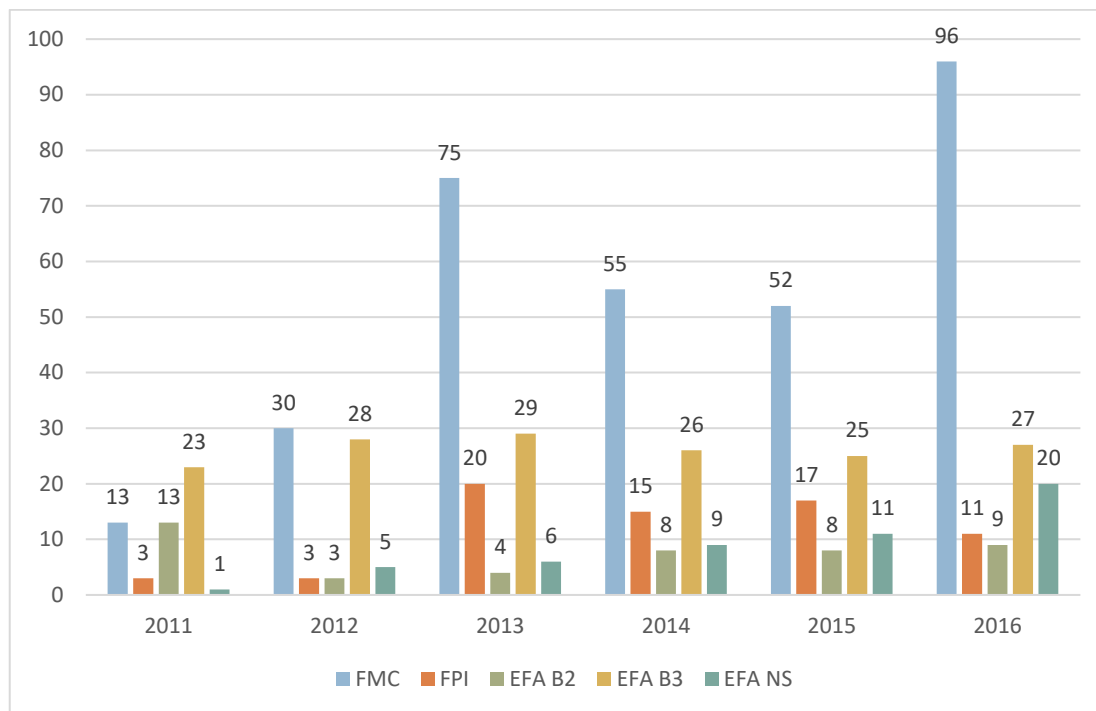
Mais do que apoiar a escolha relativamente a um determinado percurso formativo ou a uma profissão, o Centro Qualifica pretende que as atividades de orientação preparem os cidadãos de diferentes idades e em diversas situações, para enfrentar os desafios do mercado de trabalho, tomando opções estratégicas que permitam uma gestão eficaz dos respetivos percursos profissionais.

O objetivo da intervenção dos Centros Qualifica é a promoção de atividades complementares à formação profissional que capacitem os cidadãos para a reconstrução do seu projeto de vida, trabalhando a articulação entre a qualificação escolar, a formação profissional e o mercado de trabalho.

3.3 Caracterização da oferta formativa para reclusos

Nos últimos seis anos, a oferta formativa disponibilizada pelo CPJ junto da população prisional tem sido variada pelo que é necessário fazer uma caracterização geral da mesma, tendo em conta o período de tempo mencionado, de 2011 a 2016, analisando os dados disponibilizados pelo próprio CPJ e pela DGSP.

Gráfico 8 – Distribuição das ações por Tipologia (2011-2016)



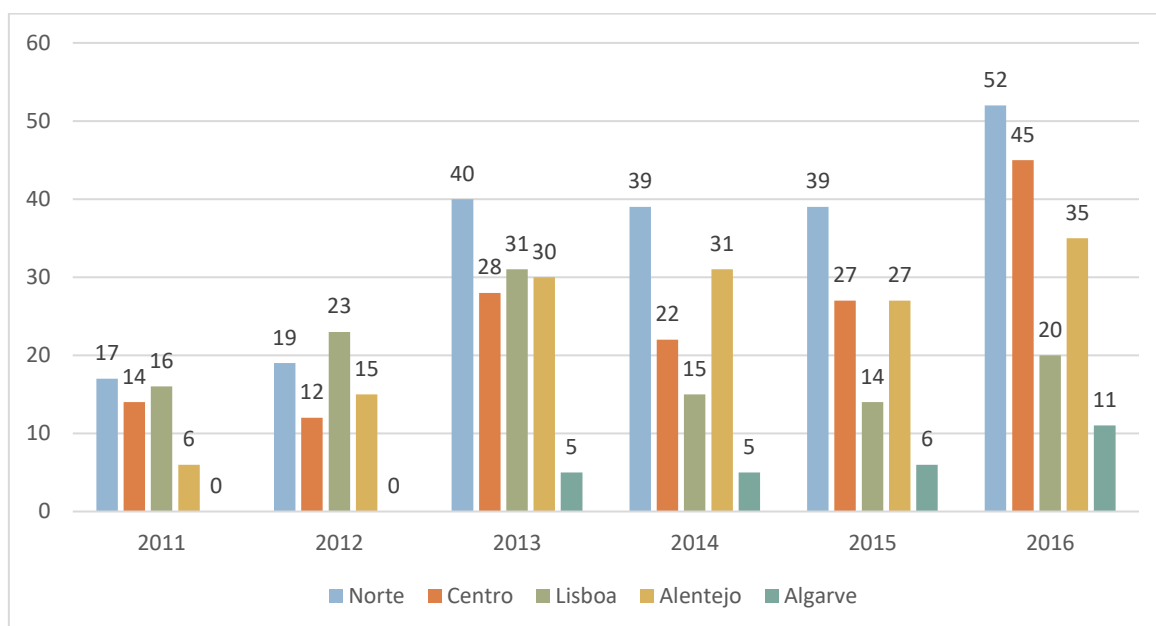
Fonte: CPJ

Como já foi mencionado, o CPJ desenvolve cursos de Educação e Formação de Adultos, que conferem dupla certificação, escolar e profissional, cursos de Formação Modular Certificada e ações de formação Formar para Integrar. Nos últimos seis anos tem-se verificado um aumento do número de ações realizadas tanto de Educação e Formação de Adultos como de Formação Modular Certificada (passando de 36 para 56 e de 30 para 96, respectivamente). Este aumento do número de ações de formação estará intimamente ligado ao contínuo aumento do número de reclusos existente em estabelecimentos prisionais, com baixa escolaridade. O aumento do número de reclusos condenados faz com que exista cada vez mais indivíduos a tentar obter uma dupla certificação (escolar e profissional) através dos cursos Educação e Formação de Adultos, de modo a terem melhores condições de reintegração profissional aquando da sua saída do estabelecimento prisional.

A estratégia do CPJ assentou na aposta nos Cursos Educação e Formação de Adultos, de dupla certificação, e na realização de ações de Formação Modular Certificada de forma a abranger candidatos sem condições para a frequência dos cursos Educação e Formação de Adultos, nomeadamente devido às limitações inerentes ao tempo de permanência nos estabelecimentos prisionais ou para aqueles indivíduos que, sendo já detentores de habilitação escolar, necessitam de qualificação profissional.

Outras razões encontradas para este aumento do volume de ações de formação profissional são referidas por alguns autores como King e McDermott (1995), Tyler e Kling (2006) e Esteban, Alós, Jódar e Miguélez (2014). Para estes autores uma das grandes motivações dos reclusos para a frequência de ações de formação profissional é melhorar a sua imagem perante os outros e a perspetiva que essa frequência lhes facilite a concessão de medidas de flexibilização da pena, como saídas precárias e/ou liberdades condicionais.

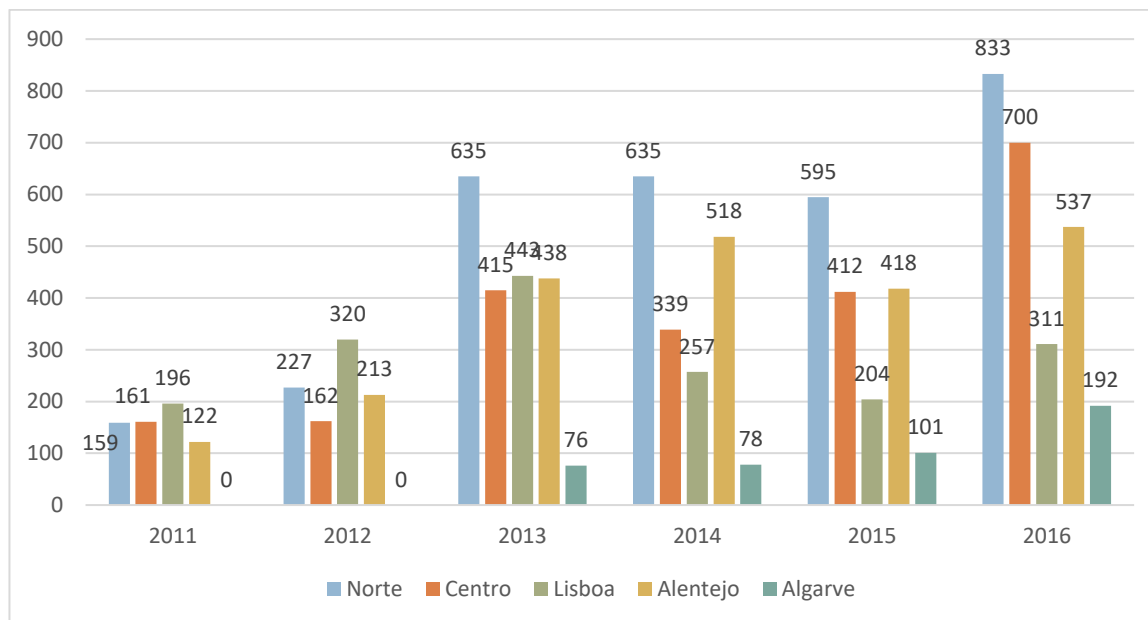
Gráfico 9 – Distribuição de ações de formação por região (2011-2016)



Fonte: CPJ

Como já foi mencionado anteriormente, a população prisional nos estabelecimentos portugueses tem aumentado nos últimos seis anos. O facto de existirem mais reclusos disponíveis para frequentar ações de formação profissional, faz com que verifiquemos um aumento gradual do número de ações de formação em cada uma das regiões mencionadas, exceto na região de Lisboa.

Gráfico 10 – Distribuição de formandos por região (2011-2016)



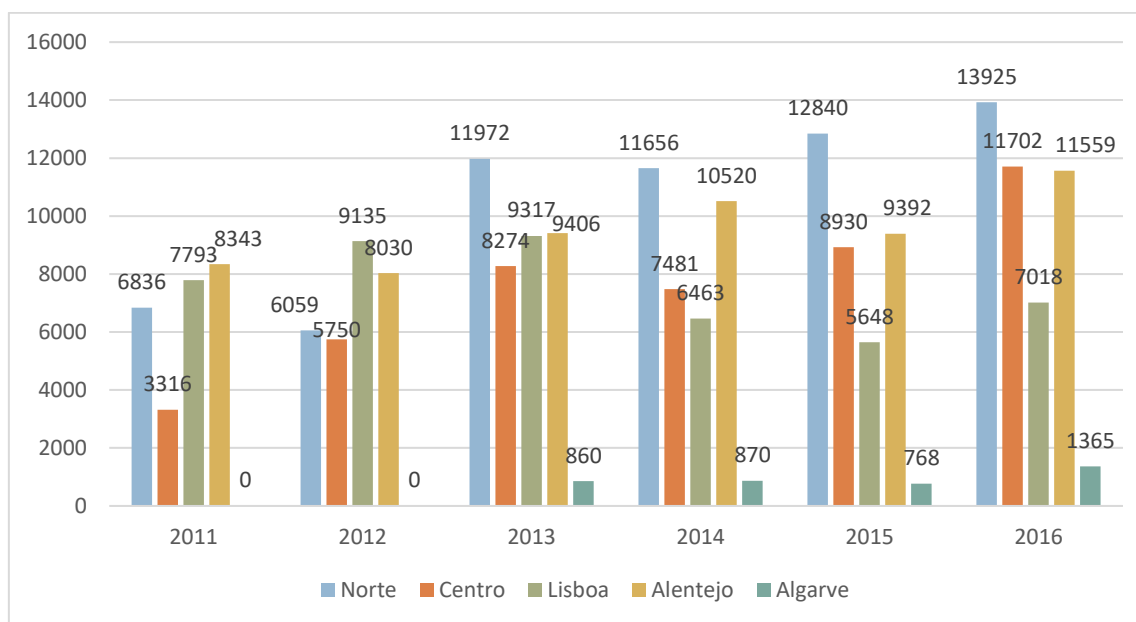
Fonte: CPJ

O aumento do número de ações de formação profissional, significa um aumento no número de formandos afetos ao início das ações, contudo ainda existem muitos formandos que desistem da sua frequência. Esta situação pode ser explicada através de obrigações explícitas em lei. Na Portaria n.º 283/2011, que define o regime jurídico dos cursos de educação e formação de adultos e das formações modulares, é estipulado no artigo 19.º que para os cursos de educação e formação de adultos existe um número mínimo de 15 e um número máximo de 30 formandos, no caso de se tratar de um curso de dupla certificação (escolar e profissional) enquanto que no artigo 38.º é estipulado que nos cursos de formação modular, os grupos de formação deverão ser constituídos por um número mínimo de 15 e um número máximo de 30 formandos. Estes números aplicam-se unicamente às ações de formação financiadas por fundos públicos, como são os cursos desenvolvidos pelo CPJ.

Esta obrigação legal faz com que as ações iniciadas pelo CPJ tenham sempre no mínimo 15 formandos, contudo o número máximo de formandos nunca atinge mais do que os 20 pois as condições existentes nos estabelecimentos prisionais não o permitem e sendo uma população com necessidades especiais de aprendizagem, é necessário que se dê a devida atenção aos formandos. Havendo muitos formandos, significa menos tempo de acompanhamento para cada um.

Isto significa que o número de formandos no início da ação poderá não corresponder ao número de formandos no final da ação, pois existem sempre os que, por várias razões distintas, desistem deste processo formativo.

Gráfico 11 – Distribuição das horas de formação por região (2011-2016)



Fonte: CPJ

Tendo em conta o quadro anterior, podemos chegar à conclusão que o aumento do número de formandos por região não resulta totalmente num aumento das horas de formação dadas pelas equipas técnico-pedagógicas. Esta situação poderá estar diretamente relacionada com o número de faltas que os formandos dão enquanto frequentam estas ações de formação pois poderão estar afetos às ações, mas se faltam muitas horas, essa mesma percentagem diminui, não sendo proporcional o número de formandos e o número de horas de formação.

Como foi mencionado, a única região onde não se verifica este aumento é a região de Lisboa. A razão para tal pode-se prender com o facto de os estabelecimentos prisionais da região de Lisboa serem quase na sua totalidade estabelecimentos prisionais centrais (destinados ao cumprimento de medidas privativas de liberdade superiores a seis meses), com um grau de segurança alta e um grau de complexidade de gestão elevada. Por outro lado, o facto de serem estabelecimentos prisionais com um número elevado de reclusos o mesmo não significa um maior número de reclusos disponíveis para frequentar ações de formação pois, por vezes, por várias razões estes não possuem os requisitos necessários para poderem frequentar formação, nomeadamente a própria escolaridade, a sua situação penal, a falta de documentação obrigatória para frequência das ações, etc. A própria capacidade dos estabelecimentos prisionais em gerir estas ações, a falta de condições dentro dos próprios estabelecimentos prisionais ou a colaboração dos serviços de vigilância são também fatores que podem condicionar a realização destas ações de formação.

Em relação ao Plano de Formação elaborado anualmente, o CPJ procura abranger uma grande diversidade de Áreas e Referenciais de formação, em diversas tipologias, de modo a conseguir atrair o maior numero possível de reclusos tendo em conta as condições disponíveis em cada estabelecimento prisional.

Quadro 2 – Áreas e itinerários de formação abrangidos nas ações de formação (2011 – 2016)

Área Profissional	Itinerários de formação	2011	2012	2013	2014	2015	2016
000 – Formação de Base	Formação de Base					X	X
080 - Alfabetização	Ensino de base para adultos				X		
090 – Desenvolvimento Pessoal (Formação para a Inclusão)	Formar para Integrar				X	X	X
213 – Audiovisuais e Produção dos Média	Operador/a Pré-Impressão	X	X	X	X	X	X
	Operador/a de Impressão					X	X
	Operador/a Gráfico de Acabamentos					X	X
215 – Artesanato	Calceteiro/a	X			X		X
	Artesão/ã das Artes do Metal				X		
341 – Comércio	Técnico/a de Vendas						X
	Empregado/a Comercial		X	X			
582 – Construção Civil e Engenharia Civil	Canalizador/a	X	X	X	X	X	X
	Pedreiro/a	X	X	X	X	X	X
	Ladrilhador/a – Azulejador/a	X		X	X		X
	Pintor/a da Construção Civil	X	X	X	X	X	X
525 – Construção e Reparação de Veículos a Motor	Mecânico/a de Automóveis Ligeiros	X		X	X	X	X
	Mecânico/a de Serviços Rápidos		X	X	X	X	X
	Técnico/a de Mecatrónica Automóvel					X	X
	Pintor/a de Veículos	X		X	X	X	X
815 – Cuidados de Beleza	Cabeleireiro/a de Senhora		X	X	X	X	X
	Cabeleireiro/a Unissexo	X					
	Manicura/Pedicura	X					
813 – Desporto	Técnico/a de Apoio à Gestão Desportiva				X	X	X
522 – Eletricidade e Energia	Eletricista de Instalações	X	X	X	X	X	X
	Eletromecânico/a de Eletrodomésticos		X	X	X	X	X
	Técnico/a de Instalações Elétricas		X	X	X	X	X
	Técnico/a de Refrigeração e Climatização		X	X	X	X	X
523 – Eletrónica e Automação	Instalador/a – Reparador/a de Computadores	X	X	X	X	X	X
481 – Ciências Informáticas	Operador/a de Informática	X	X	X	X		X
	Programador/a de Informática						X
622 – Floricultura e Jardinagem	Operador/a de Jardinagem	X	X	X	X	X	X
	Jardineiro/a		X				
	Técnico de Jardinagem e Espaços Verdes	X		X	X	X	X
811 – Hotelaria e Restauração	Cozinheiro/a		X	X	X	X	X
	Operador/a de Manutenção Hoteleira	X	X	X	X	X	X
	Empregado/a de Restaurante/Bar					X	X
	Empregado de Mesa	X	X	X	X		

Área Profissional	Itinerários de formação	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	Técnico/a de Pastelaria/Padaria						X
541 – Indústrias Alimentares	Pasteleiro/a – Padeiro/a		X	X	X	X	X
542 – Indústrias do Têxtil, Vestuário, Calçado e Couro	Costureiro/a Industrial de Tecidos	X		X		X	X
	Modelista de Vestuário				X		
543 – Materiais	Carpinteiro/a de Limpos		X	X		X	X
	Marceneiro/a	X	X	X	X	X	X
	Técnico/a de Desenho de Mobiliário e Construções em Madeira						
	Operador/a de Acabamentos de Madeira e Mobiliário		X	X	X	X	X
521 – Metalurgia e Metalomecânica	Serralheiro/a Civil	X	X	X	X	X	X
	Técnico de Soldadura					X	X
621 – Produção Agrícola e Animal	Operador/a Agrícola	X	X	X	X	X	X
	Operador/a Pecuária			X	X		
761 – Serviços de Apoio a Crianças e Jovens	Acompanhamento de Crianças			X			
762 – Trabalho Social e Orientação	Animador/a Sociocultural			X	X	X	X
812 – Turismo e Lazer	Técnico/a de Turismo Ambiental e Rural				X		
999 – Empreendedorismo	Empreendedorismo *					X	X

*Nota: UFCD relacionadas com competências empreendedoras (ex.: Plano de negócio – criação de micronegócios)

Fonte: CPJ

Como é patente no quadro anterior, existiu, ao longo dos últimos seis anos, a preocupação de diversificar a oferta formativa, tendo em conta as prioridades formativas nacionais, e atendendo às condições dos polos de formação designadamente, espaços físicos e equipamento disponível, bem como atendendo às necessidades formativas identificadas aquando do levantamento de necessidades realizado pela DGRSP em articulação com o CPJ. É de realçar a diversidade de áreas de formação e o investimento em saídas profissionais de maior exigência técnica, seguindo a lógica das áreas e saídas profissionais prioritárias estabelecidas pelo IEFP, com o objetivo de criar uma oferta que vá ao encontro das necessidades diagnosticadas ao nível mercado de trabalho.

Kirkpatrick (1998) estabeleceu um modelo de avaliação da formação que se destacou pela coerência e pelo rigor da sua abordagem sistémica da formação, definindo quatro níveis de avaliação, representando uma sequência de dimensões que interferem entre si, pois cada um destes níveis é importante e tem efeitos diretos nos níveis seguintes. Os quatro níveis defendidos por Kirkpatrick (1998) são: a) nível 1 – avaliação da reação (*reaction*); b) nível 2 – avaliação da aprendizagem (*learning*); c) nível 3 – avaliação do comportamento (*behavior*); d) nível 4 – avaliação dos resultados (*results*). Para cada um dos níveis mencionados, criaram-se métricas, instrumentos e indicadores que permitem uma medição e avaliação adequada dos resultados encontrados.

O primeiro nível, o nível da avaliação da reação, é comparado por Kirkpatrick (1998) a uma medição do grau de satisfação dos formados pois permite-lhes expressarem a sua opinião e satisfação perante os objetivos da formação, a sua estrutura e conteúdos programáticos, se os métodos pedagógicos utilizados foram os mais adequados, se a própria organização da formação é a mais correta e também o desempenho dos intervenientes no processo da formação (formadores, mediadores, gestores da formação). Não podemos esquecer que estas reações dos formandos refletem apenas a sua própria opinião pelo que não podem ser consideradas como provas de aprendizagem, pois essas serão avaliadas no próximo nível (Kirkpatrick, 1998).

O segundo nível, o da avaliação da aprendizagem, corresponde à aquisição, aumento ou melhoria de conhecimentos, competências e atitudes, resultantes da frequência de uma determinada ação de formação (Kirkpatrick, 1998). Para o autor esta avaliação deve ter dois momentos distintos, um antes da formação e o outro após a sua realização, de modo a que seja possível fazer uma comparação para se avaliar os ganhos efetivos ao nível das aprendizagens. Assim, Kirkpatrick (1998) refere que se não se verificarem aprendizagens por parte dos formandos, também não se verificará alteração ao nível dos seus comportamentos.

O terceiro nível, o da avaliação do comportamento, tem como objetivo verificar de que modo é que os conhecimentos, competências e atitudes adquiridos na formação foram ou não aplicados posteriormente (Kirkpatrick, 1998).

O quarto e último nível, o da avaliação dos resultados, surge da necessidade de se aferir as mudanças ocorridas ao nível do desempenho dos formandos, ou seja, tem como objetivo perceber se os formandos, após a frequência de determinada ação de formação, atingiram os objetivos propostos e de que modo as novas aprendizagens provocaram mudanças na sua vida.

A avaliação da formação realizada diretamente aos formandos do CPJ, enquadra-se no nível 1 proposto por Kirkpatrick, ou seja, o nível da avaliação da reação. Desta forma poderemos verificar o nível de satisfação destes formandos, referente ao ano de 2016, no quadro seguinte.

Quadro 3 – Análise da satisfação dos formandos (2016)

Áreas em análise	Ano 2016			
	Nível de Satisfação			
	Muito adequado ou Adequado	Pouco adequado	NS/NR	Não se aplica
Objetivos	96.0%	1.4%	2.6%	0.0%
Estrutura Programática	94.0%	3.7%	2.3%	0.0%
Conteúdos Programáticos	94.2%	4.6%	1.2%	0.0%
Métodos Pedagógicos	83.1%	1.8%	15.1%	0.0%
Organização	89.8%	7.6%	2.6%	0.0%
Formadores da componente tecnológica	94.7%	2.1%	3.2%	0.0%
Formadores da formação de base	44.4%	1.9%	1.5%	52.2%
Mediador	34.5%	1.5%	0.3%	63.7%

Fonte: CPJ

Tendo em conta a análise do nível de satisfação dos formandos em relação a diversas áreas da formação profissional, verificámos que nos últimos seis anos os resultados têm sido muito idênticos, pelo que decidimos apresentar os valores obtidos no último ano de 2016 pois os mesmos espelham o que se tem verificado desde 2011.

Como se pode verificar, de um modo geral a satisfação dos formandos que frequentaram ações de formação profissional desenvolvidas pelo CPJ é bastante elevada. As percentagens referentes aos objetivos, à estrutura programática, aos conteúdos programáticos, aos métodos pedagógicos, à organização e aos formadores da componente tecnológica apresentam percentagens superiores a 80%, o que significa que grande parte dos formandos as considera muito adequadas ou adequadas, o que é bastante positivo.

Em relação aos formadores da formação de base e aos mediadores, podemos concluir que as percentagens de 44.4% e 34.5%, respetivamente, são positivas, tendo em conta que estas percentagens são referentes às ações de formação profissional desenvolvidas que não são cursos de

Educação e Formação de Adultos, uma vez as figuras de formador de formação base e mediador apenas estão presentes nesta tipologia de formação.

Para Kirkpatrick (1998) esta avaliação da formação é importante porque por um lado ajuda na mudança e adequação de futuros programas formativos e, por outro lado, também ajuda a perceber se vale a pena continuar ou não determinado programa formativo.

3.4 O papel da formação profissional na reinserção profissional de ex-reclusos

Na sua maioria, os entrevistados aproveitaram o início da entrevista para mencionar os estabelecimentos prisionais onde tinham cumprido pena e consequentemente falaram sobre o tempo de pena que tinham para cumprir. Apenas um dos entrevistados teve o à vontade para mencionar o tipo de crime cometido.

“Fui preso por tráfico, estive em Faro dois anos e meio, fui condenado a cinco anos mais dois anos de pena suspensa (...) e depois fui para Alcoentre e estive lá praticamente três anos” (E1:1);

“Eu estive preso na Carregueira durante 3 anos e meio (...) tinha uma pena de 5 anos. Ainda estive durante 4 meses em Setúbal (...)” (E2:1);

“Primeiro estive em Caxias, depois em Leiria (...) e no final já estive no Linhó porque pedi transferência (E3:1);

“Já saí do estabelecimento prisional há três meses, sai uns meses antes de fazer os 9 anos (...) quando entrei fui para o estabelecimento prisional Lisboa e depois de ser condenado pedi transferência para o estabelecimento prisional Leiria, mas (...) não me aceitaram e mandaram-me para o Linhó. E no Linhó é que passei mais tempo e fiquei lá desde 2009 a 2013 e depois fui para Vale de Judeus” (E4:1).

No que diz respeito à caracterização do percurso formativo dos ex-reclusos encontrou-se uma diversidade no tipo de ações realizadas. Ao todo foram mencionados vários itinerários de formação, de diferentes áreas profissionais. Encontramos ex-reclusos que realizaram mais do que uma ação de formação, como podemos verificar no quadro abaixo.

Quadro 4 – Ações de formação profissional realizadas pelos ex-reclusos entrevistados

Entrevistado	Ações de FP realizada
E1	1 – Ladrilhador/a; 2- Mecânico/a de Serviços Rápidos
E2	1 – Operador/a de Jardinagem; 2 – Operador/a de Informática
E3	1 – Operador/a Agrícola
E4	1 - Técnico/a de Mecatrônica Automóvel

Fonte: Inquérito por entrevista

Alguns ex-reclusos entrevistados mencionaram também que frequentaram a escola ao mesmo tempo que realizavam as ações de formação profissional.

“Tirei depois o 7ºano e depois o 9ºano e ao mesmo tempo fiz esse curso de serviços rápidos de mecânica” (E1:1);

“Fiz o curso de jardinagem, de informática e ao mesmo tempo estava lá na escola também a tirar o 9ºano só que, entretanto, fiquei pelo 8ºano” (E2:1).

Como se pode verificar nas transcrições abaixo apresentadas, os ex-reclusos entrevistados apontaram diversas razões para terem frequentado as ações de formação profissional, tendo todos mencionado que as frequentaram por escolha própria.

“Procurei eu estas formações porque era também uma forma de eu ter algum dinheiro (...) Fui para me manter ocupado, um pouco por curiosidade, para não me meter em mais confusões e em nada de maluquices” (E1:1);

“Fui para ganhar conhecimento, conhecimento geral e coisas que eu não sabia. (...) para me autovalorizar e para ajudar a esquecer aquele mau ambiente vivido dentro do estabelecimento prisional. Todos eles fui eu que os escolhi realizar” (E2:1);

“(...) fui para me manter ocupado...” (E3:2);

“Eu inscrevi me naquele curso porque eu queria fazer qualquer coisa (...) eu queria fazer alguma coisa para não ficar parado” (E4:1);

Quando me inscrevi nesse curso era para ter a equivalência ao 12º ano e também pagavam uma bolsa de formação (...)” (E4:2).

Como podemos verificar, as respostas dadas pelos ex-reclusos não fogem muito à opinião dada pelo técnico de formação entrevistado. Contudo, na sua opinião o técnico refere também o papel dos assistentes e educadores e a motivação para obter saídas precárias e liberdade condicional.

“Há os que vêem a formação profissional como a oportunidade que nunca tiveram para aprender uma profissão e tentarem mudar o rumo da sua vida...” (E5:1);

“(...) manter os reclusos ocupados (...) (E5:1);

“(...) há os que a vêem somente como mais um trunfo a apresentar ao juiz na altura de apreciação de saídas precárias ou de liberdade condicional (...) (E5:1);

“(...) vão para a formação por causa da bolsa (...) (E5:2);

“(...) são para lá enviados pelos/as assistentes e educadores/as” (E5:2).

Desta forma, podemos perceber que a realidade descrita por vários autores anteriormente mencionados, se verifica no que diz respeito às motivações dos reclusos para frequentarem as ações de formação profissional. O vasto rol de razões para frequentarem as ações de formação passam por: ocupação do tempo (King e McDermott, 1995, Webster, 1997 citado por Gomes, 2003, Esteban, Alós, Jódar e Miguélez, 2014, David, 2015); estar fora das celas (Gomes, 2003); evitar o pátio da prisão e outros reclusos (Esteban, Alós, Jódar e Miguélez, 2014); comer no refeitório (Gomes, 2003); facilidade nas medidas de flexibilização da pena (King e McDermott, 1995, Gomes, 2003, David, 2015); melhorar a sua imagem (Gomes, 2003, Tyler e Kling, 2006, Esteban, Alós, Jódar e Miguélez, 2014); e a obtenção de dinheiro (Esteban, Alós, Jódar e Miguélez, 2014, David, 2015).

Nenhum dos ex-reclusos entrevistados admitiu a possibilidade de terem visto na frequência da formação profissional um trunfo para se apresentarem perante os outros (técnicos, juízes, guardas, reclusos, etc.) apesar dessa realidade existir e ter sido mencionada pelo técnico de formação, tal como por alguns autores mencionados anteriormente. Tyler e Kling (2006) concluíram no estudo que realizaram através de dados do Estado da Florida, que os reclusos depressa se esquecem dos benefícios que resultam da frequência de formação profissional, na reinserção profissional, pois essa não era a sua principal preocupação, mas sim o modo como eram vistos pelos outros.

Quando os ex-reclusos foram questionados acerca das expectativas que possuíam antes de realizar a formação profissional, os mesmos não foram muito claros, acabando alguns por mencionar novamente as razões pelas quais tinham ido realizar a formação profissional: bolsa, ocupação/distração, curiosidade, ganhar conhecimento, valorização pessoal e certificação escolar.

“(...) ganhar conhecimento (...) (E2:1)

“(...) não tinha muita curiosidade em aprender nada (...) (E3:2)

Estas respostas dadas, um pouco dispersas, revelam a falta de expectativas que os reclusos têm quando vão frequentar as ações de formação. Tal como King e McDermott (1995) mencionam, os reclusos, na sua maioria, não dão a devida importância aos cursos de formação profissional desenvolvidos dentro da prisão, acabando por apenas pensar nesta atividade na perspetiva do curto prazo, ou seja, para colmatar as necessidades por eles encontradas no momento e na situação em que se encontram e não na perspetiva do longo prazo, que lhe poderia proporcionar vantagens aquando da libertação.

Segundo Gomes, Duarte e Almeida (2004:28), estes são indivíduos para os quais a “escola é algo para o qual nunca se sentiram motivados e onde já tinham sido votados ao insucesso” e, deste modo, acabam por associar a escola à formação, acabando por evitá-la. Outra justificação pode prender-se com o facto de as ações de formação não serem selecionadas tendo em conta as necessidades e interesses da população prisional, ou mesmo o facto de os próprios reclusos nem terem a noção de que tipo de itinerários formativos podem realizar, tal como mencionado pelo técnico de formação entrevistado.

“A oferta Formativa é delineada mais em função das capacidades dos estabelecimentos prisionais, que da necessidade dos reclusos, principalmente no que concerne à vertente da Formação Tecnológica” (E5:2);

“(...) à partida a mesma não satisfaz a necessidade dos reclusos porque muitas vezes nem os próprios reclusos sabem o que querem e que tipo de formação profissional precisam e pretendem realizar (...)” (E5:2).

No que se refere à importância dada à formação profissional pelos ex-reclusos entrevistados mais uma vez verificamos que, apesar de dizerem que é algo importante e interessante, o pensamento é mais numa ótica imediata, ou seja, a formação profissional serve para várias coisas, nomeadamente, a ocupação de tempo, para a socialização com pessoas exteriores ao estabelecimento prisional e até mesmo com outros reclusos de outras alas, sendo a sua importância como fator de reinserção profissional ou até a obtenção de novos conhecimentos e novas competências que os poderão ajudar no futuro desvalorizada.

“A formação profissional foi importante (...) foi positiva, bastante interessante (...) para quem quer estar ocupado e não quer ficar todos dias lá fechado na cela a pensar na vida, ou a jogar à bola acho que é importante” (E1:2);

“Damo nos com outras pessoas diferentes, sem ser as guardas lá do estabelecimento prisional” (E1:2);

“A formação profissional foi boa, foi agradável (...) Gostei porque valorizei conhecimentos que não tinha (...) e foi também uma distração para mim e o próprio convívio com certos e determinados alunos também foi bom” (E2:1) (E2:4);

“Aprendi a ter um bocadinho mais de paciência com as coisas (...) a relativizar as coisas, que era uma coisa que eu não fazia antes de ser preso” (E2:2);

“Foi uma experiência importante para mim, pode vir a ajudar no futuro...” (E3:2).

Tal como o técnico de formação entrevistado menciona, o verdadeiro objetivo da formação “não é (...) dar peixe a quem tem fome, mas sim ensiná-lo a pescar” (E5:1), ou seja, é necessário dotar estes indivíduos com as capacidades e competências necessárias, de modo a serem reintegrados na sociedade, de modo a que consigam conduzir a sua vida de um modo socialmente aceite e responsável e, principalmente, que os mantenha longe da vida do crime, para não reincidirem. Gabriel (2007) é da mesma opinião, ou seja, que o mais importante não é ensinar saberes instituídos, mas sim providenciar as ferramentas necessárias para que o indivíduo, consiga, por si mesmo, perceber a importância do conhecimento e a sua procura.

Claro está que esta é uma tarefa complicada de ser levada a bom porto o que também é referido pelo entrevistado (técnico de formação) quando questionado pelas dificuldades na realização de ações de formação profissional em estabelecimentos prisionais.

“(...) não se encontra nos reclusos, mas sim nos guardas. Muitos deles vêem a formação como sinónimo de mais trabalho, ao mesmo tempo que são os primeiros a desvalorizarem a capacidade do recluso de se regenerar” (E5:2);

“(...) os horários próprios dos estabelecimentos prisionais que não se coadunam com os horários ideais para a realização da formação, todos os problemas e imprevistos existentes na vida diária dentro de uma prisão, como por exemplo rusgas, os obstáculos à movimentação quer de formandos, quer de materiais, tal como dos próprios formadores. A ideia principal é a segurança e depois a formação o que por vezes complica a realização de ações de formação dentro dos estabelecimentos prisionais” (E5:2).

Estas afirmações vão ao encontro das conclusões retiradas de alguns estudos anteriormente mencionados, como é o caso do estudo de Gomes, Duarte e Almeida (2004) que revela que, muitas vezes, tanto as administrações prisionais como os próprios reclusos, vêem a formação profissional apenas como uma forma de ocupação dos reclusos. Nesse mesmo estudo é referida a importância que a realização de atividades pelos reclusos tem no controlo da vida diária no estabelecimento prisional,

pelo corpo de guardas (apesar de alguns não acreditarem que a formação seja uma prioridade e uma mais-valia para a reinserção dos reclusos).

A própria Provedoria de Justiça (1996) reconhece as dificuldades existentes dentro dos estabelecimentos prisionais referindo a falta de guardas prisionais como um fator relevante. O relatório *Social Exclusion Unit* (2002) aponta também a falta de funcionários disponíveis nos estabelecimentos prisionais como uma das razões que dificultam o desenvolvimento da formação profissional e que também estas pessoas não acreditam que a formação seja uma prioridade.

Em relação ao acompanhamento realizado dentro do estabelecimento prisional, os ex-reclusos entrevistados mencionaram algumas atividades realizadas, para além da frequência de ações de formação profissional, nomeadamente:

“Eles fizeram-me um plano, trabalharam comigo, ajudaram-me a preparar para uma vida cá fora (...)” (E1:1);

“Tive lá no GPS, de psicólogo, durante um ano (...) lá na prisão também me fizeram a proposta de vir para O Companheiro (...)” (E2:2);

“Para além do técnico de educação que me acompanhava também tinha uma psicóloga” (E3:2);

“...havia um outro educador que era bom que fazia connosco uma atividade que era o GPS que era uma atividade que cada dia tinha uma sessão e essa sessão ajudava-nos a lidar com situações do dia a dia, isto cerca de um ano com esta atividade” (E3:3);

“Eu participei num programa que era “Parar para renovar” (...) Aquilo agente falava sobre um pouco de tudo, da vida, como cada um ali olhava para a vida, tanto lá dentro como quando saísse dali e por vezes o que nos levou até ali” (E4:2).

É importante realçar que o Programa GPS – Gerar Percursos Sociais é um programa de prevenção e reabilitação para indivíduos em risco e que foi construído de forma a poder ser utilizado em contextos de prevenção do comportamento desviante, antissocial ou delinquente, bem como em contextos de reabilitação, promovendo a reinserção sócio laboral de indivíduos em situação de elevada exclusão social.

O modo como estes indivíduos vêem o acompanhamento recebido é, de uma forma geral, positivo, mas têm a noção que existe a necessidade de se realizarem mais iniciativas de modo a serem auxiliados na sua reinserção ou só apenas para os manterem ocupados.

“Para mim foi bom porque consegui deixar a droga, 30 e tal anos depois de consumir” (E1:2);

“Podia-se fazer mais alguma coisa, não é? Mas para mim foi bom (...) perguntaram-me se queria vir aqui para O Companheiro (...) sempre tive um bom acompanhamento (E1:3);

“Foi bom, aprendi certas e determinadas coisas que não sabia. Tipo certas coisas que não se deve fazer, o saber estar na sociedade, fazer certas e determinadas coisas para não voltar a infringir a lei e tive essa ajuda (...) para mim foi suficiente o apoio (...) (E2:2);

“Esta psicóloga foi das melhores técnicas que me ajudou até agora, (...) porque via-se que ela estava sempre disposta a ajudar os outros (...). Ela ajudava bastante a tentar fazer me ver a vida de outra forma” (E3:2);

“...na prisão eu acho que deviam fazer mais coisas, mais trabalho, mais eventos, mais atividades e não fazem” (E4:3).

Tal como Portugues (2001:360) refere, estes indivíduos conseguem desenvolver “uma série de potencialidades humanas” e o mesmo acaba por ser referido pelos ex-reclusos entrevistados. Os mesmos têm noção da importância da tolerância, respeito, a troca de experiências com os outros, a reflexão, a participação e o diálogo com o próximo, estabelecendo vínculos afetivos com os demais.

No que se refere ao percurso pós-reclusão, constatámos que todos os quatro ex-reclusos entrevistados se encontravam em atividade ocupacional, através de protocolos de ocupação laboral realizados entre a associação “O Companheiro - Associação de Fraternidade Cristã” e diversas entidades localizadas em Lisboa.

“Neste momento estou a trabalhar, já trabalhei seis meses na Câmara Municipal de Lisboa, como ajudante de canalizador na Mata de Monsanto e agora estou há quase um ano aqui na junta de freguesia a trabalhar como jardineiro. Quando sai como vim logo para ‘O Companheiro’ fui logo para um protocolo que a Dr.ª Cláudia me arranjou com a Câmara Municipal de Lisboa” (E1:3);

“Agora estou como mecânico lá na Carris, através de um protocolo aqui d’O Companheiro” (E2:3);

“Neste momento encontro-me a trabalhar como ajudante na Carris, através de um protocolo realizado pelo ‘O Companheiro’ (...) (E3:3);

“Neste momento sou Arvoredo, na Câmara Municipal, trato das árvores por aí. (...) tenho um protocolo com ‘O Companheiro’” (E4:3).

Os protocolos realizados entre a associação O Companheiro e a Câmara Municipal de Lisboa vão no sentido da colocação de reclusos e ex-reclusos em diversas unidades orgânicas na Câmara Municipal para a concretização de tarefas laborais específicas, como por exemplo as funções de canalizador e arvoredo, mencionadas pelos ex-reclusos entrevistados. Outras entidades, mencionadas pelos ex-reclusos entrevistados, como a Carris e a Junta de Freguesia de Benfica, proporcionam protocolos que promovem a integração de ex-reclusos, com o objetivo de desenvolvimento de competências socioprofissionais, através da integração numa equipa de trabalho e através da participação em atividades de carácter oficial.

Relativamente à importância dada à frequência de formação profissional dentro do estabelecimento prisional e o modo como essa formação profissional contribuiu para a sua reinserção profissional no mercado de trabalho, as respostas foram todas no mesmo sentido, ou seja, a formação profissional foi importante para os ex-reclusos entrevistados, mas não foram em áreas em que se vissem a trabalhar aquando da sua libertação. Não nos podemos esquecer que todos os ex-reclusos entrevistados se encontram em protocolos realizados entre “O Companheiro” e algumas entidades, contudo referem que se assim não fosse, não iriam tentar desenvolver a sua atividade laboral nas áreas em que frequentaram formação profissional.

“A formação que fiz de mecânica era muito complicada (...) não, essa experiência não era para mim...foi bom enquanto estive lá, aprendi alguma coisa (...) mas não me vejo a trabalhar nessa área” (E1:3);

“A nível de formação profissional para assim vir a exercer, eu não vou exercer, mas gostei” (E2:1);

“Acho que sim, tudo o que venha de formação é bom. Fiz a formação de jardinagem e se eu não tivesse profissão nenhuma ou se tivesse mesmo mesmo a precisar ia procurar nesta área” (E2:3);

“A formação até podia ajudar, mas aqui em Lisboa está fora de questão (...) nessa área não sei se conseguia com essa facilidade...se calhar em zonas mais rurais” (E3:3);

“(...) levou-me a perceber que aquele curso, do modo como eu via a minha vida quando saísse dali, não me ia ajudar porque não me via a fechar dentro de uma oficina a trabalhar naquilo (...)” (E4:1).

Mais uma vez se verifica que, tal como o técnico de formação entrevistado afirmou, a formação profissional desenvolvida não satisfaz as aspirações dos reclusos, indo de encontro a alguns problemas mencionados por estudos como o relatório do *Social Exclusion Unit* (2002) que menciona que a construção dos referenciais de formação e as metodologias das sessões ministradas nos estabelecimentos prisionais não têm em conta o perfil das populações prisionais de cada estabelecimento ou o tempo médio de permanência dos reclusos no estabelecimento prisional.

O técnico de formação entrevistado também refere que a duração da pena dos reclusos e a dependência de substâncias são fatores importantes nos resultados da formação profissional.

“(...) a duração da pena dos reclusos é um fator que pode influenciar as aprendizagens realizadas no decorrer da formação profissional, uma vez que quando os reclusos realizam a formação profissional muito antes do término da sua pena, acabam por depois não conseguirem aplicar essas aprendizagens porque ou se esquecem do que aprenderam ou o que aprenderam já se encontra desatualizado” (E5:2);

“Da parte dos reclusos, são várias as dificuldades, desde logo o seu percurso de vida, muitas vezes ligados ao consumo de substâncias que lhe vão diminuindo as capacidades cognitivas (...)” (E5:2).

Gabriel (2007) também menciona que as metodologias adotadas e os instrumentos pedagógicos utilizados não são adequados aquela população, pois são pessoas que nunca viram a escola com bons olhos, muitas sofrendo desequilíbrios emocionais e que recorrem a substâncias ilícitas para fugir à realidade em que se encontram. No relatório do *Social Exclusion Unit* (2002) é partilhada a mesma ideia, ou seja, os referenciais de formação para além de não terem em conta o perfil da população prisional, não têm em conta o tempo médio de permanência destes indivíduos no estabelecimento prisional.

O técnico de formação entrevistado tem consciência que a formação profissional por si só não é suficiente na reeducação dos reclusos, mas acredita na sua importância enquanto criadora de novas oportunidades na vida destes indivíduos.

“(...) a formação não vai transformar ninguém de mauzinho em bonzinho, mas vai dar ferramentas aos reclusos para eles conseguirem enfrentar as dificuldades com que se deparam quando saem cá para fora” (E5:3).

Tal afirmação vai de encontro com o preconizado por autores como Julião (2007) e Craidy (s/d). Ambos têm noção de que não é capacitação profissional, obtida através do trabalho, da educação e/ou da formação profissional, que vai conseguir reinserir o ex-recluso no mercado de trabalho, ou até mesmo diminuir a sua reincidência, mas a realização destas atividades poderá contribuir para que estes indivíduos desenvolvam e procurem alternativas para a sua reinserção na sociedade.

Em relação às expectativas de futuro, todos os ex-reclusos entrevistados mencionam o facto de pretenderem continuar a trabalhar, seja através do protocolo em que se encontram ou noutras áreas, ou até mesmo criarem o seu próprio negócio. É de salientar a importância que estes indivíduos dão,

neste momento, ao facto de terem um emprego pois têm noção que o mesmo os pode ajudar na sua reintegração social e afastá-los de uma vida de crime, evitando reincidências.

“É continuar a trabalhar, conseguir renovar a minha carta...” (E1:3);

“As minhas expectativas é trabalhar e arranjar uma casa (...) (E2:4);

“Eu quero procurar outros trabalhos, eu não posso parar por aqui, eu não sei se o protocolo vai ser renovado ou não” (E3:4);

“(...) e eu já pensei em arranjar outro emprego, qualquer coisa para fazer (...) eu tento sempre pensar em criar o meu próprio negocio só que embora estou ali a trabalhar, mas eu como já tinha referido não posso depender só daquilo (...) (E4:4).

O técnico de formação entrevistado refere a importância que a própria DGRSP deve ter na reinserção profissional destes indivíduos no mercado de trabalho, dando-lhes ferramentas não só dentro dos estabelecimentos prisionais como também dando as ferramentas necessárias para se reintegrarem na sociedade de uma forma mais plena.

“(...) a Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais deveria ter uma atividade mais ativa com os ex-reclusos, de modo a encaminhá-los e a orientá-los na sua reintegração no mercado de trabalho e não só (...) quando saem cá para fora deixam de ter o apoio que tinham dentro dos estabelecimentos prisionais e ficam entregues aos lobos” (E5:3).

Por último, em forma de término da entrevista, o técnico de formação entrevistado faz algumas sugestões de melhoria ao planeamento e desenvolvimento da formação profissional realizada dentro dos estabelecimentos portugueses, nomeadamente:

“1º Promover uma verdadeira reflexão, a várias cabeças, sobre o que se pretende com esta Formação. 2º Elaborar um cadastro profissional/escolar da população prisional. 3º Elaborar um levantamento das reais necessidades do mercado laboral. 4º Elaborar um programa de Formação adequado ao binómio necessidades do recluso/Necessidades do mercado” (E5:3).

A Provedoria de Justiça (1996:145) também faz algumas recomendações, no que diz respeito à formação profissional, nomeadamente a necessidade de promoção e intensificação, nos

estabelecimentos prisionais, “de atividades de formação profissional, à data consideradas insuficientes e desadequadas; que a escolha dos programas de formação tenha em vista as exigências do mercado de trabalho de modo a permitir aos reclusos que a recebam, desenvolver uma atividade profissional após a libertação; que, por fim, se generalize a concessão de bolsas de formação, assim como, em situações especiais, prêmios ou gratificações de modo a incentivar os reclusos a procurar as ferramentas de que necessitarão na sua vida pós-penitenciária”.

Conclusões

O presente trabalho de investigação teve como objetivo o estudo da reinserção profissional de ex-reclusos, tendo em conta a frequência de ações de formação profissional enquanto cumpriam a sua pena no estabelecimento prisional. A análise do contributo desta formação profissional para a reinserção profissional destes indivíduos foi o nosso objetivo principal.

Sendo a formação profissional um dos pilares da reinserção profissional de ex-reclusos, torna-se importante analisar o trabalho que tem sido feito junto da população prisional nesse sentido, através do trabalho realizado pelo CPJ. Como afirma Santos (2006), a formação profissional possui características próprias que capacitam estes indivíduos a conseguirem modificar a sua situação de excluídos, aquando da sua libertação. A formação profissional é assim vista como uma ferramenta privilegiada para lutar contra a exclusão social, com importantes efeitos positivos na taxa de reincidência, como é demonstrado por vários autores, anteriormente mencionados.

Uma vez que o nosso estudo incidiu sobre a reinserção profissional de ex-reclusos, importa dar conta da caracterização da população prisional portuguesa, de modo a perceber as suas características específicas. Assim, entre 2011 e 2016 encontramos nos estabelecimentos prisionais portugueses, na sua maioria, uma população, portuguesa, do sexo masculino, num escalão etário entre os 25 e os 39 anos, em que a sua situação penal era a de condenados devido a crimes cometidos contra o património e que possuía o 1º ou o 2º ciclo do ensino básico. Em relação à população prisional que frequentou formação profissional nos últimos seis anos, verificamos que tem vindo a aumentar, em ambos os sexos.

Relativamente às políticas de formação profissional destinadas a reclusos, foi caracterizado o trabalho realizado pelo CPJ enquanto entidade promotora e formadora. O CPJ foi criado através de um protocolo celebrado entre o Ministério da Justiça e o Ministério do Emprego e da Segurança Social, através do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), tendo como missão a promoção de atividades de formação profissional, de modo a valorizar a população a cargo dos serviços e organismos do Ministério da Justiça, com o propósito da sua reintegração na sociedade e no mercado de trabalho.

No que se refere à oferta formativa disponibilizada pelo CPJ, foi-nos possível verificar que a mesma é bastante diversificada, sendo desenvolvidas ações de formação nas modalidades de Formação Modular Certificada, ações de Formação para a Inclusão e cursos de Educação e Formação de Adultos. Concluímos que os cursos de Educação e Formação de Adultos e as ações de Formação Modular Certificada são os mais frequentes pois, por um lado, os cursos de Educação e Formação de Adultos conferem dupla certificação – escolar e profissional – possibilitando aos reclusos/formandos obter/melhorar o seu nível de escolaridade ao mesmo tempo que aprendem uma profissão, enquanto

que as ações de Formação Modular Certificada permitem uma qualificação profissional para os que já possuem uma habilitação escolar.

Ao nível das áreas e itinerários de formação abrangidos nestas ações de formação, verificamos a existência de uma vasta oferta de modo a que seja possível abranger o maior número possível de reclusos tendo em conta as condições específicas de cada estabelecimento profissional.

Os resultados obtidos através das entrevistas ao técnico de formação e aos ex-reclusos permitiram-nos identificar um conjunto de elementos relevantes para compreender o papel da formação profissional nos percursos de vida dos reclusos/formandos, o contributo que esta formação profissional tem na reinserção profissional dos ex-reclusos, tal como as dificuldades desta mesma reinserção profissional.

Através das entrevistas realizadas constatámos que todos os entrevistados cumpriram penas iguais ou superiores a 5 anos, passando por diferentes estabelecimentos prisionais. Foram identificados vários itinerários de formação, desenvolvidos pelos ex-reclusos entrevistados (pelo menos dois frequentaram mais do que uma ação de formação profissional), nomeadamente: Ladrilhador/a, Mecânico/a de Serviços Rápidos, Operador/a Agrícola, Operador/a de Jardinagem, Técnico/a de Mecatrónica e Operador/a de Informática. Todas estas ações de formação são claramente ações com saídas profissionais com alguma exigência técnica, seguindo a lógica das áreas e saídas profissionais prioritárias diagnosticadas e divulgadas anualmente pelo IEFP e pela ANQEP, com o objetivo de criar uma oferta que vá ao encontro das necessidades do mercado de trabalho.

Os ex-reclusos entrevistados vêem a formação profissional de um modo diferente daquele que é preconizado pela própria lei portuguesa e pelas entidades envolvidas no processo formativo. Isto significa que estes indivíduos, apesar de reconhecerem a formação profissional como um instrumento de reinserção social e profissional, que lhes permite a aquisição de novos conhecimentos, seja para aprender uma profissão nova ou obter uma certificação escolar, não lhe dão uma importância central a este nível. Na sua maioria, os ex-reclusos entrevistados vêem na formação profissional um meio para evitarem outros reclusos (para se afastarem de confusões), ou para escaparem ao aborrecimento de não fazer nada, de estar fechado na cela, ou seja, procuram a formação profissional como um escape para lhes ocupar o tempo. Por outro lado, vêem-na como um modo de se aproximarem do exterior, seja através do contato com professores/formadores/mediadores/técnicos, como na procura de benefícios ao nível das medidas de flexibilização da pena. Através da frequência de ações de formação profissional, os entrevistados acreditam que podem melhorar as suas vidas intramuros, criando uma imagem de bom comportamento, em que dão sinais da sua intenção em ter uma reinserção positiva na sociedade e de pretendem abandonar as atividades associadas ao crime. Acresce como motivação extra para a frequência de ações de formação profissional o recebimento de uma bolsa de formação que lhes é útil para os gastos do dia-a-dia.

Algumas das razões apresentadas anteriormente também foram relatadas pelo técnico de formação entrevistado. A revisão de literatura realizada para este estudo, comprova que todas estas motivações são comuns entre a população prisional.

Foi-nos também possível perceber que os ex-reclusos entrevistados não têm grandes expectativas em relação à formação profissional. Tal como Gomes, Duarte e Almeida (2004) referem no seu estudo, estes são indivíduos que já vêm do exterior com uma imagem negativa da escola (que associam diretamente à formação) e onde acham que nunca irão ter sucesso, pois nunca o tiveram enquanto estavam em liberdade.

Em relação à questão do acompanhamento realizado dentro dos estabelecimentos prisionais, constatámos que todos os ex-reclusos entrevistados tiveram acompanhamento, fosse através de psicólogos, técnicos de reinserção ou de educação. Os ex-reclusos entrevistados consideram o acompanhamento adequado, mas gostavam de ver mais atividades realizadas junto da população prisional, como o aumento de oportunidades de trabalho, eventos, etc. Todos têm noção que conseguiram retirar algumas aprendizagens positivas através do acompanhamento realizado, desenvolvendo algumas competências sociais que não possuíam antes de estarem presos.

Como foi mencionado pelo técnico de formação entrevistado, o verdadeiro objetivo da formação profissional “não é (...) dar peixe a quem tem fome, mas sim ensiná-lo a pescar” (E5:1), ou seja, capacitar os reclusos com capacidades e competências necessárias para serem reinseridos na sociedade e, conseqüentemente, no mercado de trabalho. Contudo, para o desenvolvimento da formação profissional dentro dos estabelecimentos prisionais, o técnico de formação entrevistado, aponta algumas dificuldades, dificuldades estas também identificadas em estudos como o realizado por Duarte, Gomes e Almeida (2004), e os relatórios da Provedoria de Justiça (1996) e do *Social Exclusion Unit* (2002), nomeadamente no que toca à pouca importância dada pelos funcionários dos estabelecimentos prisionais a estas atividades, à falta de guardas prisionais e a própria dinâmica diferenciada dos estabelecimentos prisionais.

Na realização das entrevistas aos ex-reclusos ficámos a saber que todos se encontravam em atividade ocupacional, através de protocolos de ocupação laboral, realizados entre a associação “O Companheiro” e diversas entidades localizadas em Lisboa. Quando questionados sobre a importância e o contributo que a formação profissional que realizaram no estabelecimento prisional teve na reinserção profissional, todos os quatro ex-reclusos entrevistados mencionaram que apesar de terem ganho alguns conhecimentos nas áreas em que frequentaram os cursos, não têm qualquer perspetiva de virem, no futuro, a trabalhar nessas áreas. Mais uma vez se conclui que as ações de formação desenvolvidas nos estabelecimentos prisionais parecem não ter em conta os interesses dos

formandos/reclusos, indo mais ao encontro das capacidades dos próprios estabelecimentos prisionais, tal como foi mencionado pelo técnico de formação entrevistado.

Outra das questões mencionadas pelo técnico de formação entrevistado e que poderá estar relacionada com a conexão entre a formação profissional realizada e a ausência de perspectiva dos ex-reclusos entrevistados em trabalharem nas áreas de formação desenvolvidas, é o facto de os referenciais de formação e as metodologias das sessões ministradas nos estabelecimentos prisionais não terem em conta o perfil das populações prisionais ou o tempo médio de cumprimento de pena. O mesmo é defendido por Gabriel (2007) e está descrito no relatório do *Social Exclusion Unit* (2002).

É perceptível, através dos discursos dos entrevistados (do técnico de formação como dos ex-reclusos entrevistados) que a formação profissional “não vai transformar ninguém de mauzinho em bonzinho” (E5:3) mas a sua frequência contribui para que se desenvolvam e procurem alternativas para a sua reinserção na sociedade. Apesar da falta de interesse demonstrado pelos ex-reclusos entrevistados em relação à frequência de formação profissional, constatamos que a frequência de ações de formação profissional teve algumas repercussões a nível social, de realização pessoal e de aquisição de novos conhecimentos.

Por último, verificámos que em relação a projetos de futuro, o objetivo é unânime a todos os ex-reclusos entrevistados, ou seja, o seu grande objetivo é continuar a trabalhar pois têm consciência que a ausência de uma atividade laboral os poderá levar a reincidir.

Na realização deste estudo, foram sendo identificadas algumas dificuldades na reinserção profissional dos ex-reclusos. Contudo, estas mesmas dificuldades foram constatas através da revisão da literatura, uma vez que, como já foi mencionado, através das entrevistas realizadas aos ex-reclusos, verificámos que todos estão a receber apoio da associação “O Companheiro”, ou seja, quer queiramos quer não, encontram-se num ambiente mais protegido, assegurado pela própria associação (dois dos entrevistados são residentes na associação).

Para o técnico de formação entrevistado a própria DGRSP deveria ter um papel ainda mais ativo na reinserção profissional destes indivíduos, dando-lhes ferramentas não só dentro dos estabelecimentos prisionais como também dando-lhes as ferramentas necessárias para se reintegrar na sociedade de uma forma mais eficaz.

No desenvolvimento deste estudo foram sendo encontradas algumas condicionantes, sendo que a maior delas foi a dificuldade em encontrar ex-reclusos que tivessem frequentado formação profissional enquanto cumpriam pena no estabelecimento prisional e que estivessem disponíveis para colaborar na realização desta investigação. Como tal, apenas nos foi possível realizar quatro entrevistas a ex-reclusos que tinham as condições necessárias para tal.

É importante ainda apresentar algumas propostas de investigação futura. Consideramos relevante considerar alargar o âmbito deste estudo a uma população mais alargada, abrangendo outras regiões do País que não Lisboa, pois é um centro urbano onde as identidades e percursos individuais se tendem a diluir na multidão. Estas diferenças a nível da região poderão ter influência na reinserção profissional destes ex-reclusos pois existem diferenças, a muitos níveis, entre meios urbanos e meios rurais. Também seria interessante acompanhar ex-reclusos que tivessem frequentado diferentes itinerários de formação, no estabelecimento prisional, passados alguns anos, para perceber o seu percurso até então e de que forma a frequência da formação profissional no estabelecimento prisional foi importante e qual o seu papel na sua vida pessoal, profissional e/ou social.

BIBLIOGRAFIA

- Albino, M. C. (2007). A Reinserção Social e a Reclusão – Desafios para o Séc. XXI. In *Educar o outro – As Questões do género, dos Direitos Humanos e da Educação nas Prisões Portuguesas* (pp. 171-178). Coimbra, Humana Global.
- Almeida, A. J. (2007). Empregabilidade, contextos de trabalho e funcionamento do mercado de trabalho em Portugal. *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, 2, pp. 51-58.
- Alves, N. (2009). Por que está a Escola incumbida de promover a inclusão e a empregabilidade? In R. Canário e S. Rummert (Org.), *Mundos do Trabalho e Aprendizagem* (pp. 45-59). Lisboa: Educa.
- André, A. R. (2013). *As competências transversais e as práticas de gestão por competências – Um estudo exploratório de diferentes realidades organizacionais*. Dissertação de Mestrado. ESEG, IPP.
- Bardin, L. (2007). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, Lda.
- Bernet, J. T. (2003). *Lá Educación fuera de lá escuela: ámbitos no formales y educación social*. Barcelona: Editorial Ariel.
- Bogdan, R. e Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Comissão para a Reforma do Sistema de Execução de Penas e Medidas (1997). *Relatório “A Execução das Medidas Privativas da Liberdade”*. Policopiado.
- Canário, R. (2000). *Educação de Adultos – Um campo e uma problemática*. (2ªed.). Lisboa: Educa.
- Canastra, F., Gujamo, L. e Magnino, A. (2012). A investigação-ação como estratégia privilegiada no contexto da inserção sociolaboral de reclusos: uma leitura a partir da Pedagogia Social. *Cadernos de Pedagogia Social*, 4, 75-90.
- Contente, A., Sousa, A. e Melo, S. (s/d). *O ensino de Ciências na Educação de Jovens e Adultos: uma abordagem CTS como prática educativa no espaço prisional*. Documento Policopiado.
- Correia, M. R. (s/d). *Inclusão no mercado de trabalho de populações especiais. Que fatores para o sucesso?* Projeto de Dissertação. Porto, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Fernando Pessoa.
- CPJ (2012). *Relatório de Gestão – Ano de 2011*. Manuscrito não publicado. Lisboa, CPJ.
- CPJ (2013). *Relatório de Gestão – Ano de 2012*. Manuscrito não publicado. Lisboa, CPJ.
- CPJ (2014). *Relatório de Gestão – Ano de 2013*. Manuscrito não publicado. Lisboa, CPJ.

- CPJ (2015). *Relatório de Gestão – Ano de 2014*. Manuscrito não publicado. Lisboa, CPJ.
- CPJ (2016). *Relatório de Gestão – Ano de 2015*. Manuscrito não publicado. Lisboa, CPJ.
- CPJ (2017a). *Relatório de Gestão – Ano de 2016*. Manuscrito não publicado. Lisboa, CPJ.
- CPJ (2017b). *Plano Estratégico CPJ – Planeamento Físico e Financeiro 2017-2019*. Manuscrito não publicado. Lisboa, CPJ.
- Craidy, C. (s/d). *A educação no sistema penitenciário e a sua importância na ressocialização*. Disponível em: http://www.aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php?file=%2F183218%2Fmod_resource%2Fcontent%2F1%2FA%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20no%20Sistema%20Penitenci%C3%A1rio%2C%20e%20sua%20import%C3%A2ncia%20na%20ressocializa%C3%A7%C3%A3o.pdf
- David, A. M. (2015). *Tratamento Prisional: do conceito à vivência – O caso do Estabelecimento Prisional de Lisboa*. Dissertação de Mestrado. ISCTE, IUL.
- De Ketele, J.M. e Roegiers, X. (1999). *Metodologia da Recolha de Dados: Fundamento dos Métodos de Observações, de Questionários, de Entrevistas e de Estudo de Documentos*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Declaração Universal dos Direitos Humanos, ONU (1948).
- Department for Education and Skills (2004). *Skills for Life – the national strategy for improving adult literacy and numeracy skills*. Londres: DfES Publications.
- Direcção-Geral da Política de Justiça (2011). *Boletim de Informação Estatística 4*. Lisboa.
- Direcção-Geral da Política de Justiça (2015). *Boletim de Informação Estatística 37*. Lisboa.
- Direcção-Geral da Política de Justiça (2016). *Boletim de Informação Estatística 42*. Lisboa.
- Direcção-Geral da Política de Justiça (2017). *Boletim de Informação Estatística 50*. Lisboa.
- Direcção-Geral dos Serviços Prisionais. Estatísticas referentes aos anos de 2011 a 2016, disponíveis em: <http://www.dgsp.mj.pt/>
- Dores, A. (2002), *Prisões de Portugal. Atas do IV Congresso Português de Sociologia - Passados Recentes Futuros Próximos*. Coimbra.
- Esteban, F., Alós, R., Jódar, P. e Miguélez, F. (2014). Ex-inmates Job Placement. A Qualitive Approach. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 145, 181-204.
- Estrela, A. (1994). *Teoria e Prática de Observação de Classes – Uma estratégia de Formação de Professores*. (4ªed.). Porto: Porto Editora.
- Flick, U (2005). *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*. Lisboa: Monitor.

- Fortin, M. F. (2009). *O processo de investigação: da concepção à realização*. (5ªed.). Loures: Lusociência.
- Foucault, M. (1999). *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. (20ªed.). Petrópolis: Vozes.
- Freixo, M. (2010). *Metodologia Científica – Fundamentos, Métodos e Técnicas*. (2ªed.). Lisboa: Instituto Piaget.
- Furtado, L. e Condeço, C. (2009). A reinserção pelo trabalho ou a importância do trabalho e da formação profissional na reinserção de pessoas sujeitas a medidas judiciais. *Ousar Integrar – Revista de reinserção social e prova*. 3, 39-52.
- Gabriel, D. (2007). *(De) Formação de Adultos em Contexto Prisional: Um Contributo*. Dissertação de Mestrado. FPCE, UP.
- Gangani, N, McLean, G. e Braden, R. (2006). A Competency-Based Human Resource Development Strategy. *Performance Improvement Quarterly*. 19 (1), 127-140.
- Gomes, C., Duarte, M. e Almeida, J. (2004). Crime, penas e reinserção social: Um olhar sobre o caso português. *Atas do Atelier do Vº Congresso Português de Sociologia* (pp. 27-34).
- Gomes, C. (coord.) (2003). *A Reinserção Social dos Reclusos: Um contributo para o debate sobre a reforma do sistema prisional*. Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, Centro de Estudos Sociais. Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.
- Gomes, I. (2008). *Da Prisão à Liberdade: Reinserção Social de Ex-Reclusos*. Tese de Mestrado. ISCTE, IUL.
- Guerra, I. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo – Sentidos e formas de uso*. Cascais: Principia.
- Julião, E. (2007). Educação Profissional para Jovens e Adultos privados de liberdade. *EJA e Educação Prisional*. Boletim 06, 29-41.
- Júnior, M. (2011). *Educar na Prisão*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Goiás.
- Harris, P., e Keller, K. (2005). Ex-offenders need not apply: The criminal background check in hiring decisions. *Journal of Contemporary Criminal Justice*, 21(1), 6-30.
- King, R. e McDermott, K. (1995). *The State of Our Prisons*. Oxford: Clarendon Press.
- Kirkpatrick, D. (1998). *Evaluating Training Programs: the four levels*. San Francisco: Berrett – Koehler Publishers, Inc.

- Kovács, I., Cerdeira, M., Bairrada, M. e Moniz, A. (1994). *Qualificações e Mercado de Trabalho*. Lisboa: IEFP.
- Kovács, I., Casaca, S. F., Ferreira, J. e Sousa, M. (2006). *Flexibilidade e crise de emprego: tendências e controvérsias*. Oeiras: Celta Editora.
- Lochner, L. e Moretti, E. (2001). *The Effect of Education on Crime: Evidence from prison inmates, arrests and self-reports*. National Bureau of Economic Research Working Paper n.º 8605, November 2001, disponível em <http://www.nber.org/papers/w8605>.
- Lopes, K. (2013). *Direitos e Desafios: A educação no ambiente prisional*. Dissertação de Mestrado. Universidade da Região de Joinville.
- Manata, C. (2017). Reclusão e Formação Profissional. *Dirigir & Formar*, 16, 23-26.
- Marques, L. (2005). *Relatório sobre o Impacto da Formação Profissional na Empregabilidade de Ex-formandos do CPJ*. Manuscrito não publicado. Divisão de Formação Profissional - CPJ, Lisboa.
- Moreira, J. (1994). *Vidas Encarceradas: estudo sociológico de uma prisão masculina*. Coleção Cadernos do CEJ. Gabinete de Estudos Jurídico-Sociais do Centro de Estudos Judiciários. Lisboa: nº1/93.
- Morgado, S. (2012). *A educação para o empreendedorismo em contexto prisional: Competências, Processos e Desafios*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.
- Onofre, E. (2009). Processos educativos em espaços de privação de liberdade. *Revista de Educação PUC-Campinas*, 27, 65-74.
- Parra, R. (2014). *Competências de empregabilidade – exploração do mercado de trabalho português*. Dissertação de Mestrado. ESCE, IPS.
- Pereira, D. e Costa, F. (2013). Educação Profissional no sistema penitenciário: Caminho para reintegração social? *Revista Electrónica de Educação*, v.7, 1, 211-227.
- Portugues, M. (2001). Educação de adultos presos. *Educação e Pesquisa*, v.27, 2, 355-374.
- Provedoria de Justiça (1996). *Relatório sobre o Sistema Prisional*. Lisboa: Provedoria de Justiça – Serviços de documentação.
- Provedoria de Justiça (2003). *As nossas prisões – III Relatório*. Lisboa: Provedoria de Justiça – Serviços de documentação.
- Quivy, R. e Campenhoudt, L.V. (1992). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Rego, A., Cunha, M., Gomes, J., Cunha, R., Cabral-Cardoso, C. e Marques, C. (2015). *Manual de Gestão de Pessoas e do Capital Humano*. (3ªed.). Lisboa: Edições Sílabo.

Rocha, V., Lima, T., Ferraz, S. e Ferraz, S. (2013). A inserção do egresso prisional no mercado de trabalho cearense. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, v.7, 4, 185-207.

Rodrigues, A. (2002). *Novo olhar sobre a questão penitenciária*. (2ª ed.). Coimbra: Coimbra Editora.

Rodrigues, A. C. (2013). *Fatores e desafios dos programas de empregabilidade para reclusos – o caso do Estabelecimento Prisional de Sintra*. Dissertação de Mestrado. ISCTE, IUL.

Rosa, S. (2010). *Avaliação do impacto da implementação de um programa de formação para o empreendedorismo em ex-reclusos*. Dissertação de Mestrado. FMH, UL.

Santos, H. (2006). *A Formação Profissional como estratégia de inserção profissional – o caso específico dos cursos EFA*. Monografia Licenciatura. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Fernando Pessoa.

Silva, C. (2012). *A vida de ex-reclusos, por suas palavras – Os liames entre a vida na prisão e a (re)inserção social*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras, Universidade do Porto.

Social Exclusion Unit (2002). *Reducing Re-offending by Ex-prisoners*. London: Office of the Deputy Prime Minister.

Stake, R. (2012). *A Arte da Investigação com Estudos de Caso*. (3ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Tyler, J. e Kling, J. (2006). *Prision-based education and re-entry into the mainstream labor market*. National Bureau of Economic Research Working Paper n.º 12114, March 2006. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w12114>

Vaz, M. J. (2000). Ideais Penais e Prisões no Portugal Oitocentista. *Atas do IV Congresso Português de Sociologia – Sociedade Portuguesa: Passados Recentes, Futuros Próximos*. Coimbra.

Yin, R. (2003). *Estudo de Caso – Planejamento e Métodos*. (2ªed.). Porto Alegre: Bookman.

Legislação:

Código Penal Português (1995). Atualizado até à Lei n.º 94/2017, de 23 de agosto. Disponível em http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=109&tabela=leis&so_miolo=

Decreto-Lei n.º 265/79, de 1 de agosto (Reforma do Sistema Prisional).

Decreto-Lei n.º 49/80, de 22 de março (Reforma do Sistema Prisional).

Lei n.º 115/2009, de 12 de outubro (Reforma do Sistema Prisional).

Portaria 538/88, de 10 de agosto (Criação do CPJ).

Portaria n.º 283/2011, de 24 de outubro (define o regime jurídico dos cursos de educação e formação de adultos (cursos EFA) e das formações modulares previstos no Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de Dezembro).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 46/2013, de 23 de julho (Aprovação do Plano Nacional de Reabilitação e Reinserção- Justiça Juvenil, 2013-2015).

APÊNDICES

APÊNDICE 1

Caracterização da população prisional portuguesa (2011-2016)

Quadro 5 – População prisional segundo o sexo (2011-2016)

Anos	2011		2012		2013		2014		2015		2016	
Sexo	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Homens	11.970	94.4%	12.856	94.4%	13.431	94.0%	13.162	94.0%	13.360	93.9%	12.910	93.7%
Mulheres	711	5.6%	758	5.6%	853	6.0%	841	6.0%	862	6.1%	869	6.3%
TOTAL	12.681	100%	13.614	100%	14.284	100%	14.003	100%	14.222	100%	13.779	100%

Fonte: DGSP

Quadro 6 – População prisional segundo o escalão etário (2011-2016)

Anos	2011		2012		2013		2014		2015		2016	
Escalão Etário	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
16 a 18 anos	76	0.6%	54	0.4%	57	0.4%	56	0.4%	42	0.3%	45	0.3%
19 a 24 anos	1.572	12.4%	1.620	11.9%	1.514	10.6%	1.344	9.6%	1.209	8.5%	1.058	7.7%
25 a 39 anos	6.442	50.8%	6.930	50.9%	7.199	50.4%	6.946	49.6%	6.912	48.6%	6.621	48.1%
40 a 59 anos	4.160	32.8%	4.506	33.1%	4.943	34.6%	4.971	35.5%	5.305	37.3%	5.300	38.5%
60 e mais anos	431	3.4%	504	3.7%	571	4.0%	686	4.9%	754	5.3%	755	5.5%
TOTAL	12.681	100%	13.614	100%	14.284	100%	14.003	100%	14.222	100%	13.779	100%

Fonte: DGSP

Quadro 7 – População prisional segundo o sexo e a nacionalidade (2011-2016)

Anos	2011		2012		2013		2014		2015		2016	
Sexo/ Nacionalidade	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Homens Portugueses	9.595	75.7%	10.429	76.6%	10.989	77.0%	10.898	77.8%	11.094	78.0%	10.821	78.5%
Homens Estrangeiros	2.375	18.7%	2.427	17.8%	2.442	17.1%	2.264	16.2%	2.266	15.9%	2.089	15.2%
Mulheres Portuguesas	538	4.2%	583	4.3%	648	4.5%	636	4.5%	633	4.5%	663	4.8%
Mulheres Estrangeiras	173	1.4%	175	1.3%	205	1.4%	205	1.5%	229	1.6%	206	1.5%
TOTAL	12.681	100%	13.614	100%	14.284	100%	14.003	100%	14.222	100%	13.779	100%

Fonte: DGSP

Quadro 8 – População prisional segundo a situação penal (2011-2016)

Anos	2011		2012		2013		2014		2015		2016	
Situação	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Preventivos	2.473	19.5%	2.655	19.5%	25	18.1%	2.325	16.6%	2.304	16.2%	2.122	15.4%
Condenados	9.980	78.7%	10.728	78.8%	11.442	80.1%	11.538	82.4%	11.648	81.9%	11.395	82.7%
Medidas de Segurança	228	1.8%	231	1.7%	257	1.8%	140	1.0%	270	1.9%	262	1.9%
TOTAL	12.681	100%	13.614	100%	14.284	100%	14.003	100%	14.222	100%	13.779	100%

Fonte: DGSP

Quadro 9 – População prisional segundo o nível de instrução (2011-2016)

Anos	2011		2012		2013		2014		2015		2016	
Nível de instrução	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Não sabe ler nem escrever	545	4.3%	531	3.9%	528	3.7%	518	3.7%	512	3.6%	468	3.4%
Sabe ler e escrever	533	4.2%	490	3.6%	500	3.5%	490	3.5%	483	3.4%	441	3.2%
Básico	9.879	77.9%	10.673	78.4%	11.213	78.5%	10.964	78.3%	11.093	78.0%	10.734	77.9%
Secundário	1.458	11.5%	1.620	11.9%	1.686	11.8%	1.639	11.7%	1.579	11.1%	1.571	11.4%
Superior	152	1.2%	150	1.1%	157	1.1%	196	1.4%	185	1.3%	358	2.6%
Outros cursos	25	0.2%	27	0.2%	29	0.2%	28	0.2%	199	1.4%	14	0.1%
Ignorado ou não especificado	89	0.7%	123	0.9%	171	1.2%	168	1.2%	171	1.2%	193	1.4%
TOTAL	12.681	100%	13.614	100%	14.284	100%	14.003	100%	14.222	100%	13.779	100%

Fonte: DGSP

Quadro 10 – População prisional segundo o tipo de crime cometido (2011-2016)

Anos	2011		2012		2013		2014		2015		2016	
Tipo de crime cometido	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Crimes contra as pessoas	3.145	24.8%	3.349	24.6%	3.542	24.8%	3.473	24.8%	3.641	25.6%	3.431	24.9%
Crimes contra o património	3.589	28.3%	3.866	28.4%	4.157	29.1%	3.865	27.6%	3.754	26.4%	3.817	27.7%
Crimes contra a vida em sociedade	938	7.4%	1.007	7.4%	1.086	7.6%	1.386	9.9%	1.408	9.9%	1.364	9.9%
Crimes contra o Estado	(a)	(a)	(a)	(a)	828	5.8%	868	6.2%	612	4.3%	841	6.1%
Crimes relativos a estupefacientes	2.574	20.3%	2.792	20.5%	2.800	19.6%	2.661	19.0%	2.745	19.3%	2.604	18.9%
Outros crimes	2.435	19.2%	2.600	19.1%	1.871	13.1%	1.750	12.5%	2.062	14.5%	1.722	12.5%
TOTAL	12.681	100%	13.614	100%	14.284	100%	14.003	100%	14.222	100%	13.779	100%

(a) Nos anos 2011 e 2012 os “crimes contra o Estado” estão incluídos nos “outros crimes”.

Fonte: DGSP

Quadro 11 – População prisional que frequentou FP no EP, segundo o sexo (2011-2016)

Anos	2011		2012		2013		2014		2015		2016	
Sexo	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Homens	629	5.0%	909	6.7%	1.933	13.5%	1.817	13%	1.700	12%	2.512	18.2%
Mulheres	9	0.1%	13	0.1%	74	0.5%	10	0.1%	30	0.2%	61	0.4%
TOTAL	638	5.0%	922	6.8%	2.007	14.1%	1.827	13.0%	1.730	12.2%	2.573	18.7%

Fonte: DGSP

APÊNDICE 2

Caracterização da oferta formativa para reclusos (dados estatísticos)

Quadro 12 – Total das ações de formação profissional realizadas pelo CPJ em EP (2011-2016)

	Ano					
Tipologias	2011	2012	2013	2014	2015	2016
EFA	37	36	39	43	44	56
FMC	13	30	75	55	52	96
FPI	3	3	20	16	17	11
TOTAL	53	69	134	114	113	163

Fonte: CPJ

Quadro 13 – Distribuição das ações por Tipologia (2011-2016)

	Ano					
Tipologias	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Formação Modular Certificada	13	30	75	55	52	96
Formação para Inclusão	3	3	20	15	17	11
Educação Formação de Adultos- B2	13	3	4	8	8	9
Educação Formação de Adultos- B3	23	28	29	26	25	27
Educação Formação de Adultos- NS	1	5	6	9	11	20
TOTAL	53	69	134	113	113	163

Fonte: CPJ

Quadro 14 – Distribuição de ações de formação por região (2011-2016)

	Ano					
Região	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Norte	17	19	40	39	39	52
Centro	14	12	28	22	27	45
Lisboa	16	23	31	15	14	20
Alentejo	6	15	30	31	27	35
Algarve	0	0	5	5	6	11
TOTAL	53	69	134	113	133	163

Fonte: CPJ

Quadro 15 – Distribuição de formandos por região (2011-2016)

Região	Ano					
	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Norte	159	227	635	635	595	833
Centro	161	162	415	339	412	700
Lisboa	196	320	443	257	204	311
Alentejo	122	213	438	518	418	537
Algarve	0	0	76	78	101	192
TOTAL	638	922	2.007	1.827	1.730	2.573

Fonte: CPJ

Quadro 16 – Distribuição das horas de formação por região (2011-2016)

Região	Ano					
	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Norte	6.836 H	6.059 H	11.972 H	11.656 H	12.840 H	13.925 H
Centro	3.316 H	5.750 H	8.274 H	7.481 H	8.930 H	11.702 H
Lisboa	7.793 H	9.135 H	9.317 H	6.463 H	5.648 H	7.018 H
Alentejo	8.343 H	8.030 H	9.406 H	10.520 H	9.392 H	11.559 H
Algarve	0 H	0 H	860 H	870 H	768 H	1.365 H
TOTAL	26.288 H	28.974 H	39.802 H	36.990 H	37.578 H	45.569 H

Fonte: CPJ

Quadro 17 – Resumo Geral

		Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
AÇÕES	EFA	37	36	39	43	44	56
	FMC	13	30	75	55	52	96
	FPI	3	3	20	16	17	11
	TOTAL	53	69	134	114	113	163
FORMANDOS	EFA	421	448	516	662	631	861
	FMC	175	442	1160	925	826	1.532
	FPI	45	52	331	240	273	180
	TOTAL	641	942	2.007	1.827	1.730	2.573
HORAS	EFA	23.724	23265	22.431	26.392	26.814	30.761
	FMC	2.475	4849	13.771	7.918	7.959	13.092
	FPI	89	860	3.600	2.680	2.805	1.716
	TOTAL	26.288	28.974	39.802	36.990	37.578	45.569
VOLUME	EFA	203.159	213.793	204.061	254.189	277.440	288.357
	FMC	27.945	55.259	184.010	101.521	104.769	171.926
	FPI	1284	10.738	47.563	32.180	38.109	24.251
	TOTAL	232.388	279.790	435.634	387.890	420.318	484.534

Fonte: CPJ

APÊNDICE 3

Guião de Entrevista – Técnico de Formação

Objetivo: analisar o contributo da formação profissional na reinserção profissional dos ex-reclusos no mercado de trabalho.

- 1- Gostaria de começar por lhe pedir que me falasse um pouco do seu percurso académico e profissional e de como veio parar a este serviço.
- 2 - Como caracteriza a FP existente nos estabelecimentos prisionais?
- 3 – Quais são os principais objetivos da FP dirigida a reclusos?
- 4 – Que motivações levam os reclusos a frequentar FP?
- 5 – Quais as maiores dificuldades encontradas na mobilização dos reclusos e na realização da FP nos estabelecimentos prisionais?
- 6 – Considera que a oferta formativa é adequada às necessidades da população prisional? (Como é feito esse levantamento?)
- 7 – Como é feito o acompanhamento da formação junto dos grupos? Como acha que deveria ser realizado?
- 8 – Como avalia os resultados da formação dos reclusos quer quanto às aprendizagens realizadas quer quanto ao contributo para a reinserção profissional?
- 9 – Da sua experiência como técnico de formação, considera que a FP é importante para a reinserção profissional dos ex-reclusos? De que modo? (nível social/pessoal/profissional/etc.)
- 10 – Que sugestões faria para melhorar a FP dentro dos estabelecimentos prisionais?
- 11- Pretende acrescentar mais alguma coisa?

APÊNDICE 4

Tabela de Análise de Conteúdo – Entrevista a um técnico de formação

DIMENSÕES DE ANÁLISE	SUBDIMENSÕES DE ANÁLISE	DISCURSO
Formação Profissional (dentro do EP)	Razões para os reclusos frequentarem formação profissional	<p>“(…) sei que há estabelecimento prisional onde a formação constitui uma mais valia e outros onde só serve para manter os reclusos ocupados e garantir o ordenado a todos quantos dependem dessa mesma formação.” (E5:1)</p> <p>“Há os que veem a formação profissional como a oportunidade que nunca tiveram para aprender uma profissão e tentarem mudar o rumo da sua vida...” (E5:1)</p> <p>“(…) há os que a veem somente como mais um trunfo a apresentar ao juiz na altura de apreciação de saídas precárias ou de liberdade condicional (...)” (E5:1)</p> <p>“(…) há aqueles que só vão para a formação por causa da bolsa (...)” (E5:1)</p> <p>“(…) os que são para lá enviados pelo/as assistentes e educadores/as.” (E5:2)</p>
	Objetivo da formação profissional	<p>“O principal, e primeiro, objetivo, independentemente de ser atingido ou não, não é (...) dar peixe a quem tem fome, mas sim ensiná-lo a pescar.” (E5:1)</p>
	Dificuldades encontradas	<p>“(…) não se encontra nos reclusos, mas sim nos guardas. Muitos deles veem a formação como sinónimo de mais trabalho, ao mesmo tempo que são os primeiros a desvalorizarem a capacidade do recluso de se regenerar.” (E5:2)</p> <p>“Da parte dos reclusos, são várias as dificuldades, desde logo o seu percurso de vida, muitas vezes ligados ao consumo de substâncias que lhe vão diminuindo as capacidades cognitivas, até à dificuldade em conseguirem reunir os documentos necessários à frequência de uma ação de formação.” (E5:2)</p>

DIMENSÕES DE ANÁLISE	SUBDIMENSÕES DE ANÁLISE	DISCURSO
		<p>“(…) os horários próprios dos estabelecimentos prisionais que não se coadunam com os horários ideais para a realização da formação, todos os problemas e imprevistos existentes na vida diária dentro de uma prisão, como por exemplo rusgas, os obstáculos à movimentação quer de formandos, quer de materiais, tal como dos próprios formadores. A ideia principal é a segurança e depois a formação o que por vezes complica a realização de ações de formação dentro dos estabelecimentos prisionais.” (E5:2)</p>
	Organização da formação profissional	<p>“A oferta Formativa é delineada, mais em função das capacidades dos estabelecimentos prisionais, que da necessidade dos reclusos, principalmente no que concerne à vertente da Formação Tecnológica.” (E5:2)</p> <p>“(…) à partida a mesma não satisfaz a necessidade dos reclusos porque muitas vezes nem os próprios reclusos sabem o que querem e que tipo de formação profissional precisam e pretendem realizar (…)” (E5:2)</p> <p>“O acompanhamento é dos aspetos da Formação que mais condições tem para ser levado a cabo sem grandes entraves, o que por vezes não é verdade...” (E5:2)</p>
	Resultados da formação profissional	<p>“Se não confundirmos aprendizagens com validações, diria que não são muito animadoras.” (E5:2)</p> <p>“(…) a duração da pena dos reclusos é um fator que pode influenciar as aprendizagens realizadas no decorrer da formação profissional, uma vez que quando os reclusos realizam a formação profissional muito antes do término da sua pena, acabam por depois não conseguirem aplicar essas aprendizagens porque ou se esquecem do que aprenderam ou o que aprenderam já se encontra desatualizado.” (E5:2)</p>
	Sugestões de melhoria	<p>“1º Promover uma verdadeira reflexão, a várias cabeças, sobre o que se pretende com esta Formação. 2º Elaborar um cadastro profissional/escolar da população prisional. 3º Elaborar um levantamento das reais necessidades do mercado laboral. 4º Elaborar um programa de Formação adequado ao binómio necessidades do recluso/Necessidades do mercado.” (E5:3)</p>

DIMENSÕES DE ANÁLISE	SUBDIMENSÕES DE ANÁLISE	DISCURSO
Reinserção profissional de ex-reclusos	Importância da formação profissional para a reinserção profissional	<p>“Quanto à reinserção profissional, ainda há muito a fazer, começando pela própria formação profissional.” (E5:2)</p> <p>“(…), esse papel que a formação deveria desempenhar, quase desapareceu, mantendo-se, em elevado nível, o aspeto da reinserção social e pessoal.” (E5:2)</p> <p>“(…) a formação não vai transformar ninguém de mauzinho em bonzinho, mas vai dar ferramentas aos reclusos para eles conseguirem enfrentar as dificuldades com que se deparam quando saem cá para fora”. (E5:3)</p>
	Opinião	<p>“(…) a Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais deveria ter uma atividade mais ativa com os ex-reclusos, de modo a encaminhá-los e a orientá-los na sua reintegração no mercado de trabalho e não só (…), quando saem cá para fora deixam de ter o apoio que tinham dentro dos estabelecimentos prisionais e ficam entregues aos lobos.” (E5:3)</p>

APÊNDICE 5

Guião de Entrevista - Ex-reclusos que frequentaram formação profissional no EP

Objetivo: analisar o contributo da formação profissional na reinserção profissional dos ex-reclusos no mercado de trabalho.

Vivência da reclusão

Gostava que me fizesse uma breve descrição do que foi a sua vida/experiência na prisão.

Percurso Formativo (dentro do estabelecimento prisional)

Que ação/ações de formação frequentou na prisão?

O que o levou a frequentar essas ações?

Que expectativas tinha em relação à formação?

Acha que a formação profissional foi importante para si? Que balanço faz dessa experiência?

Considera que as aprendizagens foram positivas e contribuíram para a sua vida pessoal, social e/ou profissional?

Acompanhamento (dentro do estabelecimento prisional)

No estabelecimento prisional esteve inserido em algum programa com vista à reinserção, algum acompanhamento com técnicos? Que tipo de acompanhamento teve?

Se sim, acha que foi suficiente? Se não, o que acha que devia ser feito de maneira a melhorar o acompanhamento por parte do estabelecimento prisional.

Percurso Pós-Reclusão

Atualmente faz o quê? Foi fácil regressar ao mercado de trabalho? Quais as principais dificuldades que encontrou na sua reinserção profissional?

Considera que foi importante realizar formação profissional enquanto cumpria pena?

Considera que a formação profissional contribuiu para encontrar emprego? De que modo?

Relativamente às suas expectativas futuras, quais são os seus objetivos a nível profissional?

APÊNDICE 6

Tabela de Análise de Conteúdo - Entrevistas a Ex-reclusos que frequentaram formação profissional no estabelecimento prisional

DIMENSÕES DE ANÁLISE	SUBDIMENSÕES DE ANÁLISE	DISCURSO
Vivência da reclusão	EP e tempo de reclusão	<p>“Fui preso por tráfico, estive em Faro dois anos e meio, fui condenado a cinco anos mais dois anos de pena suspensa (...) e depois fui para Alcoentre e estive lá praticamente três anos.” (E1:1)</p> <p>“Saí da cadeia aos dois terços da pena.” (E1:1)</p> <p>“Eu estive preso na Carregueira durante 3 anos e meio (entrei no dia 07/04/2014 e sai no dia 12/09/2017 e estou em liberdade condicional até ao dia 07/04/2019), tinha uma pena de 5 anos. Ainda estive durante 4 meses em Setúbal e depois pedi transferência porque aquilo ali é muito mau em todos os aspetos...” (E2:1)</p> <p>“Saí do estabelecimento prisional em março de 2017.” (E3:1)</p> <p>“Primeiro estive em Caxias, depois em Leiria, com 19 anos, que foi onde tirei o curso e no final já estive no Linhó porque pedi transferência. Agora não sei como aquilo está, mas lá em Leiria, mas o curso e a escola ajudaram me muito...” (E3:1)</p> <p>“Já saí do estabelecimento prisional há três meses, sai uns meses antes de fazer os 9 anos (...) quando entrei fui para o estabelecimento prisional Lisboa e depois de ser condenado pedi transferência para o estabelecimento prisional Leiria, mas (...) não me aceitaram e mandaram me para o Linhó. E no Linhó é que passei mais tempo e fiquei lá desde 2009 a 2013 e depois fui para Vale de Judeus.” (E4:1)</p>
		<p>“Passado 2 dias depois de chegar a Alcoentre fui chamado ao Chefe, para ir para uma ala com malta mais velha, mais interessada em trabalhar.” (E1:1)</p> <p>“Depois perguntei como funcionavam as coisas para trabalhar e acabei por ir trabalhar dois dias como faxina.” (E1:1)</p> <p>“Depois a Assistente Social chamou me e perguntou me se eu queria entrar nos cursos de formação profissional e eu como vinha de longe (Faro) e não tinha visitas nem nada fui para o curso.” (E1:1)</p>

DIMENSÕES DE ANÁLISE	SUBDIMENSÕES DE ANÁLISE	DISCURSO
<p>Percurso Formativo (dentro do EP)</p>	<p>Ações de formação profissional realizadas</p>	<p>“...fiz um curso de ladrilhador por módulos...” (E1:1)</p> <p>“Depois meti-me no curso do CPJ de mecânico de serviços rápidos, de mecânica automóvel.” (E1:1)</p> <p>“Tirei depois o 7ºano e depois o 9ºano e ao mesmo tempo fiz esse curso de serviços rápidos de mecânica.” (E1:1)</p> <p>“Eu andava lá no estabelecimento prisional e andava aborrecido com aquilo e queria ir para a escola e estas ações de formação profissional e formação a nível de informática e de escola e no meu caso tirei o curso de jardinagem que foi três módulos se não me engano (...)” (E2:1)</p> <p>“Fiz o curso de jardinagem, de informática e ao mesmo tempo estava lá na escola também a tirar o 9ºano só que, entretanto, fiquei pelo 8ºano.” (E2:1)</p> <p>“Lá na prisão-escola de Leiria tirei Produção Agrícola que me deu equivalência ao 9ºano.” (E3:1)</p> <p>“Frequentei uma formação de Mecatrónica no estabelecimento prisional de Vale de Judeus.” (E4:1)</p>
	<p>Motivações para a frequência de formação profissional</p>	<p>“Procurei eu estas formações porque era também uma forma de eu ter algum dinheiro...” (E1:1)</p> <p>“Fui para me manter ocupado, um pouco por curiosidade, para não me meter em mais confusões e em nada de maluquices.” (E1:1)</p> <p>“Fui para me autovalorizar e para ajudar a esquecer aquele mau ambiente vivido dentro do estabelecimento prisional. Todos eles fui eu que os escolhi realizar.” (E2:1)</p> <p>“Fui para ganhar conhecimento, conhecimento geral e coisas que eu não sabia. Sobre informática e jardinagem havia coisas que eu não conhecia.” (E2:1)</p> <p>“(...) fui para me manter ocupado...” (E3:2)</p>

DIMENSÕES DE ANÁLISE	SUBDIMENSÕES DE ANÁLISE	DISCURSO
		<p>“Eu inscrevi me naquele curso porque eu queria fazer qualquer coisa. (...). Antes houve um de pastelaria que eu também me inscrevi, mas depois parece que não tinha a documentação em dia e não pude frequentar.” (E4:1)</p> <p>“...nunca liguei aquilo, nunca tive afeto nenhum pela mecânica, nem cá fora, mas como eu queria fazer alguma coisa para não ficar parado.” (E4:1)</p> <p>“Quando me inscrevi nesse curso era para ter a equivalência ao 12ºano e também pagavam uma bolsa de formação, o valor não era muito e metade ficava de reserva para quando saísse em liberdade e a outra metade para ir gastando. Fiquei com o 11º ano incompleto porque depois saí, mas tenho intenção de terminar.” (E4:2)</p>
	Expectativas em relação à formação profissional	<p>“Eu no início, vou ser sincero, não tinha muita curiosidade em aprender nada assim sobre essa área...” (E3:2)</p>
	Importância da formação profissional	<p>“A formação profissional foi importante, eu acho que sim. Para quem quer estar ocupado e não quer ficar todos dias lá fechado na cela a pensar na vida, ou a jogar à bola acho que é importante.” (E1:2)</p> <p>“A formação profissional foi positiva, bastante interessante. Para mim foi sempre bom, sempre aprendi alguma coisa e a fazer outras coisas, mas também é só para quem quer porque há muitas pessoas que vão para lá fazer um frete, andam ali por andar, para não estarem fechados e não tem gosto nenhum por aquilo.” (E1:2)</p> <p>“Para mim foi positivo, foi bom porque voltei a estudar, voltei a escrever novamente e eu lia muito...foram anos interessantes.” (E1:2)</p>

DIMENSÕES DE ANÁLISE	SUBDIMENSÕES DE ANÁLISE	DISCURSO
		<p>“...a formação do CPJ também era engraçada, íamos numa carrinha lá para cima para o monte, a trabalhar para as oficinas, foi engraçado (...) o CPJ foi bom, foi muito bom mesmo. Damo nos com outras pessoas diferentes, sem ser as guardas lá do estabelecimento prisional. Fiz um caminho bom e acho que foi também por isso que a juíza me pôs na rua aos 2/3 da pena, não é?...ali consegui deixar a droga, nunca mais consumi (já faz sete anos que não consumo).” (E1:2) (E1:4)</p> <p>”Gostei imenso do curso e até acho louvável darem esse apoio às pessoas interessadas em colaborar também para aprender qualquer coisa de novo, eu gostei.” (E2:1)</p> <p>“A formação profissional foi boa, foi agradável (...) Gostei porque valorizei conhecimentos que não tinha.” (E2:1)</p> <p>“Aprendi a ter um bocadinho mais de paciência com as coisas, a não valorizar tanto certas e determinadas frases que as pessoas dizem, meter para segundo plano e a relativizar as coisas, que era uma coisa que eu não fazia antes de ser preso.” (E2:2)</p> <p>“Quero dizer que os professores da formação foram sempre atenciosos, tentaram ajudar o máximo possível e gostei muito de fazer formação.” (E2:4)</p> <p>“Foi também uma distração para mim e o próprio convívio com certos e determinados alunos também foi bom.” (E2:4)</p> <p>“Foi uma experiência importante para mim, pode vir a ajudar no futuro...” (E3:2)</p>

DIMENSÕES DE ANÁLISE	SUBDIMENSÕES DE ANÁLISE	DISCURSO
Acompanhamento (dentro do EP)	Acompanhamento realizado	<p>“Eles fizeram me um plano, trabalharam comigo, ajudaram-me a preparar para uma vida cá fora. Porque aquilo é assim, quem quer ser reinserido cá fora procura também essa ajuda (...) quem quer, quer, quem não quer depois (...) não tem direito a nada vem cá para fora, não conseguem nada e passado um mês de estarem cá fora voltam lá para dentro.” (E1:1) (E1:2)</p> <p>“Tive lá no GPS, de psicólogo, durante um ano.” (E2:2)</p> <p>“Lá na prisão também me fizeram a proposta de vir para O Companheiro e eu depois acabei por pedir para vir para cá e o técnico tratou do assunto. Estou cá no Companheiro desde odia 12 de setembro.” (E2:2)</p> <p>“...fiquei um ano inativo, sem fazer nada e tava parado (...) depois o técnico de educação falou comigo e eu também estava sempre a falar com ele para ver se ele me arranjava alguma ocupação, que não dava para estar parado ele disse que ia abrir o curso, disse me para eu inscrever e eu inscrevi.” (E3:1)</p> <p>“Também tínhamos uma atividade que era o GPS...” (E3:2)</p> <p>“Para além do técnico de educação que me acompanhava também tinha uma psicóloga.” (E3:2)</p> <p>“Em Leiria havia também um educador que não ajudava quase nada.” (E3:3)</p> <p>“...havia um outro educador que era bom que fazia connosco uma atividade que era o GPS que era uma atividade que cada dia tinha uma sessão e essa sessão ajudava-nos a lidar com situações do dia a dia, isto cerca de um ano com esta atividade.” (E3:3)</p> <p>“O último estabelecimento prisional onde eu estive foi o do Linhó e lá eu frequentava sempre a igreja e foi lá que conheci o Sr. Padre Dâmaso. Depois ainda estava lá dentro comecei logo a ligar para lá para saber o que tinha de fazer e depois quando sai vim para O Companheiro.” (E3:3)</p>

DIMENSÕES DE ANÁLISE	SUBDIMENSÕES DE ANÁLISE	DISCURSO
		<p>“Eu participei num programa que era “Parar para renovar” (...) Aquilo agente falava sobre um pouco de tudo, da vida, como cada um ali olhava para a vida, tanto lá dentro como quando saísse dali e por vezes o que nos levou até ali. Agente falava um pouco de tudo porque dialogar é bom e as vezes mesmo não conhecendo a pessoa trocar o dialogo com essa pessoa, acabamos por aprender algo.” (E4:2)</p>
	<p>Opinião sobre o acompanhamento realizado</p>	<p>“Para mim foi bom porque consegui deixar a droga, 30 e tal anos depois de consumir.” (E1:2)</p> <p>“Podia-se fazer mais alguma coisa, não é? Mas para mim foi bom, a senhora do IRS e a senhora da Segurança Social chamaram me lá várias vezes...perguntaram-me se queria vir aqui para O Companheiro ou para a REMAR, que tem um centro de acolhimento no Algarve.” (E1:3)</p> <p>“Sempre tive um bom acompanhamento. Lá dentro, quem quer, as coisas correm bem, sejam as assistentes sociais boas ou más...” (E1:3)</p> <p>“Foi bom, aprendi certas e determinadas coisas que não sabia. Tipo certas coisas que não se deve fazer, o saber estar na sociedade, fazer certas e determinadas coisas para não voltar a infringir a lei e tive essa ajuda” (E2:2)</p> <p>“Para mim foi suficiente o apoio pois sempre fui uma pessoa ajuizada e sei andar na sociedade.” (E2:2)</p> <p>”Esta psicóloga foi das melhores técnicas que me ajudou até agora, (...) porque via-se que ela estava sempre disposta a ajudar os outros (...). Ela ajudava bastante a tentar fazer me ver a vida de outra forma.” (E3:2)</p> <p>“...na prisão eu acho que deviam fazer mais coisas, mais trabalho, mais eventos, mais atividades e não fazem.” (E4:3)</p>

DIMENSÕES DE ANÁLISE	SUBDIMENSÕES DE ANÁLISE	DISCURSO
		<p>“Eu acho que podiam fazer mais coisas nos estabelecimento prisional até porque as pessoas podem estar presas mas não tendo também essas pessoas algumas condições (...) Lá somos impedidos de quase tudo e praticamente não temos acesso a nada (...) e eu acho que na vida mesmo em si, a liberdade é tudo mas eu acho que impedindo a liberdade também não quer dizer que temos de impedir de fazer tudo (...) só o facto de já estar preso, eu posso ter tudo ali mas por não ter aquela liberdade eu vou sofrer, eu vou sofrer!” (E4:5) (E4:3)</p>

DIMENSÕES DE ANÁLISE	SUBDIMENSÕES DE ANÁLISE	DISCURSO
Percurso Pós-reclusão	Reinserção social	<p>“Quando sai não notei muito aquela coisa do preconceito por ser um ex-recluso. Agente aqui no bairro dá-se tudo bem e nunca senti...” (E1:4)</p> <p>“Não tive problemas nenhuma de reinserção cá fora porque também é trabalho-casa, casa-trabalho e ando aqui com a malta no bairro, e de vez em quando vamos dar uma voltinha...” (E1:4)</p> <p>“Quando sai não enfrentei nenhum tipo de preconceito. O preconceito que havia já havia antes de eu ir preso, portanto, tudo normal.” (E2:3)</p> <p>“Quando sai não notei muito o preconceito, mas quando as pessoas sabem que eu tive preso (...) mesmo não sabendo o porquê, uns falam bem e outros ficam com aquela desconfiança porque já estive preso e veem as pessoas com outros olhos e esquecem se que somos seres humanos, somos pessoas iguais, não há diferenças.” (E3:3)</p>
	Regresso ao mercado de trabalho	<p>“Neste momento estou a trabalhar, já trabalhei seis meses na Câmara Municipal de Lisboa, como ajudante de canalizador na Mata de Monsanto e agora estou há quase um ano aqui na junta de freguesia a trabalhar como jardineiro.” (E1:3)</p> <p>“Quando sai como vim logo para O Companheiro fui logo para um protocolo que a Dr.^a Cláudia me arranhou com a CML. (...) gosto daquilo que faço e segundo me parece tenho boas referencias do meu trabalho lá.” (E1:3)</p> <p>“Agora estou como mecânico lá na Carris, através de um protocolo aqui d’O Companheiro. Acho que estão a gostar de mim e do meu trabalho lá.” (E2:3)</p> <p>“Para mim foi fácil regressar ao mundo do trabalho, estava um pouco enferrujado do corpo...” (E2:3)</p> <p>“Neste momento encontro me a trabalhar como ajudante na Carris, através de um protocolo realizado pel’ O Companheiro, que não tem nada a ver com Produção Agrícola.” (E3:3)</p>

DIMENSÕES DE ANÁLISE	SUBDIMENSÕES DE ANÁLISE	DISCURSO
		<p>“Neste momento sou Arvoredo, na Câmara Municipal, trato das árvores por aí. Às vezes arranjar, outra vez cortar as folhas secas e fazer o abate de arvores também. Tenho um protocolo com O Companheiro.” (E4:3)</p>
	<p>Importância de ter realizado formação profissional no EP</p>	<p>“Para mim foi fundamental, ajudou-me a conhecer certas e determinadas áreas que não conhecia e a ambientar com certas e determinadas áreas que eu não tinha acesso.” (E2:3)</p> <p>“Para mim a formação profissional é tudo, e a ver se agora termino o 9ºano porque há aí muita formação profissional que até tinha interesse, mas pedem o 9º ano de escolaridade (...) Por isso e que quero tentar terminar o 9ºano, por causa disso. As vezes ate se pode ter a experiência, mas eles pedem a escolaridade na mesma (...) isto hoje em dia sem o 9ºano não se faz nada.” (E2:3)</p>
	<p>Contribuição da formação profissional</p>	<p>“A formação que fiz de mecânica era muito complicada, tem de se saber do principio, ter logo uma queda para a mecânica...é muita coisa, são muitos parafusos, muitas coisinhas e os motores...não, essa experiência não era para mim...foi bom enquanto estive lá, aprendi alguma coisa, a mudar pastilhas, mas não me vejo a trabalhar nessa área.” (E1:3)</p> <p>“A nível de formação profissional para assim vir a exercer, eu não vou exercer, mas gostei.” (E2:1)</p> <p>“Acho que sim, tudo o que venha de formação é bom. Fiz a formação de jardinagem e se eu não tivesse profissão nenhuma ou se tivesse mesmo mesmo a precisar ia procurar nesta área.” (E2:3)</p> <p>“A minha experiência no geral, eu aprendi várias coisas, sei que foram coisas que me ajudaram tipo o curso que tirei lá...” (E3:1)</p>

DIMENSÕES DE ANÁLISE	SUBDIMENSÕES DE ANÁLISE	DISCURSO
		<p>“A formação até podia ajudar, mas aqui em Lisboa está fora de questão (...) podia ter arranjado um biscoito ou assim nessa área, mas trabalho mesmo trabalho nessa área não sei se conseguia com essa facilidade...se calhar em zonas mais rurais.” (E3:3)</p> <p>“...eram muitas horas, era de manhã e depois a tarde e a noite a minha cabeça eram só peças e aquilo cansava-me muito (...) o que me levou a desistir. Eu gosto de pensar, gosto de meditar e isso levou-me a perceber que aquele curso, do modo como eu via a minha vida quando saísse dali, não me ia ajudar porque não me via a fechar dentro de uma oficina a trabalhar naquilo (...) eu não me via ali, fechado numa oficina a arranjar carros (...) a matéria era muita coisa e hoje em dia praticamente os carros vão passar a ser elétricos.” (E4:1) (E4:2)</p> <p>“Eu às vezes estava lá dentro e punha-me a pensar nisso porque ser mecânico ou exercer outra função tu tens de ter gosto por aquilo e se não tiveres não adianta porque não estás a fazer um bom trabalho (...) e quando perguntam se fez alguma coisa da vida e a gente responde não, nunca trabalhei, as pessoas ficam sempre com aquela impressão e eu acho engraçado porque ninguém nasceu sábio.” (E4:4)</p>
	Expectativas futuras	<p>“É continuar a trabalhar, conseguir renovar a minha carta...” (E1:3)</p> <p>“O meu objetivo é mesmo continuar a trabalhar que isto sem trabalho...só se vê é desgraças por aí.” (E1:4)</p> <p>“As minhas expectativas é trabalhar e arranjar uma casa, mas estou a ver que está difícil porque isto em Lisboa está muito caro (...). Se houvesse uma alternativa da Câmara, de me arranjar uma casinha ou um quatinho, isso é que eu agradecia.” (E2:4)</p>

DIMENSÕES DE ANÁLISE	SUBDIMENSÕES DE ANÁLISE	DISCURSO
		<p>“Eu quero procurar outros trabalhos, eu não posso parar por aqui, eu não sei se o protocolo vai ser renovado ou não. A Dr.^a Cláudia disse que em janeiro ia saber, mas eu não quero esperar até janeiro porque depois a resposta pode ser negativa, eu não ficar e depois vou andar à procura.” (E3:4)</p> <p>“Sabes que, não é por nada, mas eu também tento pensar agora, tenho este trabalho, tenho de pensar também no que posso fazer mesmo por mim (...) e eu já pensei em arranjar outro emprego, qualquer coisa para fazer. Eu não gosto de mecânica, mas gosto de carpintaria, eu sou criativo, eu gosto de inventar coisas. E eu tento sempre pensar em criar o meu próprio negocio só que embora estou ali a trabalhar, mas eu como já tinha referido não posso depender só daquilo e tenho de fazer outra coisa até porque o meu horário, eu saio às 16h, dá para fazer ainda alguma coisa.” (E4:4)</p>